



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGHIST
Programa de Pós-Graduação em História - UEMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA FELIX PEREIRA CALIXTO

ENCANTOS E FEITIÇOS: as práticas de magia amorosa em Roma - século I a. c.

São Luís – MA

2024

MARIA FELIX PEREIRA CALIXTO

ENCANTOS E FEITIÇOS: as práticas de magia amorosa em Roma - século I a. c.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em História – Mestrado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúvia Bonfim
Vieira

São Luís – MA

2024

Calixto, Maria Felix Pereira.

Encantos e magia : as práticas de magia amorosa em Roma - século I a.C. / Maria Felix Pereira Calixto. – São Luís, 2024.

114 f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Livia Bonfim Vieira.

1. Ensino de História. 2. Religião. 3. Rituais. 4. Roma 5. Magia amorosa.
I.Título.

CDU [93/94:37]:241.615(37)

MARIA FELIX PEREIRA CALIXTO

ENCANTOS E FEITIÇOS: as práticas de magia amorosa em Roma - século I a. c.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em História – Mestrado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúvia Bonfim Vieira

Aprovada em: ____/____/____

BANCA AVALIADORA:

Profa. Dra. Ana Lúvia Bonfim Vieira (orientadora)
(PPGHist/UEMA)

Profa. Dra. (2º Examinador/a)

Profa. Dra. (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente á Deus, que me honrou nessa batalha que foi o de poder conseguir ser selecionada. Depois a mim mesma, que depois de quatro 4 tentativas sofridas, quatro (4) idas e vindas de João Lisboa – Imperatriz para São Luís- MA, até ver o meu nome na lista de aprovados. **Te agradeço Deus por não desistir!** “Obrigada a mim mesma!”, pois eu conseguir, não desistir, mesmo me sentido já frustrada devidos as negações e ainda as críticas de que meu trabalho não seria aceito pelo o recorte e ao contexto cronológico, e ainda as palavras que ouvir de pessoas de fora e próximas de mim de que eu não conseguiria devido a logística e recursos financeiros. No entanto, minha vontade foi maior e prevaleceu, e conseguir chegar até aqui, não sei do resto, mas o que eu pretendia eu fiz, mostrei do que posso fazer e ser capaz! Como sou grata por não ter desistido!

A minha irmã querida, Ana Cília Pereira Calixto que me ajudou com suas palavras e apoio, obrigada minha amada!

Ao meu irmão José Calixto que me ajudou na questão da logística, de levar e de buscar na rodoviária, as vezes com dificuldade, mas me acompanhou. Obrigada!

A minha irmã amorosa, Maria Dalva Alves Calixto que me deu colo e me apoiou quando pensei que não iria conseguir. Agradeço!

A minha querida amiga Raimunda de Jesus Matos, uma parceira fiel, que me auxiliou tanto na jornada como na escrita do texto, com suas “olhadinhas”, correções e edições. Também nos ensaios de apresentações dos seminários. Foi para mim uma espécie de coo-orientadora, sempre pode contar com ela. Obrigada ‘Rai’ por sua colaboração em erros e acertos, sempre. Obrigada!

Aos professores, Jackson e Raíssa Cirino que muito contribuíram com suas ideias e dicas para me conduzir a desenvolver o produto paradidático, saibam que tem muito de vocês dois aqui. Agradeço!

Ao companheiro Phillip Sousa, que sempre me incentivou a não desistir e esteve comigo em momentos que se sentia padecer. Obrigado por seu apoio!

A professora, que contribuiu diretamente na aplicação do produto paradidático. Obrigada!

Por fim, a minha orientadora, Ana Livia Bonfim que muito contribuiu com suas orientações, experiência e dicas desde o início da jornada, para além disso, muitas vezes amiga e parceira quando não sabia por onde começar e também por me ouvir com paciência em momentos de fragilidades. Agradeço por sua colaboração querida!

*Do passado, não se abstrai, não se
desconsidera, nem por força de escolha
nem mesmo de inteligência (Sarlo, 2007)*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: A estátua representa o imperador Augusto vestido de <i>Pontifex Maximus</i> (Via Labicana <i>Augustus</i>) -sacerdote supremo.....	38
Figura 01: Estátua de uma deusa Vestal em Roma. Traje de um chefe de vestal (virgo <i>Vestalis máxima</i>)	39
Figura 02: Estátua de Júpiter século I/ Estátua da deusa Juno/ Estátua deusa Minerva	41
Figura 04: Júpiter considerado abóbada celeste (pedra gravada antiga) 1848.....	42
Figura 05: Um afresco na cidade de Pompéia, representando o espírito (gênio) da central casa, ladeado por <i>Lares e Penates</i>	45
Figura 06: Estátua de uma deusa lar, grupo de deuses que cuidavam das casas e das encruzilhadas. Originalmente eles eram representações dos antepassados.....	46
Figura 07: Um afresco representando <i>lares</i> , espíritos protetores das casas e os <i>penates</i> , espíritos.....	47
Figura 08: Afresco da cidade de Pompéia retrata os deuses <i>manes</i> divinizado debaixo da terra ou em outra vida.....	48
Figura 09: A chama acessa das virgens Vestais que devia se manter acessa pela grande deusa Vestal - Valter Pitta.....	50
Figura 10: (Print)- “Unidade Temática” e objetos de Conhecimento- História do Ensino Fundamental do documento, BNCC- Base Nacional Comum Curricular.....	59
Figura 11: Tela representa o momento de um “culto piedoso dos deuses”, e a “superstição” perpetrada por quem, “durante dias inteiros, fazia preces.....	72
Figura 12: Representa um viajante consultando um mago. Encontra-se no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles.....	74
Figura 13: Circe oferecendo uma taça para Ullisses, por John William Waterhouse, (1891).....	75
Figura 14: Tela “as bruxas” Canídia e Ságana fazem feitiços amorosos durante a noite, óleo de J.E. Hummel.....	76

RESUMO

A pesquisa-produto tem a finalidade de analisar as questões sobre as religiosidades e seus aspectos plurais a saber- a representatividade social das práticas de magia amorosa contidos na sociedade romana do século - Ia. C. Desse modo, se contextualiza por meio da historiografia especializada para analisar como os rituais de magia para incutir o amor eram realizados, identificando os sujeitos praticantes e seus elementos mágicos. Para tanto, nos debruçamos sobre os testemunhos presente na epistolografia literária de Públio Ovídio Nasão, autor romano que escreveu poemas sobre a temática amorosa no período do reinado de Augustus. Consultamos também, como fundamento teórico, os conceitos desenvolvidos por Jean Maisonnueve na obra ‘Os Rituais’, Bronislaw Malinowski em ‘A Arte de magia e o poder da fé’, entre outros. Através da investigação acerca dos rituais de magia, tem-se o objetivo de enaltecer os estudos sobre as civilidades antigas, pontuando suas práticas e crenças o que deverá contribuir com as discussões sobre religiosidades e as diferentes experiências que as sociedades construíram com o divino, desde o passado até o contemporâneo. Toda essa pesquisa é para gerar um produto paradidático, analisando a documentação trabalhada com o propósito de demonstrar como as religiosidades de Roma Antiga está próxima das pluralidades relativas as permanências culturais do cotidiano. O paradidático, além de auxiliar o professor do ensino básico com um material sobre religião romana, deverá contribuir com as discussões sobre religiosidades e as diferentes experiências que as sociedades construíram com o divino. Visa ainda, investigar os elementos que compõem o imaginário ritualístico dos cidadãos romanos, desse modo, a abordagem se desloca para o contexto religioso do período republicano, momento que a religião romana se centralizava na família. Por meio dessa perspectiva, buscas-se respostas na história das crenças do *populus romanum* para identificar o valor simbólico das práticas de magia amorosa manifestadas por meio de rituais.

Palavras chave: Ensino de História, Memória, Magia amorosa, Religião, Rituais, Roma.

ABSTRACT

The research-product aims to analyze questions about religiosities and their plural aspects, namely - the social representation of love magic practices contained in Roman society in the 1st century. to analyze how magic rituals to instill love were carried out, identifying the practicing subjects and their magical elements. To do so, we look at the testimonies present in the literary epistolography of Públio Ovídio Nasão, a Roman author who wrote poems on the theme of love during the period of Augustus' reign. We also consulted, as a theoretical foundation, the concepts developed by Jean Maisonnueve in the work 'The Rituals', Bronislaw Malinowski in 'The Art of Magic and the Power of Faith', among others. Through investigation into magical rituals, the aim is to enhance studies on ancient civilities, highlighting their practices and beliefs, which should contribute to discussions about religiosities and the different experiences that societies have built with the divine, since the past to the contemporary. All this research is to generate a paradidactic product, analyzing the documentation worked with the purpose of demonstrating how the religiosities of Ancient Rome are close to the pluralities related to the cultural permanences of everyday life. The paradidactic, in addition to assisting the primary school teacher with material on Roman religion, should contribute to discussions about religiosity and the different experiences that societies built with the divine. It also aims to investigate the elements that make up the ritualistic imagination of citizens Romans, therefore, the approach shifts to the religious context of the Republican period, a time when Roman religion centered on the family. Through this perspective, answers are sought in the history of populus romanum beliefs to identify the symbolic value of love magic practices manifested through rituals.

Keywords: History Teaching, Memory, Love Magic, Religion, Rituals, Rome.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A RELIGIÃO ROMANA: dos ritos públicos aos ritos domésticos – a questão do culto divindades	18
1.1 RELIGIOSIDADES: termos e conceitos entre religião- Rituais e magia do <i>populus romanu</i>	18
2. O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA: reflexões sobre o ensino da religião e das religiosidades Antigas	53
2.1 Análise do ensino de História Antiga na BNCC.....	53
2.2 A MAGIA: memória, identidades e cultura escolar.....	60
2.3 AS PRÁTICAS DE MAGIA: os rituais de magia amorosa em roma republicana do século I a.C.....	72
3. PRODUTO EDUCACIONAL: religiosidades e seus aspectos plurais- “ritos e rituais” do <i>populus romanu</i>	79
3.1 Percurso metodológico do produto educacional.....	79
3.2 Apresentação do produto.....	88
3.3 Aplicabilidade do produto.....	97
CONCLUSÃO	102
DOCUMENTOS DE PESQUISA	107
REFERENCIAS	107
ANEXOS	110
APÊNDICES	114

INTRODUÇÃO

A relação das sociedades com o que denominamos de sagrado está presente desde a Antiguidade. É possível reconhecer, nos dias atuais, o lugar que as religiões e religiosidades possuem no cotidiano das pessoas e no âmbito das escolas, importantes formadoras e reprodutoras sociais.

Na antiguidade, em especial a romana, ao contrário de hoje, a separação entre uma religião e o que chamamos de magia não era tão evidente assim, portanto, alguns dos objetivos dessa pesquisa é a investigação dos ‘rituais de magia amorosa’ que envolvia mistérios, personagens, cenários, objetos e fórmulas, relacionado aos elementos naturais e/ou sobrenaturais no *populus roamanum* do século I a.C.

Ademais, será investigado a representação da magia na história romana e os sujeitos praticantes dos ritos mágicos. Para tanto, nos debruçaremos sobre os testemunhos presente na epistolografia literária de Ovídio Nasão, autor romano que escreveu poemas sobre a temática amorosa neste período. Dessa forma, analisaremos o seguinte corpus documental, a saber: da *Canção VIII, Terceira de Amores, Remédio para o amor, arte de amar e os Fastos- Estriges*, obras que deixam transparecer como se configurava os rituais de magia na camada sociocultural de Roma.

Na elegia, Canção Terceira do livro I de Amores, no verso (VII) Ovídio descreve o perfil de uma bruxa e um ritual mágico, se refere às bruxas, as alcoviteiras *Medéia* e *Lena*. O poeta explica o ritual e mostra o uso de elementos mágicos (Silva, 2004, p.77). Em Remédios para o amor, o poeta descreve os crimes de Medeia e Mirra e as tristes consequências dos poderes maléficos, dos impulsos e destruições motivadas pelo amor.

Na arte de amar Ovídio aconselha as pessoas que não façam uso de práticas mágicas, que o caminho das artes mágicas é proibido e em nada vale em assuntos amorosos. Cita Circe e Medéia, pois ambas usam do conhecimento mágico para conquistar seu amado. O poeta menciona também o ritual de Isís nas intrigas amorosas (Silva, 2004, p.78).

Por fim, os Fatos- Estriges, Ovídio narra a metamorfose da feiticeira que muda de forma e se reveste de plumas. Descreve a difusão da crença no poder de se transformar em *striga*, uma (espécie de pássaro).

Os episódios de magia amorosa em Roma são encontrados, portanto nos textos elegíacos escritos no período do reinado de Augusto. Segundo Maria Cristina S. Pimentel e Nuno S. Rodrigues (2010), os aspectos da época de *Octavius Augustus*, período que Ovídio vivenciou, se estreitam entre a crise institucional e cívica dos finais da República e as novas vias assumidas

pela cultura romana no despertar do principado. Desse modo, o contexto histórico desta época se destaca em meio às crises sociopolíticas, eixos diretores da cultura da sociedade romana.

É importante lembrar, que o desenvolvimento social político e cultural em Roma se encontram na longínqua época das Guerras Púnicas, situação que modificou a sensibilidade religiosa devido à quebra da *pax deorum*¹. De acordo com Elisabete S. Costa (2006) o advento da segunda Guerra Púnica possibilitou aos romanos a adesão aos cultos e ritos das religiões orientais cuja assimilação de deuses e das práticas da magia refletia a insegurança do *populus romanum*. Esses acontecimentos foram decisivos na formação da história de Roma.

É neste contexto de instabilidade que outros cultos e práticas orientais foram acolhidos em Roma. Entre esses, a magia. A partir destes pressupostos destacamos as seguintes questões, a saber: como se configurava os rituais de magia na camada sociocultural de Roma? Quais as, origens desses ritos e quem eram seus sujeitos praticantes? De que forma estes rituais foram difundidos nesta sociedade? Quais as relações entre magia e religião na sociedade Romana?

Partindo dessa problemática, busca-se analisar tais questionamentos na tentativa de identificar na memória coletiva dos romanos, a perpetuação dos rituais de magia, bem como reconhecer a prática desses fenômenos mágicos, envolvidos no sistema religioso desses povos.

Por meio desse contexto teórico, tem-se o intuito de buscar uma vinculação entre saberes de história e cultura, com destaque para as relações com o estudo da magia. Além do mais, se define por atitudes e práticas que inserem em marcos sociais culturalmente disseminados na sociedade, sendo assim, esta linha de pesquisa desenvolve estudos relacionados às temáticas: religiosidades, culturas, identidades, historiografia e imaginários sociais.

Portando, contribui para pesquisas sobre memórias na interface com o saber histórico escolar, a partir de interações entre culturas populares e culturas homogêneas, envolvidos pela ação de instituições e sujeitos que constroem simbologias, costumes e culturas inerentes à memória social e o saber histórico. Desse modo, objeto exposto neste estudo, se insere de imediato no contexto da linha de pesquisa sobre “memórias, e saberes históricos”, bem como na produção das representações religiosas e identidades sociais romana no contexto das transformações sociais do início do principado.

Considerando que a História das grandes civilizações greco-romanas é uma temática e um conhecimento de relevância a formação crítica e reflexiva dos indivíduos, nos faz refletir

¹ Pax- Nome de uma deusa grega que recebeu o título no governo de Augusto, em Roma. Seu nome era Irene, e costuma ser representada por vários artistas com um ramo de oliva nas mãos. (em português: "**paz** dos deuses") ou **pax** diorum (em português: "**paz** divina") é uma expressão em língua latina que corresponde a um conceito fundamental do sistema jurídico-religioso romano. (Dicionário on-line). Disponível <<em: <https://www.dicionarioinformal.com.br>>>

como é instigante, resgatar esses estudos do mundo antigo para fazer parte do ensino de História, não só por possibilitar uma visão acerca de um passado, mas por está intimamente relacionado com aspectos de longa duração como a formação de famílias e instituições, identidades e representações culturais que sempre estiveram e fazem parte da sociedade. Como nos diz Maria da Glória Oliveira, “herdamos um modo de nos relacionar com o passado, por meio do qual passamos a evocá-lo como fonte primordial de explicação e lugar de construção de sentido para o presente e projeções futuras” (Oliveira, 2013, p. 138).

Por meio desse exposto é possível compreender os motivos que ressaltam essa pesquisa, pois tudo o que se manifesta no convívio das memórias coletivas, desde a antiguidade até os dias atuais, são testemunhos que sobrevivem em sentimentos pertencente ao indivíduo no coletivo. Assim, as simbologias dos gestos, expressões e lembranças, permanecem e vão fazendo parte de nossa sociedade, como os cultos e rituais mágicos- práticas religiosas que tem um significado importante na memória cultural de cada civilidade.

Os “fatos históricos”, segundo Beatriz Sarlo, (2007) seriam invisíveis se não fossem articulados no presente, pois a história argumenta sempre. Dessa forma, jamais são esquecidos, pois sempre retornam ao convívio social mesmo que no inconsciente. Do mesmo modo, são os ‘rituais de magia’, práticas que emergem dentro da cultura de um povo, as crenças populares, os ritos que impregnam a vida cotidiana ou se prendem à vida religiosa, as culturas minoritárias ou o folclore - conjunto das crenças coletivas (Bruguieré, 1990).

Com esta abordagem, objetivamos também produzir um material paradidático analisando a documentação trabalhada com o propósito de desenvolver um produto educativo para o ensino fundamental, contextualizando em sua abordagem um conteúdo claro e objetivo sobre a representatividade social das práticas de magia amorosa na Roma do século - Ia. C.

Tendo em vista, demonstrar como a religiosidade antiga estava próxima das questões relativas às práticas dos rituais. Além de auxiliar o professor do ensino básico com um material sobre religião romana, este produto deverá contribuir com as discussões sobre religiosidades e as diferentes experiências que as sociedades construíram com o divino.

Esse recurso didático se torna relevante porque além de auxiliar na prática, em plano de ensino de um professor, ainda orienta esse mediador a abrir novas portas de ideias para utilizar um material que, apresente textos de leituras complementares de acordo com as temáticas e conteúdos abordados durante as aulas da disciplina de História bem como do currículo de ensino religioso. Vale ressaltar, que muitas vezes o material escolhido pelas instituições, nem sempre são suficientes para atender as necessidades de alunos e docentes.

Como metodologia de pesquisa, utilizaremos a análise de conteúdo exposta na obra, “A busca do Antigo” (2010), demonstrada pela Professora Dr^a Maria Regina Cândido. Ademais, a nossa pesquisa se insere no campo da História Cultural. Segundo Peter Burke (2005), a História Cultural é um campo de pesquisa em História que se dedica às diferenças, debates, conflitos das tradições compartilhadas em culturas inteiras. A ascensão da História Cultural é caracterizada por uma ‘virada cultural’ que abriu espaço para análises econômicas, políticas e sociais, que se aproximavam de termos e diagnósticos culturais. Para o autor, a história cultural é uma reação às tentativas anteriores, pois estuda algo importante do passado, que antes deixavam de fora por ser difícil de compreender. O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbolismo e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da vida cotidiana (Burke, 2005, p.7-10).

Segundo Maria Regina Cândido (2012), o pensamento da historiografia tradicional busca no contato das tradições greco-romanas, a salvação e a manutenção da cultura do ocidente e colocam a religião, magia e a narrativa mítica na categoria do pensamento irracional (p.46).

Ao investigar o terreno dos rituais de magia, verificamos que o homem dos primeiros tempos se achava sempre interligado aos elementos da natureza, nos quais os costumes religiosos se estabeleciam de acordo com suas crenças. Segundo Fustel de Coulanges, “o respeito pelo atributo divino e ao princípio invisível entrevia entre um misto de amor e de temor” (Coulanges, 1961, p.128). Nesse espaço de mistérios, a magia se tornou uma prática ritualística que as sociedades antigas realizavam para conquistar desejos considerados por eles como impossíveis.

O uso de feitiços e encantos para mudar o curso natural dos eventos esteve presente nas crenças das divindades antigas desde os primórdios de sua história. Percebemos estas práticas mágicas representadas como ritos de amarração e superstição, a saber: as “simpatias amorosas” usadas para prender o amado, tais artes manhas remete aos filtros elaborados pelas conhecidas feiticeiras Circe² e Medéia³, conhecidas como bruxas na literatura romana.

Por meio dessas perspectivas, nos debruçamos sobre o estudo da religião pública romana, bem como sobre a religião doméstica, revelando as características e as funções desses sistemas religiosos. Analisaremos ainda, como as crenças relativas aos deuses influenciaram na

²Feiticeira do livro IX da Odisséia de Homero. Circe é filha de Hélios, o deus Sol. Circe se apaixona por Ulisses e transforma seus companheiros em animais através de suas porções mágicas (Harvery *apud* Silva, 2004,76)

³Medéia faz parte do mito conhecido em versões literárias como as de Ovídio em as Metamorfoses, livro VII, além disso, é sempre lembrado nos poemas romanos (Silva, 2004,76).

origem de práticas sagradas, juntamente com o os ritos de adoração a esses deuses, que constituíram famílias, permitindo ao homem a facultar maior parte de suas ideias, leis, e suas instituições. Os colégios sacerdotais influenciavam diretamente nas questões religiosas, por meio de instituições encarregadas de preparar os cultos e as cerimônias dos atos públicos, os romanos possuíam uma organização hierárquica representada entre os pontífices, sacerdotes e magistrados. A estes eram dirigidas as múltiplas disciplinas que mantinham a natureza da vida pública.

Estruturamos este trabalho em três capítulos, a saber: o primeiro deles tem como título, “A RELIGIÃO ROMANA: dos ritos públicos aos ritos domésticos – a questão do culto às divindades”, discutiremos o contexto histórico da religião romana no período do reinado de *Octavius Augustus*, revelando as características dos colégios sacerdotais no interior do sistema religioso da *res publica*- a exemplo, os cultos públicos celebrados aos grandes deuses. Nesse sentido, serão analisadas abordagens sobre as questões das religiosidades na sociedade romana, contextualizando suas práticas e crenças. Analisaremos, ainda, os termos, conceitos e definições entre religião e magia- rituais e crenças religiosas que se configuravam no espaço social de Roma, visando saber- como a magia estava representada nessa sociedade. Para isso, estaremos fundamentados em teóricos e estudiosos da História Antropológica, bem como em autores da Historiografia especializada. Desse modo, busca alternativas para compreender como a magia se estabelecia na sociedade romana, bem como os cultos domésticos relacionado aos fenômenos mágico-religiosos do período do Imperador Augusto.

No segundo capítulo, intitulado “O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA: reflexões sobre o ensino da religião e das religiosidades antigas”. Este capítulo aborda a temática sobre religiões e suas pluralidades, visando refletir por meio de concepções teóricas metodológicas, a relevância do ensino de História Antiga, em particular, os estudos das civilizações greco-romanas- a exemplo, “as práticas dos rituais de magia amorosa”, como uma herança que está contido na identidade e nas memórias coletivas dos povos antigos, a se fazerem parte do ensino básico, um conhecimento que não deve ser limitado e /ou extraído dos currículos escolares. Para isso, será realizado uma breve análise do componente curricular do ensino religioso citado nas leis: Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica-(DCN´s) e na Base Nacional Comum Curricular-(BNCC), essas que enfatizam em suas competências e princípios básicos fundamentais, temáticas que abarcam as diversidades culturais e crenças religiosas, à alicerçar os conhecimentos pedagógicos do ensino religioso como fundamento educacional da cultura escolar.

No terceiro e último capítulo, titulado “PRODUTO EDUCACIONAL: religiosidades e seus aspectos plurais- “ritos e rituais” do *populus romanu*”, apresentaremos o percurso metodológico do produto educacional voltado para o professor do ensino básico sobre a religião romana, sublinhando novas questões sobre a relação entre religião e as práticas dos ritos e rituais mágicos na Roma antiga. Sendo assim, visa estruturar por meio dessa pesquisa o percurso de construção do produto educacional, analisando o contexto metodológico, bem como sua estrutura, estratégias, conteúdos e abordagens. Além disso, descreve o relato de como foi a primeira experiência da aplicabilidade do produto paradigmático em sala de aula da educação fundamental.

Veremos que no âmbito da religião os romanos concebiam várias crenças, acreditavam na existência de espíritos e deuses protetores da cidade e do lar, e por esse motivo imaginavam que tudo que habitava o mundo do além deveria ser respeitado, assim como os ritos de magia realizados para incutir as forças da natureza. Por meio dessa pesquisa, poderá ser compreendido que através do sentimento religioso dos romanos, se constituiu o culto aos deuses, um rito praticado ao redor das famílias, em uma religião doméstica que envolvia a crença em deuses benéficos e maléficos, e foi nesta mesma crença que se consagrou as práticas ritualistas vinculadas aos rituais de magia.

A partir dessa perspectiva, busca-se na sociedade romana a compreensão do sentido das práticas religiosas vinculadas aos rituais de magia amorosa. Todavia, a abordagem aqui proposta torna a pesquisa relevante porque analisa as relações entre a religião e suas pluralidades, rituais e magia, produzindo uma verossimilhança simbólica através do imaginário social das práticas religiosas e sua interação com a cultura e saberes históricos. Assim, aborda estudos relacionados no campo da história cultural e na construção de identidades, analisando assim, a cultura e suas linguagens, práticas e representações, subsidiando, tanto o universo simbólico da cultura como o de seus elementos imaginosos relacionados.

I CAPÍTULO- 1. A RELIGIÃO ROMANA: dos ritos públicos aos ritos domésticos – a questão do culto as divindades

Neste debate historiográfico será analisado como os pesquisadores abordaram as questões religiosas na sociedade romana, contextualizando suas práticas e crenças. Além disso, buscaremos alternativas para compreender como a magia se estabelecia na sociedade romana, bem como os cultos domésticos relacionada aos fenômenos mágico-religiosos do período do Imperador Augusto. Antes de contextualizar o percurso histórico da religião romana, será pontuado um breve debate sob a luz de teorias da *História Antropológica*.

2.1 RELIGIOSIDADES: conceitos entre religião- Rituais e magia do *populus romanus*

Antes de iniciar esse constructo, vale ressaltar que o propósito do debate que será exposto a seguir, sugeri uma reflexão teórica mais aprofundada sobre a importância que a perspectiva dos estudos antropológicos pode nos oferecer para compreender aspectos subjetivos de diferentes povos do mundo. Nesse sentido, nos possibilita traçar métodos para que possamos estudar as diversidades culturais, nos mostrando modos e comportamentos dos indivíduos com o seu meio- a exemplo, seus costumes, hábitos, crenças, ritos e rituais, processos históricos, toda uma especificidade cultural que envolvem o fazer humano.

Através do saber antropológico é possível compreender temáticas que reverberam esta pesquisa, como as pluralidades religiosas, a intolerância religiosa e as práticas de diversas crenças, que compõe o universo religioso. Por meio de uma abordagem Antropológica, novas perspectivas podem surgir para desconstruir ideias e críticas preconcebidas a respeito das diversidades religiosas.

Segundo os estudos de Cristine Fortes Lia (2012), para compreender as pluralidades de vertentes religiosas, é necessário conhecer conceitos através de expressões linguísticas próprias de suas dinâmicas, pois cada vertente religiosa contém uma reunião de conceitos e vocábulos particulares que necessitam de ser compreendidos, o que possibilita um estudo para além dos limites da História, que possam ampliar perspectivas por meio da compreensão linguística e antropológica, assim diz: “As religiosidades devem ser identificadas pelo vocabulário específico que as caracteriza” (Lia, p.556).

As pesquisas relacionadas à religião e seus aspectos plurais, como os rituais de magia, se inserem no campo teórico-metodológico da *História Antropológica*. Historicamente, a relação entre a Antropologia e a História aborda estudos pertinentes à cultura de uma sociedade e/ou civilidade, que comparados revelam pontos de semelhança e diferenças. Nesse sentido,

destacaremos a seguir o espaço no qual o fenômeno religioso se constitui como objeto de análise da História Antropológica.

Para analisar as especificidades da História Antropológica, entendemos que é necessário compreender o processo de interação entre a História e a Antropologia. André Burguière (1990), revela que o procedimento de interação pode desembocar numa reflexão Antropológica na qual o etnólogo utiliza a distância que percebe entre sua própria cultura e a de seu terreno de observação para se desvencilhar de suas próprias categorias e reconstruir o sistema lógico da sociedade que estuda, e o historiador pode explorar o caráter parcelar, não construído, dessas fontes brutas, para encontrar além da realidade manifesta, os mecanismos e a lógica que explicam determinada conjuntura.

A antropologia surge no século XIX, nos primeiros esboços que Eduard Tylor denominava “ciência das civilizações”. De acordo com Marcel Detienne (2000), os antropólogos puseram em ligação imediata, conjuntos de relações previamente apreendidas em cada cultura pela análise interna. Os primeiros antropólogos desse mesmo século objetivavam uma Antropologia em que as sociedades antigas teriam um lugar ao lado de todas as outras civilidades. Sob influência da Antropologia social, introduzida na França por Claude Lévi-Strauss, historiadores da Idade média e das sociedades antigas, publicaram programas de utilização de métodos comparativos. A Antropologia anuncia um saber comum aos historiadores e aos antropólogos atarefados em classificar, em arquivar as novas culturas em relação às antigas, em ordená-las do simples ao complexo, conforme o modelo evolucionista.

Do encontro entre historiadores e antropólogos, tornou-se relevante estabelecer relações associadas aos mesmos processos de análises teóricas. Como boa parte da Antropologia estuda formas de vida, parentescos, rituais e simbologias, a História também nos possibilita entender conceitos e processos oriundos das manifestações produzidas pela humanidade. Como se pode notar, para além das variedades de História Cultural, a História Antropológica também privilegia a ‘Cultura’, mais enfocada nos seus sentidos antropológicos. De acordo com José D’Assunção Barros (2002), esse campo privilegia problemas relativos às alteridades e se interessa especialmente pelos povos ágrafos, pelas minorias, pelos modos de comportamento não convencionais, pela organização familiar, pela estrutura de parentesco. De certo modo, o que funda a História Antropológica como um campo novo, mais específico que a História Cultural, é a utilização da antropologia como modelo, mais do que os objetos antropológicos propriamente ditos.

Após esta breve análise do percurso da relação entre História e Antropologia, observaremos as questões de método da área de concentração da História Antropológica. André Burguière (1990) afirma que tudo se desenvolve como se cada sociedade precisasse anular sua transparência para existir, cobrir seus rastros, tanto para si mesmo como para o mundo exterior. Nesse percurso, o antropólogo está familiarizado com o princípio de opacidade que caracteriza toda realidade social. Ele sabe que é sempre preciso contornar o que uma sociedade declara de si mesma para compreendê-la. Os historiadores, ao contrário, por vezes podem apresentar maior dificuldade para se afastarem da mitologia oficial, por terem muitas vezes contribuído para construí-la e transmiti-la. Estudar a história de um ritual ligado à religião pública, procurar datar e explicar o aparecimento das práticas e crenças religiosas, qualquer um desses temas pode ser alçado de outro setor da história, como a história das instituições, a história demográfica ou a história das religiões.

Para Buguière (1990), o propósito do poder é nunca estar exatamente onde se anuncia, e é por isso que a história das instituições revela com frequência a impressão de acumular encontros não realizados. Portanto, a Antropologia histórica não tem domínio próprio, logo ela corresponde a um procedimento que sempre liga a transformação considerada à sua ressonância social e aos comportamentos que ela engendrou ou modificou .

Diante desse exposto, surge uma inquietação; como poderíamos definir a Antropologia Histórica? Antes, chamada de História dos Costumes, agora pode ser conhecida como a Antropologia dos Hábitos. De acordo com André Bruguière (1990), seria próprio da Antropologia estudar os fenômenos através dos quais se designam uma sociedade e uma cultura, fenômenos não significantes para utilizar a linguagem atual, mas significados, isto é, digeridos e interiorizados pela sociedade. Sem concluir essa definição, a Antropologia Histórica talvez corresponda muito mais a um momento do que a um campo da pesquisa histórica. Ela hoje atrai para si os novos métodos e as novas problemáticas, como é o caso da Antropologia da religião, uma especialidade da Antropologia que aborda assuntos como rituais, e as relações culturais de ordem religiosa.

A possibilidade de uso de conceitos oriundos tanto da vertente histórica como da antropológica, significou os interesses comuns, que se voltam para objetos como a vida familiar, as práticas matrimônias, as práticas de magia natural e o âmbito das crenças religiosas. Como afirma José Assunção D'Barros (2002), na verdade, temos aqui uma História da Antropologia que também entra pelos caminhos de uma história Cultural. Nesse sentido, encontra-se uma conexão entre História Antropológica e História Cultural.

O conceito introduzido pela Antropologia Histórica prossegue as pesquisas de mentalidades que refletem um sistema de representação do mundo, que nos vincula às formulações intelectuais, como o direito, as concepções religiosas, o pensamento filosófico ou científico. Segundo André Burguière (1990), encontrar esse vínculo mediante um inventário das significações e uma descrição das categorias que organizam um discurso mítico, determina a simbologia dos gestos, que aplicam relativamente à sociedade. O conceito de mentalidade introduzido entre os historiadores era incerto e ao mesmo tempo aberto para digerir a contribuição das outras disciplinas.

A religião trouxe embates epistemológicos para sua compreensão, tanto na esfera social como no âmbito das ciências humanas. Desse modo, Mércio Gomes (2002) relata que são tantas as culturas e tantas as formas de reconhecer a divindade, o absoluto, o transumano, aquilo que está além da vida cotidiana, que a Antropologia recebe e acolhe todos os sentimentos e as visões de todas as religiões. Estabelecer uma definição acerca do fenômeno religioso é uma tarefa instigante, por ser um tema de abrangência que se torna mais realizável em virtude de ser complementada por outras disciplinas, como a Sociologia da Religião, a História e a própria Teologia.

André Bruguieré (1990) explica ainda, que a partir desse ponto, a Antropologia conquistou a história por baixo, isto é, pelas expressões mais anódinas, menos formulada, da vida cultural, com as crenças populares, os ritos que impregnam a vida cotidiana ou se prendem à vida religiosa, as culturas minoritárias ou o folclore (conjunto das crenças coletivas).

Ademais, é sobre perspectivas da Antropologia Histórica que a religião é abordada, como uma questão a ser discutida, tornando-se um objeto de estudo inserido no campo de saber antropológico, que trata de assuntos como os ‘rituais’, e do relacionamento da religião com as outras dimensões da cultura. As práticas de magia, por exemplo, é uma das crenças da civilidade romana. Este rito representava as relações que se manter entre os reinos celestiais- (os deuses), e os planos terrestres - (os homens), essa conexão estava associado às práticas religiosas que marca a história de uma época de doutrinas, em que as religiões têm um significado importante na cultura de cada civilidade. Nesse sentido, cabe aqui ressaltar alguns conceitos que definem religião e religiosidades, sob a luz de teóricos e pesquisadores.

Para os romanos, a vida religiosa se baseia em uma crença politeísta⁴, e em função disso, a Antropologia propõe que a religião é formada por um sistema de práticas, em que todas

⁴- Assim considerada, a vida religiosa dos Romanos era mais complexa do que pensam aqueles que só consideram a religião oficial e ignoram as manifestações quotidianas numerosas de um sentido do sagrado que nunca lhes faltou. A religião romana parece muitas vezes fria e os historiadores modernos criticam-na por ter reduzido a vida

as sociedades possuem a sua visão em sentido universal. Sabemos que todas as populações ou civilidades demonstram reunir um conjunto de crenças baseadas em poderes sobrenaturais que influenciam as práticas religiosas, representadas por meio de cultos e rituais. Assim, sintetizam todas as religiões, nas quais a cultura, como coletividade, reconhece o respeito e reverência pela origem do sentimento religioso. Se a religião é uma prática que envolve sentimentos baseados em crenças ou não, essa é uma questão que a Antropologia da Religião aceita, em virtude de acolher as visões de todas as religiões.

Conforme as afirmações do historiador Pierre Grimal (1984), a própria origem da palavra religião é incerta. Inicialmente, não designa o culto prestado às divindades, mas um sentimento vago, de ordem instintiva, de ter que se abster a determinado ato, uma impressão de se estar perante a um perigo de ordem sobrenatural. Pois, esta impressão era sentida pelos romanos em grau, quando imaginavam demônios⁵ por toda parte, poderes sobrenaturais muitas vezes inominados que vinham do além para ajudar os homens e, talvez mais frequentemente, para atormentar. Nem os antepassados da família se mantinham encerrados nos túmulos, em certos dias do ano, abandonavam-nos (Cristol & Nony, 1993). Entre esses misto de fenômenos sobrenaturais, as portas do inferno⁶ abriam-se e os vivos apaziguavam esses manes – que o nome pretendia apresentar como favoráveis, porque na realidade eram capazes de ser muito maus (Grimal, 1984).

O sociólogo francês Emile Durkhiem (*apud* Gomes 2002), afirma que toda religião é verdadeira e acredita na proposição de que esta derivaria antes tudo, do sentimento pertencente ao indivíduo no coletivo. Um panteão de deuses, espíritos da água e do fogo, assunto como os rituais, enfim, tudo tem sua vivência e consistência que estimula a *crença* e a *fé*. A palavra religião, como lembra o antropólogo Mércio Gomes (2002), tem sua origem no latim *re-ligare*, que significa o sentimento de voltar a algo inerente ao homem, ao qual o ser teria perdido que talvez tenha sido sua essência primordial ou sua finalidade última.

Em contrapartida, o pesquisador italiano Giorgio Agambem (2007), argumenta que o termo *religio* possui uma etimologia ambígua- insípida e inexata, que não deriva da palavra *religare* – o que liga e une o humano ao divino, mas que provém da terminologia *relegere*- que

religiosa ao cumprimento essencialmente formal de um contrato entre o homem e as divindades (Grimal, 1984: 68).

⁵ - A origem do termo demônio: do Latim *Daemon*, “espírito”, do grego *Daimon*, “divindade, poder divino, deus de menor importância, espírito-guia, deidade tutelar (às vezes podendo incluir espíritos dos mortos. Disponível: <<http://origemdapalavra.com.br/palavras/demonio>>. Acessado em: 29/04/2023).

⁶ - Mundo dos mortos. Um plano completo, é como um imenso templo, muito longo, dividido em números de câmaras separadas por portas externas com um pátio superior em cada extremidade, ou seja, mundo exterior. “Lugares subterrâneos” (Gennep, 1978, p. 220).

significa a atitude do escrúpulo e de atenção, que deve caracterizar as relações do ser com os deuses. É a inquieta hesitação (o “reler”) perante as formas e as fórmulas, que se devem observar com o propósito de respeitar a separação entre o sagrado e o profano. O autor explica ainda, que a *religio* não é algo que une homens aos deuses, mas é aquilo que é cultivado para que se mantenham distintos. Dessa forma, a Religião não se opõe ao que é incrédulo e a indiferença no que se refere ao divino, mas a “negligencia”, é assim, uma atitude livre e “distráida”, ou seja, desvinculada da *religio* das normas, diante das coisas e do seu uso, das formas da separação e do seu significado.

Já a palavra religiosidades, apesar de ser muito próximo ao de religião, trata-se da reunião das virtudes do que é religioso, é a tendência do sentimento da *religió*. De acordo com a psicologia de C. G. Jung (1990) a religiosidade é comumente entendida, como religiões instituídas ou profissões de fé, em que o indivíduo passa a fazer parte de ritos, celebrações e cerimônias, desenvolvidos em práticas coletivas (culturais). Desse modo, o autor explica que uma das características da religiosidade é a atitude de uma consciência transformadora pela experiência do numinoso⁷- significa (*Numen ineffabile*), que se relaciona com o conceito de sagrado ou santo, é uma interpretação e avaliação do que existe no domínio especificamente religioso. Em outro sentido, é a vida do observador que aponta sua experiência subjetiva e consciente, importante para a aceção.

Assim, Jung observa a religião, ou religiosidade, como uma atitude do espírito humano, atitude que segundo o termo original da *religio* pode ser considerada por uma percepção mais criteriosa em seus fatores dinâmicos, entendidos como potências que influenciam a consciência e, portanto, a experiência. Conforme a teoria Junguiana, a religiosidade é tratada como uma experiência primordial e individual que na forma confessional, a experiência não é direta, mas mediada pelo sistema simbólico de uma determinada religião. Essa experimentação propaga significados coletivos e relativamente fixos para a vivência do numinoso, a mediação conjectura a crença, ou fé, pois se transmite por meio do estabelecimento de doutrinas. Dessa forma, define que:

Religiosidade tende a denotar um sentido mais estrito, vinculado à religião institucional; e “espiritualidade” tende a ser diferenciada de religião em função de um sentido (ou conotação) mais individual ou subjetivo de experiência do sagrado. A religiosidade pode ser definida como o efeito, de caráter irresistível, que o numen impõe à consciência. Em outras palavras, a manifestação do numen através do

⁷ Numinoso, é uma existência ou um efeito dinâmico não causados por um ato arbitrário. Pelo contrário, é o efeito que se apodera e domina o sujeito humano, mais sua vítima do que seu criador. Qualquer que seja a sua causa, o numinoso constitui uma condição do sujeito, e é independente de sua vontade (Jung, 1990, p.9 *apud* Xavier, 2006, p.185).

arquétipo na consciência é sentida como algo de espiritual, irresistível, impondo um sentimento de reverência religiosa (Jung, 1990 *apud* Xavier, 2006 p.184,185).

Por meio dessa definição Junguina, é possível notar que a religiosidade fornece uma relação mais subjetiva no que se refere ao sagrado, denota a relação que o ser possui com uma determinada crença (o divino). Conforme o autor, é uma estrutura mais espiritualista imposto a consciência pelo sentimento religioso. De Lukoff, 1992 (*Apud* Silvia Fornazari e Renatha Ferreira (2010), nos diz que a religiosidade está relacionada com uma instituição religiosa, em que o indivíduo acompanha uma crença ou prática, proposta por uma determinada religião.

De acordo com Cristine Fortes Lia (2012), as religiosidades são resultadas de processos pertinentes às necessidades das diferentes civilizações, no qual a grande contribuição no estudo das mesmas, está em manifestar as continuidades dos processos religiosos. Evidenciando assim, as relações existentes com as manifestações de fé das sociedades de outros períodos históricos, com o contemporâneo.

Como vimos, religião e religiosidades mesmo apresentando termos semelhantes, ambas possuem singularidades distintas em seus aspectos funcionais no sentido religioso. Corroborando com essa diferenciação, outra definição de religião foi elaborada por Edward Tylor (*apud* Marconi e Pressoto, 1998), que assim diz: “é a crença em seres espirituais” (p.162). As normas religiosas de comportamento baseiam-se nas incertezas da vida e variam muito de uma sociedade para outra. Entretanto, tornam-se mais evidentes nos momentos de transição, ou seja, desde o nascimento a adolescência, do casamento à morte. Desse modo, notamos que a religião é também um ato de expressar os sentimentos em favor de determinadas divindades que se modificam, de sociedade para sociedade. Segundo o pesquisador Giorgio Agamben (2007), ao definir religião é necessário saber separar as duas esferas, do sagrado para o profano, da esfera humana para o divino, por isso diz que:

Pode-se definir como religião aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, como toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso. É essencial o corte que separa as duas esferas, o limiar que a vítima deve atravessar, não importando se num sentido ou noutro. O que foi separado ritualmente pode ser restituído, mediante o rito, à esfera profana. O dispositivo que realiza e regula a separação é o sacrifício: através de uma série de rituais minuciosos, diferenciados segundo a variedade das culturas (Agamben, 2007, p.58).

Para Mércio Gomes (2002), essa característica é predominante em todas as culturas, pois existe um sentimento que reconhece algo que está além da materialidade dela própria, além da vida como é vivida. Nesse sentido, podemos caracterizar o objeto desse sentimento de absoluto ou transcendental, ou seja, além do humano, reconhecendo desde já que tal sentimento não deixa de ser humano, por ser próprio das culturas. A Antropologia, sem objetivar decifrar

o mistério religioso, não pode negligenciar a realidade desse sentimento sobre o sagrado, presente em todas as culturas.

Por outro lado, quando analisamos o pensamento de Ludwig Peter Berger, (*apud* Robson Gomes Filho, 1985), percebemos que a compreensão de qualquer sistema religioso se refere ao efeito ou “reflexo” dos processos sociais. Ou seja, o que assume nesta discussão, é a necessidade de se realizar um conjunto de análises teóricas que definem o funcionalismo religioso, pois como analisa Ludwig Peter Berger, a mesma atividade humana que produz a sociedade, também produz a religião, onde a relação entre os dois produtos é sempre dialética. É, assim, igualmente possível que, num determinado desenvolvimento histórico, um processo social seja o efeito da idealização religiosa, enquanto em outro desenvolvimento, pode se dar o contrário. A implicação do enraizamento da religião na atividade humana não é de que a religião seja sempre uma variável dependente na história de uma sociedade, e sim que ela deriva a sua realidade objetiva e subjetiva dos seres humanos, que a produzem e reproduzem ao longo de suas vidas.

Sabemos- que as religiões e suas religiosidades compreendem o sentido de coletividades, que no seu seio densolvem-se, suas crenças e práticas. Em contextos diferentes, a religião denota um caráter mais individual do seguimento de uma crença, já o sentido das religiosidades possibilita o meio, as práticas que o indivíduo busca para se relacionar com o que é divino. Como descata Silvia e Sirqueira, 2009 (*Apud* Gomes, Farina e Dal Forno (2012), em seus estudos sobre os conceitos de Religião e Religiosidades, enquanto a religião aparece como uma ordem mais intuitiva e doutrinária, o sentido da religiosidade propõe uma expressão ou prática daquele que crê, podendo estar relacionada com uma instituição religiosa. Esta ação possibilita ao sujeito a possuir experiências, mágicas e esotéricas, no sentido espiritual. Segundo os estudos apresentados por esses pesquisadores, religião e religiosidades não são realidades distanciadas ou desconectadas uma das outras, pois ambas compreendem experiências inseparáveis, bem como a espiritualidade⁸- que compreende a dimensão que conecta o ser humano ao que é transcendente na busca de um significado. Assim, cada uma dessas vertentes,

⁸ A espiritualidade, tende a ser diferenciada de religião em função de um sentido (ou conotação) mais individual ou subjetivo de experiência do sagrado. É outro fator humano, o espírito (*Geist*), que se constitui em conceito subjacente à dinâmica ou realidade psicológica da religiosidade, a qual é de uma ordem mais complexa (Jung, 1990 *apud* Xavier, 2006, p.184). A espiritualidade é a dimensão peculiar de todo ser humano e o impulsiona na busca do sagrado, da experiência transcendente na tentativa de dar sentido e resposta aos aspectos fundamentais da vida. A espiritualidade não é monopólio das religiões ou de algum movimento espiritual. Ela é inerente ao ser humano. É a dimensão que eleva a pessoa para além de seu universo (Gomes, Farina e Dal Forno, 2014, p.108).

são consideradas como dimensões, que revela a peculiaridade da experiência religiosa de um indivíduo.

De acordo com análises da Antropologia Cultural, a religião é uma forma de dominação regida por ideologias e hierarquias que submetem o homem a uma alienação⁹ cuja conquista do ser se dá por meio de orações, oferendas, cantos e danças. Nesse sentido, Marina Marconi e Maria Pessotto (1998), definem a religião como algo além de uma crença em seres sobrenaturais, oferecendo para os homens um conjunto de doutrinas e normas que os indivíduos passam a respeitar acreditando em divindades que possam lhe oferecer segurança e sobrevivência durante e após a vida na terra. Em contrapartida, identificam a crença como uma maneira de se relacionar a um plano sobrenatural em que cada indivíduo deve respeitar e até realizar sacrifícios para então ser ungido de benção e poder receber graças pela sua obediência e por ter acreditado em sua fé.

Nesse sentido, vejamos a categoria de conceitos que apresenta Marina Marconi e Maria Pessotto (1998), a respeito dos elementos constitutivos da religião como a crença e o ritual, a saber: a *crença* consiste em um sentimento de respeito, submissão, reverência, confiança e até mesmo em relação ao sobrenatural e ao desconhecido. É a aceitação voluntária de uma ordem de coisas que não pode ser provada pela lógica ou pelos sentidos. O indivíduo reconhece e aceita a superioridade do sobrenatural. Já o *ritual*, corresponde à manifestação dos sentimentos por um ou vários indivíduos, em qualquer meio através da ação. Consiste em um tipo de atividade padronizada, em que todos agem do mesmo modo, e que se volta para um ou vários deuses, para seres espirituais ou forças sobrenaturais.

Entre os fenômenos que envolvem o sobrenatural existem conceitos que explicam alguns aspectos associados à religião, no qual o antropólogo Evans-Pritchard (*apud* Marconi & Pressoto, 1998), classifica as teorias em psicológicas e sociológicas. O animismo, por exemplo, se encontra na categoria psicológica, que significa a crença em seres espirituais. Esses seres essencialmente etéreos são conhecidos como almas, espíritos, demônios, anjos, deuses. Porém a base do animismo é a alma, força vital que anima o corpo. Quando o homem dorme, a alma vagueia e quando ele não retorna, ele morre. Para Tylor (*Apud* Marconi & Pressoto, 1998), o animismo abrange a crença nas almas num estado futuro, o controle de divindades e de espíritos

⁹ -Alienação: A palavra alienação vem do latim *alienus* que veio a dar “alheio”, significando o que pertence a outro. Sendo a alienação religiosa a fonte de toda a alienação. Pela religião o homem faz de Deus, o ser que ele próprio aspira a ser, o homem ideal que é, também, o seu ideal de homem – realizando-se assim, imaginariamente, como Deus. A alienação reside aqui, no facto de o homem atribuir a outrem – a Deus, um “outro” imaginário-aquilo que não é senão seu (Feuerbach *Apud* Serra, 200,7).

subordinados, o que resulta em gêneros de adoração ativa. Já o Manismo, outra teoria psicológica, se refere aos deuses manes, espíritos dos mortos.

Os romanos acreditavam que a alma sobrevive e que todos seus atos possuem um caráter eminentemente religioso. Assim, Pritchard, revela que os fatos da religião antiga devem ser explicados não em si mesmos, mas em relação a outros fatores, ou seja, àqueles que com ela formam um sistema de ideias, práticas e outros fenômenos sociais que se associam. A religião não é, portanto, um fato isolado no interior da cultura. Liga-se à organização social, política, econômica, atividades de lazer e estéticas Pritchard (*apud* Marconi & Pressoto, 1978). Antes de analisarmos estas questões, entendemos ser necessário o estudo do conceito de ritual, proposto pela Antropologia.

Para chegarmos a um entendimento sobre os ritos e os rituais, teremos como bases teóricas as análises inseridas no campo de abordagem da antropologia cultural, no qual se convencionou chamar de Antropologia Religiosa. O termo rito etimologicamente deriva do latim *ritus*, que designa um culto, uma cerimônia religiosa, mas também num sentido mais lato, se refere a um uso, um costume.

De acordo com Jean Maisonneuve (1996), em qualquer circunstância, os ritos sempre designam comportamentos específicos, relacionados com regras precisas, caracterizados pela repetição, mas cuja função não é evidente. Por outro lado, quaisquer que sejam as variedades concretas e as variações no espaço e no tempo, a existência de rituais sociais parece universal. O autor destaca ainda que, tanto na Etnologia como na Sociologia, os rituais designam um conjunto (ou um tipo) de práticas prescritas, relacionadas com crenças mágicas e/ou religiosas como as cerimônias e as festividades, que segundo as observações e a interpretação de investigadores como Emile Durkheim, Claude Lévi Strauss e Victor Tuner, suscitaram as dicotomias do sagrado e do profano, do puro e do impuro.

A etnóloga francesa Martine Segalen (1998), define o ritual como um conjunto de atos formalizados, portadores de uma dimensão simbólica. Assim, o rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específico, através da utilização de uma série de objetos, por sistemas de linguagens específicas, e alguns sinais icônicos, cujo significado é codificado, constituindo um dos bens comuns de um grupo. Segundo a autora, essas definições se baseiam em critérios morfológicos e enfatizam a dimensão coletiva. O ritual é uma fonte de sentido para aqueles que compartilham, reconhecendo que estes eventos têm um campo específico, que consiste em marcar rupturas e descontinuidades, momentos individuais e momentos sociais.

Quanto à utilização dos termos “rito” e “ritual”, verificamos que não há uma distinção entre ambos, pois como revela Jean Maisoneuve (1996), se torna impossível estabelecer uma relação que os diferencie, devido ao nível de abrangência que correspondem os conceitos dessas expressões, no qual o ritual vem designar um sistema de ritos em que estes são componentes elementares, como por exemplo, o ritual fúnebre, que compreende uma pluralidade de ritos sagrados e cerimônias. Em concordância, o ritual significa, dessa forma, a conformidade com as prescrições do rito.

Nas concepções associadas pelo etnólogo Emile Durkheim (*apud* Martine Segalen 1998), observamos que o paralelo entre ritos e rituais incluem cerimônias para garantir a prosperidade do culto, que expressa tanto a vida religiosa quanto a vida social. No geral, Emile Durkheim, enfatiza que os ritos têm a intensão de ligar o presente ao passado, mas também de preparar o indivíduo para uma transição social. Por fim, argumenta que a resposta da antropologia para entender a eficácia do rito está no social. Os indivíduos estão reunidos em um grupo social, no qual experimentam sentimentos que expressam atos em comum. Portanto, tudo leva à mesma ideia; a de que os ritos são fundamentalmente a vida coletiva que atinge certo grau de eficácia, isto é, quando se reúnem as condições demográficas, sociais e culturais, abre-se caminho para a vida religiosa, porque determina um estado de efervescência.

Trazendo o ritual para a sua relação com o pensamento mágico e religioso, e mais geralmente para as forças inconscientes que regem as ações de um indivíduo, Martine Segalen (1998), acrescenta que a eficácia do rito depende do cerimonial válido, inseparável de uma legitimidade pois não se pode fazer de qualquer maneira, necessitando apoiar-se em símbolos reconhecidos pela coletividade. Ou seja, para que haja rito, deve haver um certo número de operações, de gestos, palavras e objetos convencionais, nos quais se acredita em uma crença, numa espécie de transcendência, para então realizar uma análise social. Segundo a autora, o que precisamos entender é a essência do ritual, no qual se manifesta como uma mistura individual e coletiva. Definido em propriedades morfológicas e através da sua eficácia social, os ritos também são caracterizados por ações simbólicas expressas por signos emblemáticos tangíveis em manifestações pessoais.

Ao analisar as características de um ritual, sabemos que ele é composto por elementos e manifestações que expressam as crenças em práticas religiosas e, desse modo, as formas de ritual variam de acordo com a organização do culto que consiste em atos religiosos como rezar, cantar, dançar ofertar objetos aos deuses, havendo três formas principais de representação de um ritual, a saber: oração, oferenda e manifestações nos cerimônias. De acordo com os

antropólogos, Marina Marconi & Maria Pressoto (1998), há uma definição para ritual que corresponde à manifestação dos sentimentos por um ou vários indivíduos, em qualquer meio, através da ação, que, embora de caráter religioso ou mágico, não é tão persistente quanto o culto.

Reservando a utilização extensiva das expressões do termo, verificamos analogias e aproximações que podem compor os ritos. O costume, por exemplo, verifica que o rito se reduz a certos usos ou segmentos de conduta que se revestem de um caráter rotineiro e estereotipado. Assim, a utilização extensiva do termo continua dotada de um elo de sentido e de símbolo irredutível à utilidade. Segundo Jean Maisoneuve (1996), pode-se afirmar que os ritos constituem um sistema codificado específico, que permite que certas pessoas e grupos estabeleçam uma relação com um poder oculto, com um ser divino, ou os seus substitutos sobrenaturais. Desta forma, o rito se reveste de um caráter quase imutável ao longo do tempo, verificando-se, neste aspecto aquilo que o distingue de um simples costume. Quanto à cerimônia ou culto, essas expressões estão associadas na literatura etnológica e sociológica. Ainda reservando o termo “culto” para as práticas que exprimem a veneração a uma divindade, estas distinções são convencionais, uma vez que a cerimônia laica se reveste geralmente de um caráter solene e de um ritual mais ou menos religioso, e não podemos esquecer a etimologia que designa o culto, como respeito pelo sagrado.

Há outra maneira em que Martine Segalen (*apud* Emile Durkheim, 1998), associa as crenças com representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e suas relações, seja com alguns, que inclui pensamento religioso, ou todos, com questões profanas, em que isola tabus associados à religião dos ritos. No geral, Emile Durkheim define que os rituais são regras de conduta, que prescrevem como o homem deve se comportar em relação às coisas sagradas.

Definido em propriedades morfológicas e através da sua eficácia social, os ritos também são caracterizados por ações simbólicas expressas por emblemas tangíveis e atos pessoais. Nesse sentido, Martine Segalen (1998) conclui que a função de um rito não é o efeito que parece estar na faixa de suas características, mas em geral na ação, mantendo-se sempre semelhante a si mesmo, capaz de adaptar diferentes formas de acordo com as circunstâncias. Assim, o caráter distintivo do rito é a constituição interna das palavras, partes e crenças, porém no seu significado externo, nas suas relações com o meio e todo conjunto cultural.

Do ponto de vista antropológico, Jean Cazeneuve (1996) acrescenta que o ritual poderia fornecer algumas soluções ou fortalecer as energias contra a angústia e contra os riscos relacionados a tudo o que nos ultrapassa, esse “sobre-humano”. Os ritos apontam para a

preservação (tabus), para a purificação (extinção das máculas) ou para um ordenamento do devir (ritos de transição). O ritual procura obter o poder por meio de contatos com o sobrenatural, ou ainda recorrer a uma divindade transcendente, suprema, que permite ao homem participar simultaneamente da sua essência e separar a zona sagrada da profana¹⁰.

Ainda sobre a função dos rituais, Jean Maisoneuve (1996), observa que seus significados asseguram a vivência de um grupo, por todas as situações e sentimentos que represente a expressão, cuja regulação resulta de uma abordagem desse investigador. Assim, atribui aos rituais em três funções principais, que estão relacionadas entre si e desigualmente conscientes nos grupos e nos sujeitos em questão: as condutas de rituais exprimem e liberam a inquietude humana perante a corporação e o mundo, permitindo que sejam canalizadas as emoções, como o ódio e o medo. A função de mediação com o divino e os valores ocultos está diretamente relacionada com a anterior, uma vez que tende a conciliar-se com poderes que nos escapam, como divindades, espíritos benéficos e maléficos, diante aquilo que não é acessível e controlável.

Através dessas funções, os rituais situam-se no ponto de convergência entre a natureza e a cultura, entre o sensível e o espiritual: assegurando, não só uma regulação social e moral, mas também a satisfação consagrada dos desejos: abundância, consolo e perdão. Por fim, em qualquer circunstância, a elaboração de uma teoria acerca do rito conjuga, geralmente, várias abordagens. Para Jean Maisoneuve (1996), o ritual é um sistema codificado de práticas, mediante certas condições de lugar e tempo, que possui um sentido vivido e um valor simbólico para os seus atores e os seus testemunhos, implicando a ação do corpo e certa relação com o sagrado.

Entre os fenômenos religiosos que envolvem o sobrenatural existem teorias que explicam alguns aspectos associados à religião, no qual a Antropologia se encarrega de estudar e/ou analisar. Dessa forma, o ato ritualístico corresponde às classificações que incluem o pensamento religioso e os tabus que se aplicam e devem permanecer, à disposição dos dois elementos constitutivos da religião como, as crenças e os rituais. Nesse sentido, Marina Marconi & Maria Pessotto (1998), acrescentam alguns aspectos teóricos, a saber: a 'crença', por

¹⁰ Durkheim (2000), considera a dicotomia sagrado/profano como uma forma e uma categoria de pensar e viver a realidade. Os termos dessa dicotomia são bipolares e simultaneamente complementares e irredutíveis, isto é, um não pode ser reduzido ao outro e, no entanto, um não pode subsistir sem o outro. A característica essencial de religião, para ele, é o *sagrado*, que é algo extraordinário, enquanto que seu oposto, o *profano*, está relacionado às coisas ordinárias e mundanas. Essa distinção entre sagrado e profano não é da mesma ordem que a distinção entre sobrenatural e natural. Mas o sagrado mesmo é a sociedade. O que inspira o sentimento religioso é a própria sociedade. A religião não apenas tem sua origem na sociedade, mas identifica-se com ela (Durkheim, 2000, p.18).

exemplo, é um sentimento de respeito, submissão, reverência, confiança e até mesmo de fé em relação ao sobrenatural e ao desconhecido. Seria aceitação voluntária de uma ordem de coisas que não pode ser provada pela lógica ou pelos sentidos. O indivíduo reconhece e aceita a superioridade do sobrenatural. Já o ‘ritual’, consiste em um tipo de atividade padronizada, em que todos agem mais ou menos do mesmo modo, e que se volta para um ou vários deuses, para seres espirituais ou forças sobrenaturais, com uma finalidade qualquer.

Em suma, entende-se como estes elementos estão estreitamente ligados aos rituais, e sem eles, esses mesmos ritos não poderiam existir nem funcionar. Como acrescenta Jean Maisonneuve (1996), o rito refere-se por um lado a um conjunto de crenças que podem tomar a forma de determinada doutrina religiosa ou mágica, a determinado mito das origens, a determinadas ideias laicas, que implicam sempre uma atitude mental de ordem da “fé”. Por outro lado, trata-se de um conjunto de condutas corporais - atitudes, gestos, danças, vocalizações, sem as quais essa fé não poderia exprimir-se, não poderia incarnar-se. Não existe qualquer ritual que não sirva do corpo como suporte direto ou indireto da sua ação ou do seu projeto: seja como local para nele fixar sinais, marcas, ou até mesmo para nele praticar intervenções, sejam como fonte de energia e de influência, contatos, apelos e lamentações.

A partir da diversidade dessas perspectivas a respeito do conceito de ritual, apresentaremos a seguir algumas definições sobre “magia” como uma questão a ser discutida, tornando-se um objeto de estudo inserido no campo de saber antropológico, tratando de assuntos como os rituais mágicos e o relacionamento da religião com as outras dimensões da cultura.

Os rituais mágicos de amor, por exemplo, é uma das crenças da civilidade romana. Estes (ritos) correspondiam às ações que um ser fazia em direção às suas divindades, com o intuito de manipular as forças naturais para incutir o amor e/ou a paixão, e estava associado às práticas religiosas que marca a história de uma época de doutrinas, em que para as religiões têm um significado importante na cultura de cada civilidade. Nesse sentido, vejamos algumas reflexões entre magia e religião a luz de estudiosos da historiografia especializada.

Ao pensar em religião e magia, veremos que ambos são práticas que envolvem um misto de crenças e ações, que de forma sistematizadas apresentam aspectos plurais distintos, mas que nem sempre se afastam em suas relações e semelhanças culturais, as duas circundam um conjunto de elementos impregnados de simbologias e rituais. Sendo assim, representam a crença de um grupo coletivo que aproximam o homem de uma entidade e/ou divindade, a tudo que é considerado como sagrado, atribuído a poderes sobrenaturais.

Artur Cesar Isaia (2012), pontua que nos limites das tradições, magia e religião se interagem. Nesse pressuposto, cita Marcel Mauss, relatando que tanto a religião quanto a magia recorriam a rito e ritos e ao mesmo tempo, via a magia alicerçada na crença, frequentando a noção de sagrado, portanto, irremediavelmente ligada à sociedade e separada da religião pelas peculiaridades do seu rito. Assim, tanto a magia, como a religião eram fenômenos sociais, de modo que religião, técnica e magia, coabitavam socialmente, desenvolvendo, a partir de suas peculiaridades, um parentesco social, Mauss (*apud* Isaia, 2012).

Por meio das perspectivas do antropólogo Bronislaw Malinowski (1984), entende-se que há um predomínio conspícuo da magia sobre a religião, pelo menos no que se refere ao culto religioso. Segundo ele, ‘a fé no poder da magia’, é uma das principais forças psicológicas indispensáveis a vida do homem em suas atividades, o que elimina a hipótese errônea de que magia, contrariamente à religião, é por sua própria natureza essencialmente maléfica e antissocial, quando usada com a finalidade de atingir interesses egoístas, provocando efeitos que prejudique o bem-comum. Em contrapartida, argumenta que a magia em si, não é maléfica nem benéfica:

(..) é simplesmente um poder imaginário de controle sobre as forças da natureza, que pode ser exercido pelo feiticeiro, para o bem ou para o mal, para beneficiar um indivíduo ou uma comunidade ou para prejudica-los. A magia é a tentativa humana de controlar diretamente as forças da natureza, através de conhecimentos especiais [...] a magia dá ao homem o poder de controlar as forças da natureza, ela é a arma e o escudo como o que o homem enfrenta todos os perigos que o rodeiam (Malinowski, 1984, p. 7-9).

Por meio dessas concepções distintas, entre religião e magia, veremos como essas duas práticas se associam. Os diálogos da magia se relacionam com a história cultural e a história antropológica, por estarem envoltos a aspectos místicos da religião. Segundo Maria Regina Candido, o pensamento da historiografia busca no contato das tradições greco-romanas, a salvação e a manutenção da cultura do ocidente e colocam a religião, magia e a narrativa mítica na categoria do pensamento irracional (Cândido, *s.d.* p.46).

Utilizando os conceitos teóricos definido pelo antropólogo Marcel Mauss (1979), saberemos que a magia é composta de agentes, atos e representações. Magos são indivíduos que levam a cabo os atos de magia, embora não sejam profissionais. As *representações mágicas* são as ideias e as crenças que correspondem aos atos mágicos. Quanto à relação aos outros elementos da magia, é definido como ritos mágicos. Explica, ainda, que não é correto fazer essa definição de ‘magia’ por nossa conta, pois não podemos nos contentar em chamar de mágicos os fatos que foram designados como tais por seus atores ou por seus espectadores. Estes se colocavam em pontos de vista subjetivos, que não são necessariamente aos da ciência.

Segundo Baroja, citado por Silva (2004), a palavra “magia” do grego *μαγεία*, foi empregada em uma época determinada, aludindo às atividades dos magos que são certos indivíduos que possuía um saber específico sobre a eficácia da magia, justamente pelo seu domínio acabava sendo perseguido, entre eles, adivinhos e feiticeiros. De acordo com Keith Thomas (1991), a legitimidade de qualquer ritual mágico dependia da posição oficial que sobre ele assumia. Assim, os limites da atividade mágica eram determinados pelas suas próprias fórmulas e pelo potencial da natureza. Enquanto a religião detinha seus aspectos mágicos, a magia era, por sua vez, afetada pela religião contemporânea. Dessa forma, as práticas mágicas tornam-se uma busca pelo sagrado, pois busca o conhecimento não mediante ao estudo e a pesquisa, mas pela revelação.

De acordo com o antropólogo Marcel Mauss (1979), os ritos mágicos, e a magia como um todo, são, em primeiro lugar, fatos de *tradição*. Atos que não *se repetem* não são mágicos. Portanto, entre os ritos, há alguns que são certamente religiosos, a saber: o os ritos solenes, públicos, obrigatórios, regulares, como as festas e os sacramentos. Há outros ritos, ao contrário, que são regularmente mágicos, como os maléficos e/ou ilícitos. Estes são expressamente proibidos e punidos. Esses dois extremos formam, por assim dizer, os dois polos da magia e da religião em que há o polo do sacrifício e o polo do malefício.

Para Maria Regina Cândido (1994), especialista em magia, o lugar comum entre a magia e a religião seria o fato em que ambas fazem referências aos poderes e as forças sobrenaturais. Nesse sentido, afirma que “a magia é o saber primitivo relacionado à crença em controlar os poderes da natureza” p.6-48). Segundo Raimund Bloch, “tudo o que respeitava ao mundo do além pertencia ao domínio do sagrado, o intocável” (1966, p.125).

Elisabete C. Silva (2004) explica que a magia no mundo romano esteve intimamente relacionada com a religião durante muito tempo, de tal maneira que nem sempre era fácil distinguir as fronteiras entre as práticas religiosas e as práticas mágicas. Seus campos de ação interferem-se frequentemente. Conforme Maria Regina Cândido (2006), a magia repousa sobre um sistema taxológico complexo, que permite formar uma grande cadeia, na qual se pode chegar até a uma divindade. Portanto, as famosas leis mágicas explicam o valor das representações (amuletos), da música, da dança e, sobretudo dos encantamentos. O mundo do mágico se estabelece bem como “aquele onde a imagem é objeto, o nome é a pessoa e a voz é criadora, tornando visível o invisível simbólico. Os corpos visíveis simbolizam os espíritos invisíveis” (2006, p.6).

De acordo com as análises de Marina Marconi & Zelia Pressotto (1998), as práticas de magia têm a finalidade de proteger o indivíduo em determinadas circunstâncias: na guerra, em viagens, nos negócios e no amor etc. Nesse sentido a magia possui as seguintes denominações: “boa ou benéfica”, quando as forças sobrenaturais são invocadas em benefício de alguém, “má ou maléfica”, quando é realizada para fazer o mal (1998, p.78). Todavia, define Marcel Mauss (1979), a magia é feita heresia quando um rito não faz parte de um culto organizado. Desse modo, se o rito for privado, secreto, misterioso, tende no limite ao rito de ser proibido. “Nota-se que não definimos a magia pela forma de seus ritos, mas pelas condições nas quais eles se produzem e que marcam o lugar que ocupam no conjunto dos hábitos sociais” (p.55).

Partindo desse discurso teórico, sobre conceitos e definições, nos dedicamos a analisar os aspectos de uma religião politeísta como a dos romanos, identificando os planos da religião pública e revelando as características e a função dos colégios sacerdotais no interior do sistema religioso da *res pública*¹¹, como por exemplo, os cultos públicos celebrados aos grandes deuses. Tais cultos, correspondem às relações religiosas que se deveria manter entre os deuses e as cidades, assim como a religião doméstica que oferecia ritos aos deuses domésticos, limitados ao interior de cada casa celebrado pelo *pater famílias*¹². Através deste culto, o homem romano divinizava as almas humanas a partir da morte. Quanto à natureza religiosa dos ritos públicos, poderemos recordar o modelo oferecido pela vida religiosa dos colégios sacerdotais e/ou das famílias da *Urbe*, caracterizando o conjunto de elementos da religião do cidadão romano.

Nesse constructo, veremos como as atividades cívicas- políticas estavam sempre em conexão com o sistema religioso romano. Sendo assim, tornava-se comum a prática de realização de rituais e oferendas em troca de proteção as famílias, e a *res pública*.

Ao analisar os aspectos de uma religião politeísta como a de Roma, verificamos uma diversidade de crenças semelhante à dos gregos. Nesse sentido, na religião pública dos romanos se tornou costume o ato de realizar cultos. Os ritos eram destinados aos deuses da cidade e dos lares, bem como a religião do fogo sagrado, pois tudo o que confiavam a segurança do *Populus Romanus* estavam conectados ao culto das divindades (Luís, 1983). Para Elisabete S. Costa

¹¹ - Res pública: regime político que, após a queda da realeza, concilia os principais órgãos do governo (assembleias, conselho, magistrados) e permite que estes funcionem; opõem-se, pois, as questões domésticas. (res privada). (Christol & Nony, 1993, p.59)

¹² - Chefe de família, de fundo genético, representado pela figura masculina e a mais velha da casa como, o pai. A célula familiar obedecia ao pai de família por isso *pater famílias* que tinha autoridade sobre a mulher e os filhos (Coulanges, 1961, p.35-36).

(2006), com o fim da Segunda Guerra Púnica¹³, novos cultos foram aceitos, mas só poderiam ser celebrados à semelhança dos cultos romanos e sob vigilância dos magistrados de Roma.

Segundo Leo Bloch (1981), depois do advento das Guerras Púnicas, houve um fluxo gradual dos deuses e dos ritos gregos. Entre as crenças introduzidas neste período estão as práticas mágicas. Semíramis Corsi Silva (2004), relata que a magia introduzida no espaço romano teve influência do mundo grego, até mesmo na reprodução de personagens arquétipos da feitiçaria, como Circe e Medéia. “Os romanos também criaram suas personagens, descreveram rituais em seus pormenores e discutiram sobre as origens da magia” (p.76). Mas antes de pautarmos sobre os fenômenos mágicos, abordaremos um breve relato sobre o contexto sócio-político no tempo de Augusto.

Cristina S. Pimentel e Nuno S. Rodrigues (2010), explicam que a época política de Augusto é rica em acontecimentos que se direcionavam entre a cultura e a sociedade romana. Os conflitos que se desencadearam neste período são aspectos da crise institucional e cívica dos finais da República em que emergem questões socio-jurídicas e opções políticas diversas. Além desses, o advento das Guerras Púnicas trouxe para Roma, outros conflitos sociais que afetou tanto a política como meio cultural.

Para Elisabete da Silva Costa (2004), foi nesse período que, em Roma, começou a ocorrer perseguições a adivinhos, agoureiros e adoradores de outros deuses que não se enquadravam nas exigências do governo e representavam uma ameaça ao equilíbrio religioso. De acordo com Mario Cutrin (2001), Augusto propôs uma restauração religiosa, objetivando realizar uma mudança geral na moralidade, da paz e da autoridade em todo o Império. É neste contexto de instabilidade que outros cultos e práticas orientais foram acolhidos em Roma, entre esses, os rituais de magia.

A perpetuação dos rituais de magia, bem como a prática desses fenômenos mágicos, passa a ser envolvidos no sistema religioso desses povos. Semíramis Corsi Silva (2004), relata que entre os romanos a magia teve maior trato pelas autoridades civis que entre os gregos. O autor destaca também que, ao chegar em território itálico, a magia se assemelhava a alguns traços característicos dos cultos locais. No entanto, segundo Elisabete S. Costa (2004), apesar

¹³- Com o surgimento de Cartago como potência econômica e militar, empenharam-se os romanos nas chamadas Guerras Púnicas. A primeira (269-241) terminou com a província romana à Sicília em 241, seguida pela Sardenha e pela Córsega em 238. Com a vitória de Cipião, o Africano em Zana 202, termina a segunda Guerra Púnica (218-201) com a capitulação de Cartago e a cessão do território de Siracusa a Roma. Mas só depois da terceira Guerra Púnica (149-146), Cartago é destruída por Cipião Emiliano, e o norte da África torna-se província romana e o Mediterrâneo é chamado *mare nostrum* pelos romanos. Bem organizada e dominando o Mediterrâneo depois das Guerras Púnicas, Roma expandiu rapidamente seus domínios (Brasero, 2001, p.102).

de a magia propagar-se, principalmente nas regiões em que a prostituição era frequente, tal prática não foi bem acolhida em Roma, por ser considerada maléfica. Nas elegias de Ovídio, a magia está inserida no panorama icônico que o poeta apresenta das relações amorosas.

Segundo Fustel de Coulanges (1961), o homem romano dos primeiros tempos achava-se continuamente em presença da natureza. Por esse motivo, os costumes de vida cívica ainda não haviam estabelecido uma separação entre natureza e homem. Experimentavam, em si, perpetuamente, um misto de veneração e de terror perante as forças da natureza

Era preciso, portanto, manter-se em paz com os deuses. Raymond Bloch (1971), relata que o sistema religioso dos romanos buscava o bem-estar, tanto do indivíduo como da Cidade-Estado, determinados, deste modo, a procurar constantemente a *pax deorum* da qual dependia o seu futuro e cidade. As palavras-chave são a “paz com dos deuses” - (*pax deorum*) e a *religio*. Por *pax deorum*, o cidadão romano entendia que não deveria seguir por caminhos enganosos, nem se colocar em uma ação de hostilidade contra uma divindade, mesmo que seja uma protetora do seu inimigo, pois tal garantia pode ser obtida com toda uma série de rituais, sejam oferendas, ou a possibilidade de transferir um mau presságio para o inimigo. É o conhecimento que permite, nomeadamente, por meio da *extaspicina*¹⁴ verificar a atitude presente de cada grande divindade (Christol e nony, 1993).

Os historiadores Michel Christol e Daniel Nony (1993), afirmam que graças à confiança nos rituais, a religião romana adquiriu um aspecto contratual. A adoção de deuses estrangeiros, prática difundida na história de Roma, era ditada por motivos cívicos, sendo os magistrados e os colégios sacerdotais os únicos a poder decidir sobre ela.

Por meio do culto as divindades, o homem romano assegurava a ordem e a proteção dos lares e das cidades. Segundo Jonh Scheid (1989), em primeiro lugar, a religião pública estava influenciada pelos colégios sacerdotais, onde os cônsules tinham autoridade para tomar iniciativas em questões religiosas. Dessa forma, eram eles quem se dirigiam aos colégios sacerdotais e quem consultavam o Senado a respeito das questões religiosas que surgiam, tal como as novas divindades públicas que se estabeleciam em Roma. Os sacerdotes exerciam funções no campo religioso, associado aos colégios sacerdotais, que eram por sua vez, instituições religiosas encarregadas de preparar os cultos e cerimoniais na *res pública*. Organizada hierarquicamente, a ordem sacerdotal assegurava a execução de oferendas, garantindo dessa maneira o bom sucesso dos empreendimentos da cidade. “O modelo de um

¹⁴ - Extaspicina é o exame das entranhas (corações, pulmões, fígado, baço) dos animais de sacrificados, a fim de se conhecerem as disposições dos deuses no momento do sacrifício (Cristol e Nony, 1993, 66).

sacerdote romano, a posição do imperador, era em essência a de *pontifex maximus*” (Bloch, 1963, p.145)



Figura 01- A estátua mostra o imperador Augusto vestido de Pontifex Maximus (Via Labicana Augustus) -sacerdote supremo. Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/PontifexMaximus> acessado em: 13/04/ 2023

De acordo com Michel Christol e Daniel Nony (1993), os Pontífices eram guardiões da tradição e vigiavam o culto privado e/ou público, geravam o calendário nos anais¹⁵, conservam as leis e as formulas de procedimento. Estes guardiões eram um "supremo construtor de pontes", designava o sacerdote supremo do colégio dos sacerdotes, a mais alta dignidade na religião romana. O *Pontifex maximus* foi o mais alto cargo na antiga religião romana. Ele era o mais importante dos pontífices no principal colégio sagrado (Scheid, 1989).

Cada colégio sacerdotal pertencia a uma divindade e a maior parte dos sacerdotes estava agrupada nos colégios. Segundo o historiador John Scheid (1989), no fim do período republicano havia quatro colégios, onde o primeiro, pontifical, era presidido pelo sumo pontífice. Havia também o colégio dos Flânimes, o *rex sacrorum*¹⁶ e as vestais. O colégio mais influente era constituído pelos Pontífices, presidido pelo Pontifex Maximus, que comandava o culto das divindades, a saber: Júpiter, Juno e Minerva. Os pontífices asseguravam que os rituais religiosos fossem realizados a cada ano. O segundo mais importante era o colégio dos augures,

¹⁵ - Anais (Annales), era a história ou narração organizada ano por ano dos fatos importantes da vida, da urbe e que, sendo anotados pelos sacerdotes, se guardavam em segredo. Os annales de Mucio Cévola, por exemplo, serviam de valioso subsídio aos livros antiquários (Coulanges, 1961, 539).
o aos livros antiquários (Coulanges, 1961, 539).

¹⁶- 8 Rei “dos ritos” ou "rei dos ritos sagrados" para executar as funções religiosas de rituais e sacrifícios anteriormente feitas pelo rei. O Rex Sacrorum era ainda subordinado aos fundadores da república (Scheid, 1989:65).

que precedia o dos decênviros - convertidos, por volta de 80 a. C., nos quindecênviros - encarregados das consultas dos livros Sibílinos ¹⁷e os setênviros- encarregados dos banquetes sagrados.

Na religião dos antigos romanos, o culto aos deuses era tido como um momento sagrado tanto para os lares - campo privado -, bem como para as cerimônias públicas. Nesse sentido, as deusas Vestais estavam entre as escolhidas a fazerem parte do colégio pontifical. Conforme pontua Jonh Scheid (1989), o colégio das Vestais representado pelas sacerdotisas públicas de Ceres destinava-se a manter vivo o fogo sagrado da deusa Vesta. Eram as donzelas consagradas por trinta anos, períodos durante o qual deveriam observar a mais rigorosa castidade. Caso contrário, seriam enterradas vivas. A seguir, uma representação de uma deusa Vestal, ordenada pelo Pontífice Maximus a proteger o povo romano:



Figura 02: Estátua de uma deusa Vestal em Roma. Traje de um chefe de vestal (virgo Vestalis máxima). Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Religião-na-roma-antiga>. Acessado em: 14/04//2023

Conforme os escritos de Michel Christol e Daniel Nony (1993), as Vestais compostas por seis sacerdotisas, estavam dirigidas pela Grande vestal e zelavam pelo fogo da cidade que tinham o dever de não deixar se extinguir. O colégio dos nove Áugures¹⁸ deveria se ocupar a consulta dos auspícios em nome do Estado, por ocasião de uma assembleia, uma batalha e até

¹⁷ Os livros Sibílinos estavam a cargo de uma profetisa inspirada (Sibila) do antro de Cuma (ChristoL & Nony, 1993, 64).

¹⁸ - Os nove Àugures era o último colégio notável, outros lhe seguirão, como o dos Três e depois Sete, encarregados dos banquetes em honra dos deuses, depois os dos quinze os 'Quindecenviris' constituía uma comissão que tinha a seu cargo a consulta dos Livros Sibílinos (ChristoL & Nony, 1993, 63-64).

mesmo a fundação de uma cidade ou de um templo, além de interpretar o voo das aves, cujas respostas eram coercitivas para quem os consultasse.

Por outro lado, os sacerdotes alcançaram o serviço da comunidade, estando sujeitos a múltiplas normas, tendo como insígnia, o *apex*, medidas que vão ser substituídas pelo Grande Pontífice, o colégio do *Pontifex Maximus* foi o que adquiriu maior relevância por ter a responsabilidade pelo calendário dos rituais, festas, a escolha dos sacerdotes e a vigilância das disciplinas sacerdotais, da religião familiar e do culto dos mortos. Assim, os pontífices eram especialistas do direito em matéria divina e mantinham sob seu cuidado os arquivos da *Urbe*, como os anais eram especialistas do direito em matéria divina e mantinham sob seu cuidado os arquivos da *Urbe*, como os anais e as decisões de jurisprudências (Christol & Nony, 1993).

De acordo com John Scheid (1989), para cada colégio sacerdotal existia um deus representante agrupado aos sacerdotes, que tinham função semelhante ao de um cônsul com influência na vida pública, de forma que os atos públicos eram confiados a eles. Em suma, ser sacerdote em Roma significava agir com os deuses e saber qual o comportamento a ter com eles. Porém, havia uma hierarquia entre magistrados e sacerdotes. Recrutados de forma diferenciada, suas relações eram estabelecidas por funções distintas em que os sacerdotes, por exemplo, tinham competências próprias muito amplas, mas necessitavam do concurso dos magistrados.

Embora executassem atos sacerdotais, no que se referem aos planos religiosos, os magistrados não podiam prescindir dos sacerdotes, porque o seu serviço só dizia respeito a uma parte do calendário litúrgico e, sobretudo porque eram incapazes de julgar por si a validade dos atos religiosos. John Scheid (1989) explica ainda, que essas relações complexas entre sacerdotes e magistrados não são desprovidas de sentido, por conta da representação que o magistrado possuía em relação aos homens e os sacerdotes aos deuses. De fato, quem administrava os interesses dos deuses, sobretudo eram os magistrados, mas ao se tratar dos rituais, esse papel caberia tanto aos magistrados como aos sacerdotes.

No plano religioso, o magistrado dispunha de um poder mais amplo do que o sacerdote, porque podia agir com o *populus romanun* e com os deuses, enquanto os sacerdotes só podiam agir com os deuses (Scheid, 1989). De acordo com Raymond Bloch (1963), no sistema da religião romana do período republicano, houve a introdução da tríade de divindades supremas, já citadas: Júpiter, Juno e Minerva. A essas divindades eram oferecidos os cultos religiosos, pois eram consideradas como deuses protetores da cidade. Minerva por exemplo, tornou-se, em Roma, a protetora dos artesãos e mais tarde dos artistas e dos escritores. Júpiter, considerado

como deus supremo, deveria contribuir para o bem público e aprovar qualquer medida justa e suprema. E Juno, a deusa que protegia o crescimento e o bem estar, bem como a fertilidade de toda a mulher. A seguir, a representação dessa tríade de deuses:



Figura 03: Estátua de Júpiter século1/ Estátua da deusa Juno/ Estátua deusa Minerva
Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Religião-na-Roma-Antiga>>/ Acessado em: 14/04/2023

A religião romana parece, muitas vezes, baseada no cumprimento de um contrato entre o homem e as divindades. De acordo com Andrea Giardina (1989), o culto administrado pelo poder sacerdotal era acima de tudo influenciador, tanto no plano da religião pública (res pública) como na religião doméstica (res privada). Desse modo, eram sempre celebradas cerimônias de oferendas em nome da comunidade para consagrar os santuários aos deuses, onde, os atos públicos reuniam ritos de celebração às divindades protetoras da cidade, que por lei eram determinados pela competência sacerdotal dos magistrados.

Segundo René Menard (1985), as divindades cultuadas pela religião pública eram consagradas pela sua proteção oferecida as cidades. Sendo assim, veremos que Júpiter era então, o rei dos deuses e dos homens e representava, na ordem moral, o laço das sociedades humanas, o guarda dos tratados, o protetor dos pobres, dos suplicantes e de todos aqueles cujo único refúgio é a morada divina. Com efeito, temos também Júpiter como a abóbada celeste, tomado isoladamente, representa mais o deus supremo de que as demais divindades, que se representam apenas com qualidades personificadas. Considerado como Deus maior, Júpiter é tido como uma força, um deus, grande princípio de tudo, um só corpo, que abarca todos os seres, o fogo, a

água, a terra e o éter, à noite e o dia. Todos esses seres estão contidos no corpo de Júpiter enfim, era o culto desta divindade que imperava em Roma.

Como podemos notar na imagem que apresenta Júpiter (deus dos deuses, responsável pela terra (Gaia) ao centro, ladeado por Marte (deus da guerra - fogo - à esquerda), mercúrio (deus das viagens, passagens e magia - éter - à direita), e Netuno - água - abaixo (deus dos mares e oceanos). Podemos observar, ainda, a mandala dos signos zodiacais, representando todos os elementos em suas particularidades.



Figura 04: Júpiter considerado abóbada celeste (pedra gravada antiga)
Fonte: René Mernad. Col.Mitologia Grego-romana. Ed. Opus P.57 -1985

A atividade sacerdotal dos magistrados desempenhava competência em consagrar santuários aos deuses públicos, e desse modo, qualquer ato da vida pública era precedido e determinada pela consulta aos auspícios. Segundo John Scheid (1989), consultar os auspícios significava interrogar os deuses. Portanto, as fórmulas da consulta “auspicial”, atestam a transparência do rito público e se dão com aprovação de Júpiter, respeitando o pacto mítico, no qual o deus supremo devia contribuir para o bem público e aprovar qualquer medida justa e legítima e, por conseguinte, consentia naqueles diálogos em rituais que exprimiam mais o seu consentimento do que a tentativa de obter, desde que não comportassem ofensas.

Os principais culto aos deuses eram realizados no período Republicano e estava sob a responsabilidade dos quatro colégios sacerdotais, nos quais as funções ritualísticas da *res publica* eram celebradas pelos sacerdotes. Assim, Mario Giordani (2001), acrescenta que na religião pública a função sacerdotal se dirigia dos atos públicos até os ritos domésticos, nos

quais durante a República, os magistrados já haviam recebido honras divinas nas cidades e comunidades. As leis e costumes insufladas nas instituições, correspondiam então, às funções públicas sob práticas, como descreve o historiador grego Políbios, a respeito do sentimento religioso do *populus romanum*:

Parece-me, porém, que a superioridade maior do povo romano está em suas concepções religiosas; refiro-me à superstição, que é o sustentáculo da coesão de Roma. Essas práticas revestem-se de tanta teatralidade e se integram a tal ponto em sua vida pública, bem como em sua vida privada, que nada as exclui para surpresa de muitos observadores (Políbios, VI, p. 56).

Além destas questões relativas ao sentimento religioso de Roma, as divindades eram cultuadas em santuários, assim como os deuses eram evocados dos estados inimigos e romanizados, para depois entrarem na *Urbe*¹⁹. Estas ocasiões eram conhecidas por evocativo, um rito antigo que o magistrado romano realizava aos deuses tutelares (deuses benéficos). Raymond Bloch (1963), explica que este ritual foi historicamente comprovado em várias ocasiões durante o período da República. Era um rito que consistia essencialmente numa fórmula sagrada, pronunciada pelo comandante das forças na ocasião do assalto a uma cidade. A *evocativo*, representa a tolerância da consciência religiosa romana, com respeito aos deuses estrangeiros na cidade. Essa fórmula prometia aos deuses inimigos templos mais dignos se consentissem em aliar-se a Roma. Era, portanto um “*votum publicum* que continha promessas de recompensa se a oração fosse atendida” (p.127-128).

O historiador francês Fustel de Coulanges (1961) relata ainda, que se a urbe fosse vencida, acreditava-se que os seus deuses também haviam sido vencidos, pois se a urbe era conquistada os seus próprios deuses ficavam cativos. Assim, era costume ter em cada estado, os seus heróis, como um Júpiter, ou uma Minerva, enfim, qualquer outra divindade associada aos penates e ao lar. Geralmente cada urbe que possuía uma divindade, esperava de seus deuses a proteção, por isto cada cidade tinha o seu conjunto de orações e práticas, sempre conservadas em segredo. Sobre esse exposto, Políbios nos fala:

Penso que os romanos adotaram as práticas com vistas à gente do povo. Talvez elas não tivessem sido necessárias se houvesse a possibilidade de formar uma cidade composta inteiramente de homens sábios, mas como toda multidão é inconsciente cheia de desejos contrários à lei, de paixões desenfreadas e de impulsos violentos, ela deve ser contida por temores invisíveis e por criações semelhantes da imaginação. Por essas razões, não penso que os antigos tenham agido irrefletidamente e por acaso, ao introduzir entre a gente do povo noções relativas aos deuses e às crenças nos horrores

¹⁹ - A *Urbe*, era a associação religiosa e política das famílias e das tribos, lugar de reunião. O domicílio e, sobretudo, o santuário da sociedade. Quando as famílias, as fratrias e as tribos convencionaram uni-se o mesmo culto. Assim a fundação da urbe foi sempre um ato religioso (Coulanges, 1961,142).

dos infernos e sim que os modernos são muito mais irrefletidos e insensatos banindo tais crenças (Políbio, VI- p.56).

Por meio desse argumento, é possível perceber o respeito e fidelidade às crenças, que o povo romano adotava em seu panteão religioso. Um conjunto de práticas e ritos que se fazia presente tanto nos lares- (culto privado), bem como nos espaços da (*res publica*), e por meio desse sentimento, cada cidadão reverenciavam e cultuavam seus deuses como um ritual sagrado, para que suas razões e objetivos de vida fossem protegidos e desenfreasse surpresas violentas a sua civilidade. Como acrescenta o historiador John Scheid (1989), os deuses participam com os homens na vida comunitária e visam, em certo sentido, como os magistrados, o bem comum. De acordo com a tradição romana, essa coabitação remonta às origens da cidade, e a religião é o conjunto das relações que a cidade deve manter com os deuses: essas relações materiais são o que se chama de culto aos deuses (*cultus deorum*). Assim, podemos compreender que no mundo antigo, o culto constituía o vínculo unificador de toda a sociedade e dependia do controle dos sacerdotes magistrados da religião pública.

A religião pública era conduzida pelas autoridades romanas e controlada pelos colégios sacerdotais com a proteção dos deuses. Nesse sentido, Pierre Grimal (1984) explica que a vida cotidiana da cidade era impregnada de religião, porém entre as divindades e os homens competia apenas realizar pessoalmente gestos destinados a manter a paz sobrenatural, para os quais se imaginava que ao redor de cada domínio volteavam constantemente dois deuses lares. Os deuses não ordenavam aos homens que se conduzissem, no cotidiano, desta ou daquela maneira. Apenas exigiam o cumprimento dos ritos tradicionais. Por este fato, prometiam manter uma ação benfeitora: Júpiter, por exemplo, enviava a chuva e inspirava os magistrados da cidade, Marte protegeria os exércitos e combateria ao lado dos romanos, inflamando o coração dos soldados. Mas acima de tudo, esta ação divina revela-se eficaz para evitar os perigos que ameaçavam constantemente as atividades humanas.

De fato, os romanos sempre acreditaram que o destino da cidade e das comunidades estava ligado ao lar e aos deuses que representavam sua proteção divina. De acordo com Fustel de Coulanges (1961), cada um dos seus inumeráveis deuses tinha o seu domínio: um em uma família, outro, em uma tribo, outro ainda, em uma cidade, bastando-se a providência de cada um deles. Do escuro de seus túmulos, zelavam pela cidade, protegiam a Cidade-Estado e eram de algum modo, seus chefes e seus senhores.

Enfim, tudo o que permeava o mundo sobrenatural pertencia ao domínio sagrado, assim como os sepulcros, deuses e os rituais, que eram protegidos por poderes divinos, onde o culto as divindades haviam de desempenhar uma função através da história religiosa de Roma.

Segundo o historiador Raymond Bloch (1963), esta questão aponta para religião doméstica, que se desenvolvia no interior de cada casa, onde os membros da família, representados pelo *pater famílias*, homenageavam seus mortos como deuses dos lares e a eles conduziam ritos em oferendas. A seguir, um afresco da cidade de Pompéia, o momento de um rito- culto aos deuses protetores dos lares- altar utilizado nos ritos domésticos:

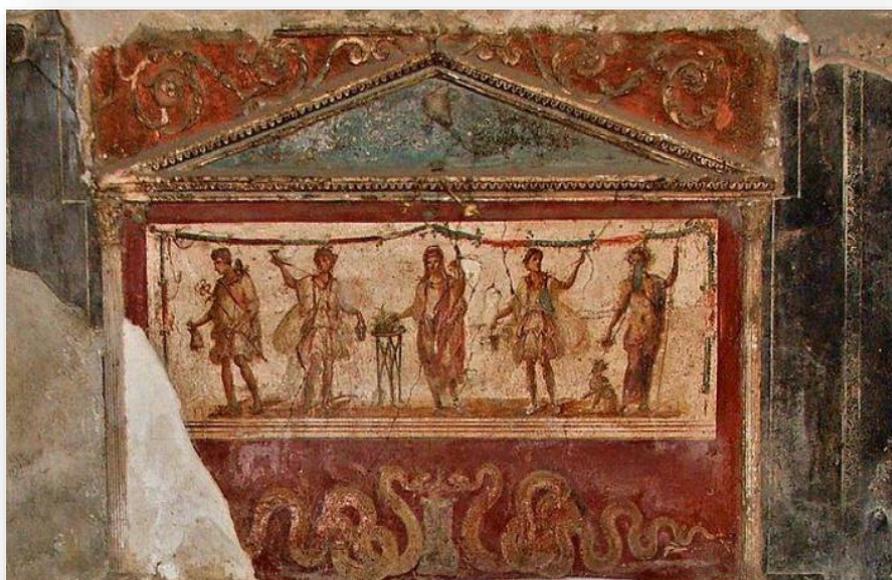


Figura 05: Um afresco na cidade de Pompéia, representando o espírito (gênio) da central casa, ladeado por Lares e Penates. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Religião_na_roma_antiga. Acessado em: 15/04/2023

Assim como nas cidades, o altar doméstico era lugar sagrado em que só a família deveria fazer parte e prestar homenagens aos deuses do lar, onde os familiares se reuniam para cumprir ritos religiosos aos seus deuses protetores neste mesmo altar. Como pontua Fustel de Coulanges (1961), da mesma forma, que a religião pública estava sob a influência de um cônsul, que tinham por função gerar, preservar, alargar e controlar as relações com seus deuses, assim também era o culto doméstico, que representava a reverência de cada família às divindades protetoras das cidades e dos lares.

Observa-se ainda, que os deuses familiares denominados *Lares*, *Mane* e *Penates*, são divindades particulares. Segundo Antonio Filardi Luiz (1983), cada família tem seus próprios deuses, que são desconhecidos de outras famílias, repousando a segurança doméstica justamente na força dessas divindades da *domus* (casa). Para *Populus Romanum*, os deuses domésticos não eram os membros da família já mortos, enterrados nos quintais das *domus* e enquanto se reverenciavam os Lares diariamente, os Manes e Penates só eram cultuados periodicamente. Com o passar dos tempos, esses cemitérios particulares nos fundos das casas

tornaram-se incômodos e então, os mortos passaram a ser enterrados em locais especificamente destinados a esse fim, os cemitérios públicos, recebiam e homenageavam os deuses uma vez por ano.

Sendo assim, cada família resguarda em seu lar um atributo que representasse a proteção do divino, não por ser um ato de obrigação, mas sim por ser uma prática em crenças que se consideravam como sagrado em suas *donus* (casas). O historiador Antonio Filardi Luís (1983), pontua que os deuses lares - os 'Penates', são divindades domésticas romanas. Inicialmente associados aos 'Manes', os 'Lares' passaram a ser cultuadas no culto doméstico primitivo como personificações de seus antepassados. A associação do culto doméstico prestado aos Lares é com o culto aos mortos e sua responsabilidade hereditária com o fogo sagrado do altar doméstico.

Antonio Filardi Luís (1983) explica ainda, que os *Lares* também são tomados com os filhos de Mercúrio e Lara, e foram cultuados pelos romanos durante muitos séculos. Os *Manes* eram ainda chamados de *Di Manes* (Di significa deuses). Os túmulos romanos incluem muitas vezes, as letras D.M, como abreviatura de 'manibus' dedicado aos deuses Manes. Os *penates*, eram os deuses do lar, adorados tanto pelos romanos quanto pelos etruscos. O próprio nome penates vem da palavra *penus* (dispensa). Isto porque os bens, a dispensa, da família eram consagrados a eles. Os chefes de família eram os sacerdotes dos penates de sua própria casa, em que cada família romana adorava dois penates e quando uma família viajava, transportava consigo os seus penates. Os penates não tinham nomes individuais, sendo conhecidos pelo nome genérico penates. A seguir, uma escultura representando uma deusa lar:



Figura 06: Estátua de uma deusa lar, grupo de deuses que cuidavam das casas e das encruzilhadas. Originalmente eles eram representações dos antepassados. Fonte: <<http://mitographos.blogspot.com.br/2012/04/lares-e-penates.html>>. Acessado em: 15/04/2023

O culto doméstico era um momento secreto que apenas a família tinha o direito de participar e sob os deuses familiares, achavam-se almas divinizadas pela morte. Antonio Filardi Luiz (1983) revela, que no âmbito das casas, os cidadãos buscavam nos espíritos domésticos sua proteção, entre eles os deuses *Lares*, que são os antepassados próximos, por exemplo, pai e irmão divindade associada aos *Manes*, deuses dos mortos, antepassados distantes (avô e bisavô) os *Manes* eram almas dos entes queridos falecidos. Chamavam se Penates os descendentes mais remotos deuses do lar, responsáveis pela a proteção e prosperidade das famílias. Nas casas preservavam altares edificadas em locais privilegiados, logo na entrada ou na sala principal, local denominado átrio, no qual ficava permanentemente acesso o fogo sagrado onde eram reverenciados os deuses *Lares* (Luís, 1983).

Na tradição da religião romana o culto aos deuses estava associado ao fogo sagrado, mantido aceso pelas Vestais nos templos, bem como o fogo mantido no altar doméstico, onde sua guarda é passada de pai para filho, geração após geração. Fustel de Coulanges (1961), explica que essa religião doméstica, estava associada ao culto dos deuses e a religião do fogo sagrado. Nesse sentido, estas práticas estavam tão estreitamente associadas, que a crença dos antigos fazia deles, apenas uma religião. Ademais, a tradição antiga de enterrar os mortos nas casas de habitação, por virtude desse costume, também nas casas, eles também são honrados como deuses lares e penates.

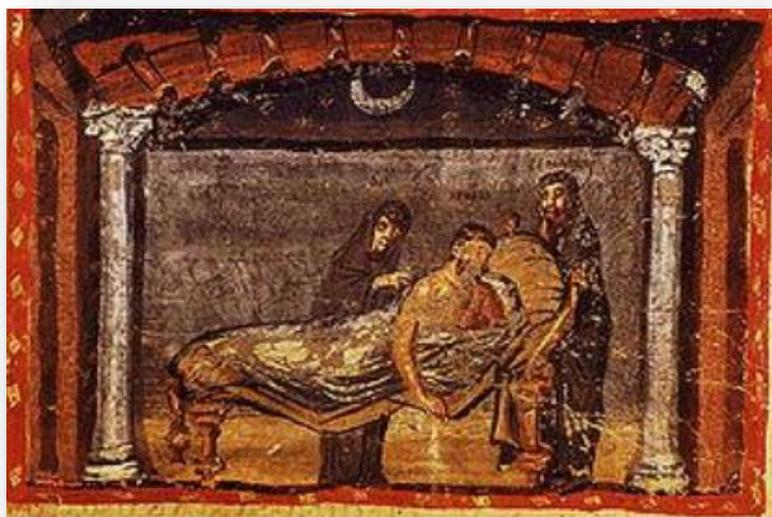


Figura 07: Um afresco representando lares, espíritos protetores das casas e os penates, espíritos. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Religião_na-roma-antiga.> Acessado em: 15/04/2012

Este exposto, estabelece como a antiga relação existente entre o culto dos deuses mortos e o lar. É lícito julgar-se, portanto ter sido o lar doméstico, na origem, considerado como a expressão do culto as divindades e que sob a pedra do lar repousava um deus protetor, sendo o

fogo ali acendido para honrar, parecendo esse fogo manter-lhe a luz ou representar a sua crença, sempre vigilante por meio de suas divindades.

Nitidamente, a religião exercia uma influência na vida interior da cidade, intervindo com igual autoridade em todas as relações que as cidades mantinham entre si. Como acrescenta Fustel de Coulanges (1961), as crenças antigas ordenavam ao homem que honrasse o antepassado, e esse culto agrupou a família ao redor do altar. Assim, a "primeira religião", as primeiras preces, tiveram um sentido na religião com a fixação de todas as regras da organização doméstica.

Por ser assim, cada família criava os seus deuses e os guardava só para si, como protetores, cujas boas graças não se podiam compartilhar com estranhos. Os romanos acreditavam na crença de que seus mortos aceitavam uma oferenda, quando essa lhe fosse prestada da mão dos seus: queria apenas o culto dos seus descendentes. A presença de um homem estranho na família logo perturbava o repouso dos manes. Por essa razão, a lei proibia o estrangeiro de se aproximar de um túmulo (Coulanges, 1961). Em seguida, uma representação de culto às divindades das famílias, tido como um rito individual e/ ou privado:



Figura 08: Afresco da cidade de Pompéia retrata os deuses manes divinizado debaixo da terra ou em outra vida. Fonte: <<http://silvesteroqueaprendi.blogspot.com.br/rios-do-hades-crencas-religiosas.html>>. Acesso: 16/04/2023.

De acordo com Fustel de Coulanges (1961), na religião antiga dos romanos, cada um dos seus deuses não podia ser adorado por mais de uma família, a religião era puramente doméstica, em razão disso, havia uma correspondência associada ao culto dos mortos, logo tida como divindades. O culto dos mortos representa originalmente o culto dos antepassados em que estes recebiam dos seus descendentes uma série de oferendas, como prazeres usufruídos na

segunda vida. Por conta disto, o descendente alcançava do seu antepassado o auxílio e toda a força de que necessitava (p.130-132).

Nitidamente, os costumes conservaram-se no contexto de práticas religiosas, em que a família sob a direção do *paterfamilias*, continuava mantendo no centro do lar o fogo sagrado ou a lareira, onde se realizavam os sacrifícios todos os dias e a todas as refeições, o seu fogo divino. Michel Christol e Daniel Nony (1993) esclarecem que estas práticas estavam associadas a diversas divindades tutelares familiares, como os penates, que zelavam pelas previsões, os lares, divindades que protegiam as casas, por fim o *Genius* que é a força procriadora do *paterfamilias*, e que foi em seguida dotado de uma esposa, *Juno*, a qual simbolizava a fecundidade da *matrona*. Dessa forma, percebemos que eram inúmeras as divindades que influenciavam ativamente o interior da *domus* (casa), desde então acompanha os romanos do nascimento até a morte.

Importante destacar, que os cultos da religião doméstica somente podiam ser celebrados pela figura do *pater*. Como relata Fustel de Coulanges (1961), o pai era o único intérprete e único pontífice da sua religião, quem tinha o poder de ensina-la, e somente a seu filho primogênito, e ninguém mais podia ser instruído nas regras de sua religião caseira. Assim, os ritos, as palavras próprias da oração, os cantos, tudo isso preenchendo a parte essencial desta religião doméstica, era patrimônio, propriedade sagrada que a família não partilhava, sendo proibido revela-los a estranhos. Nesta mesma ordem, a religião não se manifestava nos templos, mas em casa, onde cada família possuía seus deuses, cada deus protegia um lar. Esta religião só podia se propagar pela geração, ao passo que o pai lhe dava vida, gerando seu filho, transmitindo-lhe, ao mesmo tempo com a vida, a sua crença, o seu culto, o direito de manter o lar, de oferecer a refeição fúnebre aos mortos divinizados, e pronunciar as fórmulas da oração. Desse modo, a geração estabelecia esse vínculo misterioso entre o filho que nascia para a vida e todos os deuses da família, os *Tbeói Eggeneis*, que eram o seu sangue.

Diante desses expostos, pode-se perceber como a religião dos antigos romanos reunia um misto de crenças e práticas que agregava, sabedoria e respeito, transmitido por geração, em que tudo que pertencia ao mundo terrestre possuía uma ação do espaço divino. Para manter sua sobrevivência e manutenção, tudo se vinculava a prática dos rituais como um culto as divindades, sendo ele público ou privado, os ritos eram celebrados. Basicamente, a religião doméstica estava representada por cada família, em que cada grupo tinha os seus próprios ritos, em que cada grupo celebrava juntos um após outro.

De acordo com Fustel de Coulanges (1961), todos, os do mesmo sangue deviam ser sepultados no mesmo túmulo, com exclusão de toda e qualquer pessoa de outra família, pois ali com os parentes, se celebravam as cerimônias e cultos domésticos na qual cada família julgava ter ali os seus sagrados antepassados. Até mesmo em tempos antigos, o túmulo estava no próprio meio familiar, no centro da casa, não longe da porta. O autor acrescenta ainda que, os filhos, tanto ao entrar como ao sair de sua casa, encontravam sempre seus pais, e de que cada vez que o faziam lhes dirigiam uma invocação. Desse modo, o antepassado vivia no núcleo dos seus familiares; invisível, mas sempre presente e continuava fazendo parte da família. Imortal, propício, divino, interessava-se pelo que tinha deixado de mortal sobre a terra.

Howard Hayes Scullard (1967), acrescenta que esse princípio antigo dos romanos reunia na casa, uma preparação do culto aos deuses, como o fogo sagrado da deusa Vesta. Desse modo, era providência de cada família representar os antepassados, além disso devia manter o fogo sagrado ligando apenas a sua casa e não a outra família vizinha, que por sua vez, representava uma segunda providência, pois cada lar protegia somente os seus. Observa-se que a religião do fogo sagrado está associada ao culto das divindades protetoras, do lar, das famílias, e das cidades, bem como tinha caráter essencial de pertencer a cada família.

Para Fustel de Coulanges (1961), a religião do fogo sagrado remonta a figura de uma divindade sob a forma de uma mulher - uma divindade que seria a deusa da chama no altar, representada pela grande deusa Vesta, palavra que significa mais do que uma chama viva. No afresco a seguir, a demonstração de um rito do fogo sagrado com a deusa Vesta:



Figura 09: A chama acesa das virgens Vestais que devia se manter acesa pela grande deusa Vestal - Valter Pitta – Fonte: <<http://imperialromablogspot.com.br/2010/05/chama-das-vestais.html>>. Acessado em: 18/04/2023

Entre os rituais dos antigos romanos, esse era considerado com relevância, tanto para as famílias como para *res pública*. A religião do fogo sagrado incluía rituais (celebrações) que poucos sabiam de seus ritos, era um mistério para a sociedade, mas que tinha o mesmo objetivo, praticar o rito em prol da união das famílias e da proteção da cidade. Segundo Raymond Bloch (1971), a religião doméstica não impedia que os romanos honrassem os *Penates* públicos na própria cidade, venerando assim os mesmos deuses duas vezes.

Por essa mesma conjectura, o ‘fogo sagrado’, na religião do povo romano representa a crença acerca das regras que revelavam o respeito pelos ritos domésticos. Assim, toda casa de um romano possuía um altar e nele devia haver sempre restos de brasas. É uma obrigação do dono da casa conservar dia e noite o fogo sagrado. De acordo com Fustel de Coulanges (1961), o fogo só deixava de brilhar sobre o altar quando toda família havia morrido. A religião ensinava ainda, que esse fogo devia permanecer sempre puro, o que significava que nenhum objeto deveria ser atirado e nenhuma ação culposa deveria ser cometida em sua presença. Desse modo, o fogo, tinha um caráter divino, em que os romanos ofereciam como oferenda tudo que pudesse agradar a uma divindade. O fogo do lar era assim, a providência da família. Os romanos acreditavam que cada cidade tinha um deus que somente a ela pertencia, logo, o destino desta cidade estava ligado ao lar que representava os seus deuses. Além disso, na urbe o altar estava sempre sob a chama do fogo sagrado.

Na religião romana, os deuses participavam com os homens na vida comunitária e visavam, em certo sentido, como os magistrados, o bem comum e a cidade tornava-se o local de encontro dos deuses. “A religião é então, o meio de concretizar e de preservar essas relações” (Giardina, 1989, p.60,61). Fustel de Coulanges (1961), destaca que, nesta ordem, se manifestavam os ritos instruídos nas regras de uma religião propagada por gerações. Desse modo, explica que não podemos racionalmente supor que uma religião com estas características fosse revelada aos homens pelo imaginário de alguém entre eles, ou por um grupo de sacerdotes. “A religião nasceu espontaneamente no espírito humano, sendo seu berço a família e tendo cada família criado os seus deuses” (p.32-33).

Raymond Bloch (1963), explica como se funcionava o sistema público na vida religiosa, em que o Romano pensava e agia como um homem de ação, onde seu interesse pelo presente e pelo bem-estar, tanto do indivíduo como da Cidade-Estado, levava-o a procurar constantemente a *pax deorum* - a paz com os deuses, da qual dependia o seu futuro e o da cidade.

Todavia, os ritos e as cerimônias da religião tradicional ajudavam a manter esta aliança, o que estabelecia laços entre os deuses. Porém, tal *status quo* era mais um estado de tréguas do

que uma verdadeira paz, pois sempre estava ameaçada de ruptura, se os deuses eram insultados por qualquer falta de devoção na homenagem que lhes tributavam. Nesse sentido, caso fossem desagradados, aparecia então um prodígio, uma irrupção do mundo sagrado²⁰ no profano²¹, porque os deuses eram sempre benévolos enquanto contentes, mas eram terríveis se suas leis eram infringidas. Em tais ocasiões, a cidade e seus habitantes estavam em meio a perigos, e nem o coração humano nem a cidade podiam encontrar paz, caso as cerimônias expiatórias não fossem celebradas, as *procurationes* e *prodigiorum*, responsáveis por restabelecer o equilíbrio anterior (Bloch,1963).

Nitidamente, percebe-se que o sistema religioso dos romanos se constitui como politeístas, isso porque, em seu espaço aglutina uma vasta interconexão em relação a adoção de cultos estrangeiros. Essa conexão em trazer para seu sistema religioso, crenças e práticas de outras localidades fez de Roma uma cultura sistematizante, ao aderir a essas agregações. De acordo com os estudos de Nathalia Junqueira (2010), foi a partir desse período, que Roma se mostra obstinada a adoção de cultos estrangeiros e já nos primeiros séculos, os povos romanos trazem para o seu panteão, a adoção de novos cultos e divindades oriundos de vários povos entre esses, os cultos do povo Lácio e os *ritus* compartilhados dos Latinos e Sabinos. Em meio a um paralelo no seu contexto político, Roma também foi formulando o seu próprio sistema religioso e passa a desenvolver os seus *ritus romamus*. Desse modo, os romanos conseguem combinar a abertura de vários ritos que se relacionam entre os ‘ritos pátrio’ e ‘ritos gregos’ o que facilitou a integração e a difusão em cultivar novas divindades em seu panteão religioso.

Entende-se então, que a vida da religião pública do *populus romanum* está associada à religião dos deuses domésticos revelando que, no âmbito da família, assumia-se a responsabilidade de todas as ações culturais comunitárias, bem como as crenças e cultos religiosos associados as práticas de magia amorosa. Entre crenças e regras que permeiam a religião pública dos romanos, notamos que foi através das famílias que se formaram todas as constituições, assim como os cultos sagrados aos deuses da cidade e dos lares. “Esta mesma religião estabeleceu nas famílias os seus princípios, suas regras e seus costumes, sua magistratura” (Coulangens,1961, 33-35).

²⁰ - Profano- significa o cotidiano, o natural, o comum- implica atitude de aceitação, familiaridade, do conhecido. Sagrado- refere-se ao incomum, ao extraordinário, ao sobrenatural; gere atitudes de medo, de circunspeção, de sensação do desconhecido (Durkiheim, *apud* Marconi & Pressoto, 1978,173).

²¹ - O sagrado por sua vez, insere-se numa noção complexa e opõe-se etimologicamente ao “profano” ao designar aquilo que se encontra separado e circunscrito – o “recinto fechado”, o local reservado, onde apenas entram os indicados. A noção de sagrado é uma representação que se aplicam nos ritos, é caracterizado pelo fato de que é uma alternativa, permanece no sagrado no que diz respeito aos homens, divindades e cerimônias mágico-religiosas (Van Gennep, 1978,27-28).

Assim, desde os mais remotos tempos, essas práticas religiosas apresentaram o seu domínio sobre o homem e durante muitas gerações governaram as almas, regeram as sociedades e com elas a maior parte das instituições domésticas e sociais tiveram as suas origens.

II CAPÍTULO- 2. O ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA: reflexões sobre o ensino da religião e das religiosidades antigas

Esse capítulo ressalta a relevância do ensino de História Antiga, em particular os estudos das civilizações clássicas a fazerem parte do ensino básico, conhecimento esse que não deve ser limitado e /ou negligenciado dos currículos escolares.

Através da investigação acerca dos rituais de magia, tem-se o objetivo de enaltecer os estudos sobre as civilidades antigas, pontuando suas práticas e crenças o que deverá contribuir com as discussões sobre religiosidades e as diferentes experiências que as sociedades construíram com o divino, desde o passado até o contemporâneo. Por meio dessa perspectiva, buscaremos respostas na história das crenças do *populus romanum*, para entender o valor simbólico das práticas religiosas, associadas aos rituais de magia amorosa

2.1. Análise do ensino de História Antiga na BNCC

A partir deste momento, tem-se o propósito de analisar a questão do ensino de História Antiga por meio do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo o propósito de refletir acerca do papel que os estudos sobre a Antiguidade desempenham no espaço escolar. Nesse sentido, repensamos a relevância que o ensino de História Antiga representa no componente da disciplina de História, mostrando como essa fonte é um objeto de estudos fundamental para aproximar o passado de nossa realidade e como fortalece o conhecimento de mundo, sendo assim, deve estar contido nas propostas pedagógicas curriculares. Além disso, propomos inquietações e reflexões a respeito da omissão e/ou restrição desse objeto de estudos na BNCC.

Quem já usou a expressão o "calcanhar-de-aquiles", usada para se referir a um ponto vulnerável, talvez nem imagina a que se refere ou qual a sua origem. A expressão é alusiva ao mito de Aquiles que, ao nascer, é banhado, por sua mãe, em um rio de águas mágicas, segurado apenas pelo pé, única parte do corpo que ficou desprotegida. Justamente o calcanhar, a parte mais vulnerável dele, foi atingida por uma flecha envenenada levando a morte de Aquiles. Essas e outras várias expressões, termos, oriundos da cultura das civilizações clássicas como Grécia e Roma, são usadas no cotidiano da realidade contemporânea.

Compreende-se que a importância do ensino de História Antiga não se resume às permanências de referências nas expressões de linguagem, mas este tipo de informação pode ser bastante útil no trabalho com estudantes, para introduzirmos um conteúdo, por exemplo. Mas, além disso, é necessário pensar o quanto o ensino de História da antiguidade é fundamental para a compreensão de mundo, enfatizando como esse conteúdo não merece cair

ao esquecimento, nem ficar omissos nos documentos e leis educacionais brasileira. O historiador Pedro Paulo Funari enaltece:

Nossa sociedade moderna liga-se, de muitas maneiras, às civilizações clássicas e sempre há grande interesse pelos mais variados aspectos da cultura antiga que se fazem manifestar, de forma mais ou menos explícita, aqui ou ali, gerando primeiro a curiosidade e, em seguida, o interesse por saber mais. Democracia e teorema de Pitágoras, República, o Direito romano são temas que estão presentes em nosso cotidiano, em geral descontextualizados sem que se possa entender bem seu sentido, a que se referem (Funari, 2002, p.11).

Como ressalta o autor, muitas dinâmicas que vivenciamos na contemporaneidade são permanências da chamada antiguidade. Mesmo que não saibamos, pratica-se ou se faz uso de costumes do passado, ou seja, sempre temos o passado, presente no presente/futuro.

A Democracia- a exemplo, algo tão valioso para nós, é um termo surgido na Grécia antiga para designar uma forma de organização e administração da *pólis*. Por cerca de um século, a partir de meados do século V a.C., em que Atenas viveu esta experiência única em sua época. Outro exemplo, a (Eclésia), assembléia do povo, significa a reunião de todos os cidadãos com o direito de tomar decisões em questões de políticas públicas, importantes para a sociedade. Enfim, muitas são as categorias políticas e jurídicas usadas desde o passado até os dias de hoje. Conhecimentos como esses, entre outros, não devem ficar excluídos do ensino básico pois, como afirma Pedro Paulo Funari (2002), “não há dúvida de que, para se entender como o mundo está organizado é necessário conhecer os conceitos que os próprios antigos usavam” (Funari, p.47).

Por meio desse contexto, pretende-se analisar a questão do ensino de História Antiga, saber como este está pontuado no componente da disciplina de História na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo as Diretrizes Comum Curriculares- (DCN,s):

Na organização e gestão do currículo, as abordagens disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar requerem a atenção criteriosa da instituição escolar, porque revelam a visão de mundo que orienta as práticas pedagógicas dos educadores e organizam o trabalho do estudante (Brasil, 2013 p.27).

Entende-se que de acordo com essa diretriz o currículo escolar deve atender conteúdos plurais e, para além disso, que abranjam uma visão de mundo, ou seja, que possa ser enriquecedor para o conhecimento geral, universal, sem excluir ou omitir processos evolutivos de feitos humanos ao longo do tempo. Sendo assim, essa demanda inclui diversidades de conteúdos em todos os componentes curriculares do ensino básico. Entre esses, os de História da antiguidade, que vem sofrendo cortes conforme as atualizações da Base Nacional Comum Curricular.

As reflexões de José P. Farias Júnior (2020), alertam para os impactos causados pela redução de conteúdo das propostas curriculares, suprimindo estudos dedicados à Antiguidade que são criticados por ideias preconcebidas e ainda considerados, por alguns, como uma “história eurocêntrica” em si, em detrimento da história nacional.

O autor nos lembra, ainda, que essa redução também dificulta o processo de formação de professores para área, levando docentes e/ou acadêmicos a se limitarem aos estudos relacionados aos aspectos culturais e políticos como os de Grécia e de Roma. Pedro P. Funari reitera sobre os estudos para área, bem como os historiadores sempre vivenciam essa prática:

Os estudiosos sempre analisaram a Antiguidade a partir de suas realidades, isto é, permite refletir sobre a relação dialética entre o presente e o passado. Somos nós que imaginamos as outras épocas. Os historiadores da Antiguidade também viveram em suas épocas, com suas paixões e preconceitos. Isto tudo deve ficar bem claro. Estudiosos, entretanto, acreditam que podemos sim tentar entender outras épocas baseados em conceitos da nossa e assim consideram relevante pensar-se na existência de classes sociais na Antiguidade (Funari, 2022 p.47).

Desde o primeiro lançamento da Base Comum Curricular (2015) o componente da disciplina de História passar por cortes, em específico os estudos das fontes de História Antiga. Pensando nisso, historiadores de História Antiga e grupos de estudantes do GT- abrigados pela ANPUH, se manifestaram por meio de uma carta de repúdio à redução do ensino de História das Antiguidades, bem como de sua importância para a compreensão do mundo contemporâneo. José Faria Júnior, descreve dois desses argumentos, que diz:

O primeiro: considera-se tendenciosa qualquer proposta que limite as experiências cognitivas dos alunos, porquanto se subestima a capacidade dos estudantes em compreender processos históricos, suas apropriações e ressignificações na contemporaneidade. O Segundo: destaca-se que a Antiguidade, ainda que tenha sido constituída por sociedades plurais, cujas categorias de pensamento, modos de agir, crenças, convicções, princípios e valores político- culturais sejam muito diferentes da sociedade na qual estamos inseridos, ajuda-nos a pensar sobre como determinadas experiências humanas foram semantizadas e contribuíram para forjar o mundo em que vivemos (ANPUH *apud* Júnior, 2020, p.15).

Por meio desses argumentos pontuados pela ANPUH, podemos notar como as fontes de estudos referentes ao ensino das antiguidades tiveram uma limitação na Base, o que subestima a relevância da área para ensino básico. Nesse sentido, o documento se mostra tendencioso a limitar aprendizagens fundamentais, com isso descontrola o seu próprio conceito, que é o de ser referência nacional obrigatória a formação básica, assim se define a Base Nacional Comum Curricular:

A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou

adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá (Brasil, 2017, p.5).

Enfim, o próprio documento esclarece em seu texto princípios norteadores para que a aprendizagem contemple o ensino por meio de pluralidades, o que significa que todas as fontes de conhecimentos devem ser assistidas durante todas as etapas do ensino básico, assim como os currículos possam ser colaboradores em suas ações pedagógicas. Porém, mesmo com a participação de Historiadores na criação da BNCC, o currículo de História não foi bem estruturado, ficando com lacunas e pouco direcionado no que se refere aos conteúdos e temporalidades, entre eles, o ensino de História Antiga, esse que praticamente não aparece no componente de História da Base.

Segundo os estudos de Ana L. Coelho e Ygor Bechior (s.d.) o abandono da cronologia histórica compromete o ensino e o entendimento temporal dos processos culturais, políticos e sociais da humanidade. Citam ainda a crítica que a Associação Nacional de História (ANPUH) delegou contra o documento, argumentando que o currículo de História segue como um componente composto por conteúdos genéricos em sua formulação. Assim, a disciplina acarreta objetivos que são repetitivos, pouco precisos e, as vezes, com redação confusa. Existe, ainda, uma definição de conteúdos e conceitos, fatos e sujeitos históricos sem que sejam explicitados os critérios de seleção e organização que presidiram essas escolhas.

Diante dessas pontuações surge uma inquietação, a saber: como o componente de História foi planejado, organizado e pontuado na BNCC? De acordo com o que foi pesquisado no próprio documento, percebe-se que houve uma fragmentação de conteúdos. Assim, vejamos resumidamente temáticas enunciadas na BNCC, para o público do 6º ao 9º ano. São elas:

1. Contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. No mesmo ano, avança-se ao período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África. 2. Convém destacar as temáticas voltadas para a diversidade cultural e para as múltiplas configurações identitárias, destacando-se as abordagens relacionadas à história dos povos indígenas originários e africanos. 3. A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil (Brasil, 2017, p. 415).

Conforme as alegações de Coelho e Bechior (s.d.) a partir da divisão dos conteúdos de História Antiga, medieval, moderna e Contemporânea rompe com visão eurocêntrica, se distanciando dos assuntos relacionados aos centros de poder hegemônicos, optando por

trabalhar com temas: diversidades, pluralidades e diferença cultural. Não é ruim, mas omite ou dilui demais os conteúdos de História da Antiguidade que não se resumem a História da Europa antiga. Esses estudos são fundamentais para a compreensão dos modos vida, ideias, valores e instituições de diferentes partes do mundo antigo, capazes de fazer refletir sobre os processos evolutivos que a humanidade vivenciou desde a Antiguidade, como ressalta o historiador Fustel de Coulanges:

A história da Grécia e de Roma é testemunha e exemplo da estreita relação que há entre as ideias da inteligência humana e o estado social de um povo. Observai as instituições dos antigos sem atentar para as suas crenças”. Observemos os gregos dos tempos de Péricles e os romanos dos tempos de Cícero: levam consigo marcas autênticas, e o vestígio indubitável de séculos mais remotos (Coulanges, 1961, p.10).

Nesse sentido, veremos que o abandono dos instrumentos do ensino de História Antiga leva consigo bagagens didáticas e impedem que o estudante possa ter a oportunidade de fazer uso desse recurso. É como um boicote a reflexão crítica, que automaticamente limita o público alvo da educação básica de repensar sobre formações econômicas, sociais, políticas e culturais vivenciadas nos dias de atuais, comparando-as às experiências da pré-modernidade.

Evitar ser omissos à História Antiga, para com os processos históricos de povos como os dos Gauleses, Celtas, Egípcios, Sumérios, Gregos ou Romanos, é uma responsabilidade de todos que participam do campo da História. De acordo com as pesquisas de Mateus Sousa (2019), o documento da BNCC impediu a construção de um componente plural, deixando o currículo de História subordinado a uma perspectiva mais nacionalista, limitada a possibilitar o desenvolvimento amplo do estudante da educação Básica.

Diante dessas alegações, tem-se a necessidade de saber como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) identifica as temáticas referente as fontes de História Antiga. Conforme a análise ao documento, constatou-se que em sua estrutura a Base Nacional se limita a oferecer fontes de estudos, no que se refere aos fatos históricos da Antiguidade. Nesse sentido, vejamos a seguir o quadro da “unidade temática” e “objetos de conhecimento” para ensino do componente de História do 6º ano na BNCC:

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO		
História: tempo, espaço e formas de registros	A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias	Lógicas de organização política	As noções de cidadania e política na Grécia e em Roma
	Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico		<ul style="list-style-type: none"> • Domínios e expansão das culturas grega e romana • Significados do conceito de "império" e as lógicas de conquista, conflito e negociação dessa forma de organização política
	As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização		As diferentes formas de organização política na África: reinos, impérios, cidades-estados e sociedades linhageiras ou aldeias
A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades	Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos)	Trabalho e formas de organização social e cultural	A passagem do mundo antigo para o mundo medieval
	Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais		A fragmentação do poder político na Idade Média
	O Ocidente Clássico: aspectos da cultura na Grécia e em Roma		O Mediterrâneo como espaço de interação entre as sociedades da Europa, da África e do Oriente Médio
			Senhores e servos no mundo antigo e no medieval
			Escravidão e trabalho livre em diferentes temporalidades e espaços (Roma Antiga, Europa medieval e África)
			Lógicas comerciais na Antiguidade romana e no

Figura 10 - Unidade Temática e objetos de Conhecimento- História do Ensino Fundamental. Fonte: Brasil, ministério da Educação, 2017, BNCC.

Através desse quadro, notar-se como o documento pontua uma das fontes de conhecimento do campo de História. Vale ressaltar, que o 6º ano foi o único público do ensino fundamental a ser norteado por um breve recorte de temáticas referentes ao ensino de História Antiga, percebemos que poucos objetos de estudos são citados- a exemplo, “A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades. Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos)”, “O Ocidente Clássico: aspectos da cultura na Grécia e em Roma”, “As origens da humanidade, seus deslocamentos”, entre outros. Por meio dessas propostas, a BNCC mostra como aborda a pluralidades de conhecimentos, em que as fontes Históricas ficam pouco pontuadas e acaba por restringir o caminho para que os estudantes acompanhem e conheçam com mais profundidade, o componente de História, tornando o currículo menos abrangente, enquadrada em temáticas de caráter mais nacionalistas, talvez relacionado a críticas referente aos estudos do eurocentrismo.

Os marcos que se busca nesse contexto são feitos por escolhas, constantemente em disputas, a respeito do discurso do que é ou não mais relevante de ser pontuado na base. O historiador José P. Farias Júnior (2020), enfatiza ser necessário defender o uso de fontes Históricas, pois é fundamental para que se tenha uma formação de qualidade em qualquer nível de ensino, no campo de História, e argumenta:

Contemplar fontes históricas nas situações de aprendizagem, em qualquer nível de ensino, permite, a nosso ver, educar o alunado quanto à necessidade de observar

diferentes gêneros e estratégias discursivas, suas marcas de autoria, seu(s) destinatário(s), suas formas de circulação, entre outros aspectos; mas principalmente evita abordagens conteudistas ou práticas de ensino meramente instrucionais (Junior, 2020, p.14).

Por meio dessa premissa de José Faria Junior, é possível perceber um aspecto intrigante a respeito da formulação da Base, pois a escolha conteudista contida no texto do componente curricular segue uma abordagem de cunho mais nacionalista como já citado. Os estudos na sua maioria se referem aos processos históricos sobre a pátria, fazendo com que o ensino de História dos povos antigos fiquem mais restritos no documento da Base. Segundo as pontuações de Coelho e Bechior (s.d.), há motivos para que essa exclusão aconteça. Um deles é o fato de a História da Antiguidade seja uma área em expansão e, em geral, distanciada temporalmente da realidade brasileira. Outro motivo, seria o fato de haver um distanciamento de localização geográfica do Brasil em relação ao mundo das civilizações chamadas clássicas, o que acaba por reduzir investimentos para esses estudos por parte dos governos.

Vale ressaltar, que motivos como esses não são suficientes para que haja uma omissão para com os estudos sobre a História Antiga na Base Nacional Comum Curricular, pois existem diversas pesquisas acadêmicas que viabilizam orientações necessárias, com a preocupação de nortear a investigação para objetos de estudos sobre passado, estudos que esclarecem intensamente inquietações vivenciadas na atualidade.

Enfim, por essa razão, tem-se o propósito por analisar a BNCC, manifestando que a restrição do ensino de História Antiga no documento educacional brasileiro, gera um afastamento dos componentes dos estudos de História, uma fonte fundamental para os estudantes do Ensino Básico, pois fortalece a construção de conhecimentos sobre os processos e experiências construídos por sociedades distantes de nós, desde as suas primeiras instituições, até a formação das estruturas políticas, econômicas, religiosas, culturais: “os “antigos” se tornaram elementos fundamentais para a construção de identidades, em momentos distintos da história”(Carvalho, 2020,p.22).

É instigante pensar, que o afastamento do ensino de antiguidade se deve a questões políticas, o que nos leva a questionar: será esse o motivo desse distanciamento? No entanto, não nos cabe aqui analisar. Todavia, é importante frisar que o ensino sobre História Antiga nos auxilia a refletir sobre questões relevantes vivenciadas na atual realidade, mesmo sendo de uma temporalidade distante do contemporâneo e da localidade brasileira, não significa que deve ser esquecida e/ou distanciada do público escolar.

Ao contrário disto, é necessário manter os objetos de estudos que relacionam os processos históricos sobre o passado com o presente, para que os estudantes possam se sentir

instigados a sair de seu lugar no presente e procurar conhecer um outro mundo, no passado, ficar curioso, investigar, não para julgar, mas sim para compreendê-lo. Pensar e refletir que a História dos povos antigos não é apenas legado, são memórias de um passado que não deve ser apagadas nem negligenciadas, pois como diz as Diretrizes Curriculares Nacionais Curriculares (DCN's): “ a educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores” (Brasil, 2013, p.16).

2.2. A MAGIA: memória, identidades e cultura escolar

“Her damos um modo de nos relacionar com o passado, por meio do qual passamos a evocá-lo como fonte primordial de explicação e lugar de construção de sentido para o presente e projeções futuras” (Oliveira 2013, p. 138). Considerando que a História das grandes civilizações greco-romanas é uma temática e um conhecimento de relevância a formação crítica e reflexiva dos indivíduos, nos faz refletir como é instigante, resgatar esses estudos do mundo antigo para fazer parte do ensino de História, não só por possibilitar uma visão acerca de um passado, mas por está intimamente relacionado com aspectos de longa duração como a formação de famílias e instituições, identidades e representações culturais que sempre estiveram e fazem parte da sociedade.

É importante reconhecer, a relação que as sociedades construíram desde a antiguidade até aos dias de hoje, como a verossimilhança com o sagrado nas práticas das religiosidades. É possível notar no tempo presente, o espaço que as religiões e seus aspectos plurais ocupam, pois se acomodam no cotidiano social dos indivíduos, em templos, instituições e escolas. Ao retornar as memórias do passado, o estudo contribui para a construção da cidadania, há motivos para se trabalhar a temática das civilizações antigas na escola, pois merecem ser explicitadas, entre elas, destacamos as práticas religiosas, refletindo sobre as religiões de hoje, compostas de elementos compartilhados, como as ‘práticas de magia’, essas que ainda permanecem nas religiões contemporâneas com seus aspectos plurais, fundamentais à construção de identidades.

Entretanto, as identidades são construções discursivas que dependem de outros dois conceitos, a saber - Memória e História. É por meio da linguagem que o homem se constrói socialmente, sua identidade é fruto da sua memória e das relações de alteridade existente no discurso. A memória é uma faculdade que, assume dimensões diferentes: somos capazes de lembrar ou esquecer determinados fatos do passado em função de fatores emocionais. Podemos recriar ou recontar um passado em função desses fatores e também planejar o futuro e traçar

uma meta individual de realização pessoal ou coletiva. Com a memória sentimos angústia, mas também, por meio dela, somos capazes de reconhecer lugares, pessoas e fatos.

Os “fatos históricos” segundo Beatriz Sarlo, (2007) seriam invisíveis se não fossem articulados no presente, pois a história argumenta sempre. Dessa forma, jamais são esquecidos, pois sempre retornam ao convívio social mesmo que no inconsciente. Do mesmo modo, são os ‘rituais de magia’, práticas que emergem dentro da cultura de um povo, as crenças populares, os ritos que impregnam a vida cotidiana ou se prendem à vida religiosa, “as culturas minoritárias ou o folclore - conjunto das crenças coletivas” (p. 200).

Tudo o que se manifesta no convívio das memórias coletivas, desde a antiguidade até os dias atuais, são testemunhos que sobrevivem em sentimentos pertencente ao indivíduo no coletivo. Assim, as simbologias dos gestos, expressões e lembranças, permanecem e vão fazendo parte de nossa sociedade, como os cultos e rituais mágicos- práticas religiosas que tem um significado importante na memória cultural de cada civilidade.

O modo como nos relacionamos com o passado demonstra nossos anseios por compreender o presente, além do mais, desperta curiosidades em procurar desvendar memórias que sobrevivem no inconsciente humano e que vão construindo significados, simbologias e sentimentos, aqueles que fazem parte das memórias individuais e coletivas de um povo. Segundo as concepções de Maurice Halbwachs (2013), as memórias coletivas e as memórias individuais são duas doutrinas que marcam fortemente as representações oriundas das massas populares comuns, que vão se formando através da memória coletiva dos grupos sociais, bem como da memória individual, em que uma não existe sem a outra, ao passo que a memória coletiva é uma soma das lembranças de uma memória individual. Assim, pontua:

A memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 2013, p.34).

Por meio desses pressupostos, Halbwachs, faz confrontações através dos testemunhos e depoimentos, mostrando características das duas doutrinas. Para isso, evoca as vivências e acontecimentos que segundo ele, estão localizados em lugares, ou grupos sociais de pessoas, onde cada indivíduo constrói a sua lembrança afetiva, no qual a sua construção se dá por meio de uma vivência, de um vínculo afetivo que faz desenvolver convívios sociais entre os indivíduos. Na medida que um indivíduo vai se socializando e desenvolvendo laços afetivos

entre outros, passa a construir sua memória individual mediante seu convívio em grupos ou em contato somente entre dois seres, das duas formas, o indivíduo vai formando suas lembranças contidas nas duas memórias:

(...) a memória individual, não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (Halbwachs, 2013, p.36).

É esclarecedor, quando Halbwachs diz, que as lembranças necessitam de uma memória afetiva. Não é difícil entender essa reflexão, pois cada indivíduo está inserido em grupos de pessoas, e nessa vivência vai se construindo e desenvolvendo laços seja ela familiar ou de amizade, por exemplo, ou seja, não basta que o indivíduo construa sua memória sozinho, é preciso compartilhar momentos, vivências, com a família, com amigos e outros grupos. Desse modo, para recordar e obter tais lembranças não seria considerada somente suas próprias recordações, mas também, as de outras imagens, mesmo as que não são de acordo com sua personalidade, logo:

As lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele (Halbwachs, 2013, p. 30-39).

Por essas pontuações, Halbwachs, desataca que a memória coletiva histórica não está isolada, o indivíduo não vive sozinho, pois a memória que constrói lembranças é aquela que se aproveita em maior quantidade das memórias coletivas de um grupo, ao passo que empresta as suas, para que as memórias dos outros apresente os seus testemunhos. Desse modo, nota-se, que a lembrança afetiva necessita de um convívio social, em que os indivíduos se relacionam, se interagem com outras pessoas ou outros grupos, construindo suas próprias lembranças, individuais e também coletivas. Com essa ideia, o autor deixa claro que o indivíduo participa das duas memórias, a coletiva e a individual. “Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro e ter em comum todos os seus pensamentos” (p. 30).

Por meio dessas conjecturas, é possível notar que os fenômenos da magia ainda permanecem nas práticas religiosas contemporâneas em seus aspectos plurais, mesmo que de modo inconscientes, sobrevivem na memória individual e coletiva do indivíduo. Se lembramos é memória, se não esquecemos é História, da mesma forma, são os rituais mágicos- crenças e

costumes que continuam sendo praticados pelo homem como parte da cultura religiosa, transmitida de geração a geração- a saber o das superstições, as ‘simpatias amorosas’, praticadas para incutir o amor da pessoa amada (o). O uso de feitiços e encantos para incutir o amor, sempre fez parte dos grupos coletivos.

Segundo Ecléia Bosi (1994), “a memória como conservação do passado, sobrevive, quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente” (p.13). Sendo assim, a partir da memória individual podemos recordar vivências passadas ou reconhecer situações semelhantes no presente, possibilitando-nos assim, um conjunto de referências que definem nossa identidade pessoal em relação ao meio social em que vivemos. De acordo com Halbwachs, tanto a memória quanto a história lidam com lembranças do passado, é uma narração própria dos seres humanos na vida, o de compartilhar seus testemunhos nos modos que o ser possa lembrar, a memória- uma recordação do passado (Halbwachs 1990, *grifos nossos*). Desse modo, Bosi, complementa:

A recordação seria, portanto, uma organização extremamente móvel cujo elemento de base ora é um aspecto, ora outro do passado; daí a diversidade dos "sistemas" que a memória pode produzir em cada um dos espectadores do mesmo fato”. “Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança "vive" em estado latente, potencial. Esse estado, porque está abaixo da consciência atual ("abaixo", metaforicamente), é qualificado de "inconsciente". O convívio de inconsciente e consciente é ora tenso, ora distenso. Tenso quando a percepção para ação domina o comportamento. Distenso, no caso de o passado alargar o presente (Bosi, 1994, p.14-15).

Por meio dessa linguagem, termos e conceitos, podemos compreender que tudo que existiu no passado não cai em total esquecimento, sobrevive na memória, mesmo que no inconsciente, seja ele coletivo e/ou individual, assim são os ‘rituais e suas representações mágicas’, recorrentes da memória de nossas civilizações antigas, ou seja, a memória que vive entre passado, presente/futuro. Cabe aqui pontuar, a tábua de valores de Bergson citado por Ecléia Bosi, (1994), sobre a distinção entre percepção passado e presente, em que diz:

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado (Bergson, *apud*, Bosi,1994, p.11)

Enfim, essas percepções de diálogos sobre a memória nos trazem em seu contexto, a proposta de contribuir a respeito da importância do ensino das civilizações Antigas, essa que também não deve nem pode ser esquecida. Desse modo, abre espaço e gera possibilidades de pensar o grande valor que tem os estudos de objetos, de religiosidades, culturas e costumes das camadas populares, bem como as memórias de uma lembrança vivida no passado.

A partir dessas disposições teóricas, veremos que o ato de praticar os rituais são crenças lineares, que nunca perderam sua legitimação entre os grupos e/ou sujeitos praticantes, práticas religiosas que são ações do humano que continuam praticando ritos, rituais obstinados pelo mesmo sentido, em manipular seres e forças naturais e sobrenaturais. Sendo assim, são percepções oriundas do passado, expressas por sentimentos individuais e coletivos, como um devaneio de memórias, que mesmo de modo inconsciente acabam por resgatar lembranças e/ou recordações que vão se ascender nas memórias, do presente/futuro. Como nos diz Beatriz Sarlo, “o passado sempre chega ao presente”: propor-se não lembrar, é como se propor à não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acontece até quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada (Sarlo, 2007, p.10).

Andreas Huyssen, nos fala que a percepção dos sujeitos se altera quando se trata do tempo, suas experiências em dados momentos, entre futuro e presentes tem se encontrados, para ele há um deslocamento de experiências e de sensibilidade, que a história e a fenomenologia precisam explicar, que:

Tempo e espaço, como categorias fundamentalmente contingentes de percepção historicamente enraizadas, estão sempre intimamente ligados entre si de maneira complexas, e a intensidade dos desbordantes discursos de memória, que caracteriza grande parte da cultura contemporânea em diversas parte do mundo de hoje (Huyssen, 2000, p.10).

Sobre essa reflexão da percepção, atentemo-nos ao que se dirige o Henri Bergson em sua obra, ‘Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito’, fala sobre a dualidade a respeito da relação do espírito com a realidade do corpo, colocando entre eles, a exemplo, o da memória. O teórico explica que, para “uns, reconhecer uma percepção presente consistiria em inseri-la pelo pensamento num ambiente antigo” (p.99). Nesse sentido, a percepção:

(...) tem raízes profundas. Repousa, em última análise, sobre uma falsa ideia da natureza e do objeto da percepção exterior. Não se quer ver na percepção mais do que um ensinamento dirigido a um espírito puro, e com um interesse inteiramente especulativo”. Encontro uma pessoa pela primeira vez: eu a percebo simplesmente. Se torno a encontrá-la, eu a reconheço, no sentido de que as circunstâncias concomitantes da percepção primitiva, voltando-me ao espírito, desenhando ao redor da imagem atual um quadro que não é o quadro atualmente percebido. Reconhecer seria, portanto, associar a uma percepção presente as imagens dadas (Bergson ano, p.100-179).

Esse contexto, sobre percepções nos afirma como a memória reconhece no presente algo que já se viveu mesmo quando o indivíduo não consegue entender em primeira ocasião um fato ou situação, em outro momento se torna a ver, recorda-se. Segundo Beatriz Sarlo, as reconstituições em termos de recordações do passado, está sempre por perto, rondando o

presente, como uma lembrança que surge em momento em que menos se espera, lembrar um fato mesmo quando não se quer ou não se pode ser relembrando.

Do mesmo modo, são os ‘rituais’, uma prática que tem suas raízes no passado, mas que nunca deixou de ser lembrada e praticada pelos sujeitos do presente, um costume ou crença religiosa, que foi passada de geração a geração, pelos testemunhos dos antigos, uma memória que não se desconsidera, sempre voltando para o agora como um elemento de longa duração no tempo. Do “passado, não se abstrai, não se desconsidera, nem por força de escolha nem mesmo de inteligência” (Sarlo, 2007, p.9).

Segundo Lucilia, (2005) o passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes no qual a Memória e a História competem para compreender os fragmentos através da análise, para evitar que o humano perca referências fundamentais à construção das identidades coletivas. Cita Paul Thompson explicando, que por meio da memória os homens podem relembrar, reacender fatos, reviver momentos, hábitos e práticas de uma vida cotidiana, pois a memória, é “incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirma e usualmente se renovam” (p.16):

(...) a memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Através de histórias de famílias, das crônicas que registraram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa (Thompson, *apud* Lucilia, 2005, p.19).

Entende-se então, que a memória assume referência ao tempo e se refere às percepções passadas. A memória ganha características psicológicas a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX. Um dos pensadores mais influenciados pelas discussões no âmbito da Psicologia foi o filósofo francês Henri Bergson. Ele distinguiu dois tipos de memória: a memória-hábito e a memória pura ou espontânea. A memória-hábito são os automatismos – de tanto repetirmos os mesmos gestos ou as mesmas palavras, acabamos reproduzindo esses comportamentos de forma automática, muitas vezes sem nos dar conta disso. Já a memória pura é a capacidade que temos de reter e recordar eventos que podem ter acontecido uma única vez:

A lembrança espontânea é imediatamente perfeita; o tempo não poderá acrescentar nada à sua imagem sem desnaturá-la; ela conservará para a memória seu lugar e sua data. Ao contrário, a lembrança aprendida sairá do tempo à medida que a lição for melhor sabida; tornar-se-á cada vez mais impessoal, cada vez mais estranha à nossa vida passada. [...] Das duas memórias que acabamos de distinguir, a primeira parece, portanto, ser efetivamente a memória por excelência. A segunda, aquela que os psicólogos estudam em geral, é antes o hábito esclarecido pela memória do que a memória propriamente (Bergson, 1999. p. 90-91).

Tanto a memória, quanto a história se referem ao passado, mas a maneira de representá-lo é diferente. A memória faz isso com sentimentos e frequentemente sem rigor crítico. A história, por outro lado, busca um relato com base em exame crítico das fontes, como registros escritos ou documentos, de modo a apurar a verdade dos fatos. Desse modo, nos lembra a teoria de Jörn Rüsen, sobre a formação do conhecimento histórico e suas formas de olhar o passado:

(...) o olhar histórico formado, voltado para alteridade do passado, pode sensibilizar a consciência para especificidade de seu tempo presente. Ele pode aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma, do que no passado, porque as condições de vida prática de cada um são historicamente específicas. “A formação histórica assume, na cultura histórica, a importante tarefa de reconhecer e valorizar o peso próprio dos fatores estéticos no manejo interpretativo da experiência histórica, deve-se deixar espaço de lidar livremente com o passado (Rüsen, p.113-132, 2010).

Essas contribuições estão relacionadas a liberdade de se trabalhar com a memória e com saber histórico, refletindo que o processo de formação histórica é responsável por possibilitar a compreensão de uma significação cultural do passado, ou seja, essa teoria apresentada por Rüsen torna mais tênue os níveis de cientificidade do pensamento histórico, significa entender que a subjetividade pode ser assumida, admitida de forma adequada e compatível com a cientificidade do conhecimento histórico .

Por meio desse debate teórico, entre os saberes teóricos de memória, pode-se compreender como o estudo sobre rituais- os “ritos de magia”, estão estreitamente correlacionados, pois fazem parte de uma prática religiosa de longa duração, oriundo do berço de nossas civilizações antigas- greco-romanas. Transcende em nossas diversidades culturais, mesmo quando não conscientes ao realizar as práticas de magia, o seu sentido e significados são os mesmos. Sendo assim, a ‘magia’ representa as ‘memórias dos velhos’, manifestadas pela memória-hábito, a lembrança e seus modos de recordar o passado:

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, afiara à consciência na forma de imagens-lembrança. A sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e nos devaneios (Bosi,1994, p.11-15).

Enfim, partindo para outras reflexões, tem-se a necessidade de ressaltar nesse constructo, a relevância do ensino dessas civilizações Antigas, em particular, os estudos das civilizações clássicas, Grécia e Roma, a fazerem parte do ensino básico, conhecimento esse,

que não deve ser limitado e /ou extraído dos currículos escolares. Desse modo, abre espaço e gera possibilidades de pensar e refletir sobre o valor que tem os estudos de religiosidades e seus aspectos plurais nas abordagens do ensino escolar, integrando assim, temas transversais que só contribuem para o ensinar e aprender História.

Essa pauta é verificada em várias discussões acadêmicas, bem como, por teóricos de nossa historiografia como, Pedro Paulo Funari (2016), José Petrucio (2020), Renata Senna Garraffoni (2014), entre outros. É notável, que esse assunto sempre abre um leque de discursões, pensando nisso, será ressaltado aqui um breve debate sob a luz desses autores citados.

Mediante os apontamentos de Pedro P. Funari e Renata S. Garraffoni (2014), um dos objetivos de demonstrar essa relevância, reside em esclarecer para as comunidades acadêmicas, qual o seu papel nesse constructo, despertando nas comunidades escolares o interesse por explorar diversas possibilidades de investigar conhecimentos contido nos povos do mundo antigo, em sala de aula. Assim, sugeri alternativas para renovar o ensino de História Antiga, de modo que seja reformulado, extraindo posturas tradicionais que reforçam ideias preconcebidas e acríicas a respeito dos estudos das civilizações antigas.

Essas percepções de diálogos trazem em seu enfoque, a proposta de contribuir para abertura de novos questionamentos a respeito da importância do ensino das civilizações Antigas, tanto no ensino superior bem como no básico. Desse modo, abrem espaço para interpretações que ampliam as possibilidades de pensar o grande valor que tem os estudos de objetos, de religiosidades, culturas e costumes das camadas populares. Nesse sentido, completa os autores:

Os diálogos entre a História e outras disciplinas abrem espaço para novas interpretações, para o estudo de diferentes facetas de uma mesma sociedade, para visibilizar as diferenças e ouvir as vozes de sujeitos. Estes estudos das sociedades antigas trouxeram para cena, as mulheres, os libertos ricos e pobres, os escravos, os bandidos, as prostitutas, camponeses, enfim, os sujeitos que, até então, tinham sido amontoados sob o rótulo de povo ou excluídos dos discursos sobre o passado (Funari & Garraffoni, 2014, p.18).

O parecer do qual nos deparamos se debruça sobre o desafio de manter um ensino que envolva todos os campos do saber histórico, seja ele do tempo presente, bem como do passado. Os estudos das civilizações antigas estará sempre presente em nosso meio, ricos em conteúdos indispensáveis para o desenvolvimento de conhecimento dos grupos escolares. Uma educação democrática, é aquela que envolve um todo, sem ser excludente, e que declara de forma

explícita os conteúdos diversos que as civilizações trazem em sua trajetória, evitando ser omissa com a História Antiga.

José Petrúcio (2020), pontua em sua pesquisa que uma das problemáticas, se instalam na falta de políticas públicas, por não incluírem a participação efetiva de professores de educação básica na elaboração do currículo escolar, “considerando com maior superioridade a hierarquia dos saberes acadêmicos, desvalorizando a cultura e os saberes docentes escolares” (p.31). Como se observa, há vários debates apresentados pela historiografia sobre a importância do ensino de História. Para concluir esse breve discurso, vejamos o que diz Fustel de Coulanges em sua obra “A Cidade Antiga” (1961), a respeito dessas perspectivas.

Coulanges (1961), defende ser necessário, o estudo das crenças e/ou religião dos povos antigos, por exemplo, pois dela se originaram todas as instituições, como todo o direito privado dos antigos. Da religião, a cidade tirou seus princípios, regras, costumes e magistraturas. O autor explica ainda, que são as épocas mais antigas, as quais devemos conhecer melhor, porque as instituições e crenças que encontramos na época áurea das civilizações clássicas, nada mais são que a evolução de crenças e instituições anteriores:

É necessário que busquemos as raízes em um passado bem longínquo. Felizmente, o passado nunca morre por completo para o homem. O homem pode esquecê-lo, mas continua sempre a guardá-lo em seu íntimo, pois o seu estado em determinada época é produto e resumo de todas as épocas anteriores. Se ele descer à sua alma, poderá encontrar e distinguir nela as diferentes épocas pelo que cada uma deixou gravada em si mesmo (Coulangens, 1961, p.10).

Por meio desse contexto teórico, tem-se o intuito de buscar uma vinculação entre saberes de história e cultura, com destaque para as relações com o estudo da magia. Além do mais, se define por atitudes e práticas que inserem em marcos sociais culturalmente disseminados na sociedade, sendo assim, esta linha de pesquisa desenvolve estudos relacionados às temáticas, religiosidades, culturas, identidades, historiografia e imaginários sociais.

Portando, contribui para pesquisas sobre memórias na interface com o saber histórico escolar, a partir de interações entre culturas populares e culturas homogêneas, envolvidos pela ação de instituições e sujeitos que constroem simbologias, costumes e culturas inerentes à memória social e o saber histórico. Nesse sentido, será abordado neste debate historiográfico, aspectos plurais da religião romana, contextualizando suas práticas e crenças, a exemplo, a magia. Além disso, busca-se alternativas para compreender como a magia se estabelecia nessa sociedade, bem como as práticas relacionada aos fenômenos mágico-religiosos no período do Imperador *Octavius Augustus*.

É importante lembrar, que o desenvolvimento social político e cultural em Roma se encontram na longínqua época das Guerras Púnicas, situação que modificou a sensibilidade religiosa devido à quebra da *pax deorum*.²² De acordo com Elisabete S. Costa, o advento da segunda Guerra Púnica possibilitou aos romanos a adesão aos cultos e ritos das religiões orientais cuja assimilação de deuses e das práticas da magia refletia a insegurança do *populus romanum*. Esses acontecimentos foram decisivos na formação da história de Roma. Para Elisabete S. Costa, com o fim da Segunda Guerra Púnica²³, novos cultos foram aceitos, mas só poderiam ser celebrados à semelhança dos cultos romanos e sob vigilância dos magistrados de Roma (p.11). Depois das Guerras Púnicas houve um fluxo gradual dos deuses e dos ritos gregos (p.140).

A partir deste evento novos cultos foram sendo praticados em Roma, entre eles os de magia. Ao investigar o terreno dos rituais de magia, verificamos que o homem dos primeiros tempos se achava sempre interligado aos elementos da natureza, nos quais os costumes religiosos se estabeleciam de acordo com suas crenças. Segundo Fustel de Coulanges (1961), “o respeito pelo atributo divino e ao princípio invisível entrevia entre um misto de amor e de temor” (p.128). Nesse espaço de mistérios, a magia se tornou uma prática ritualística que as sociedades antigas realizavam para conquistar desejos considerados por eles como impossíveis.

A relação das sociedades com o que denominamos de sagrado está presente desde a Antiguidade. É possível reconhecer, nos dias atuais, o lugar que as religiões e religiosidades possuem no cotidiano das pessoas e no âmbito das escolas, importantes formadoras e reprodutoras sociais.

Na antiguidade, em especial a romana, ao contrário de hoje, a separação entre uma religião e o que chamamos de magias não era tão evidente assim, portanto, um dos objetivos dessa pesquisa é a investigação dos rituais de magia amorosa que envolvia mistérios, personagens, cenários, objetos e fórmulas, relacionado aos elementos naturais e/ou sobrenaturais no *populus roamanum* no século I a.C. Para tanto, nos debruçaremos sobre os

²² Pax- Nome de uma deusa grega que recebeu o título no governo de Augusto, em Roma. Seu nome era Irene, e costuma ser representada por vários artistas com um ramo de oliva nas mãos. (em português: "**paz** dos deuses") ou **pax** diorum (em português: "**paz** divina") é uma expressão em língua latina que corresponde a um conceito fundamental do sistema jurídico-religioso romano. (Dicionário on-line). Disponível <<em: <https://www.dicionarioinformal.com.br>>> Acesso: 29/06/22

²³- Com o surgimento de Cartago como potência econômica e militar, empenharam-se os romanos nas chamadas Guerras Púnicas. A primeira (269-241) terminou com a província romana à Sicília em 241, seguida pela Sardenha e pela Córsega em 238. Com a vitória de Cipião, o Africano em Zana 202, termina a segunda Guerra Púnica (218-201) com a capitulação de Cartago e a cessão do território de Siracusa a Roma. Mas só depois da terceira Guerra Púnica (149-146), Cartago é destruída por Cipião Emiliano, e o norte da África torna-se província romana e o Mediterrâneo é chamado *mare nostrum* pelos romanos. Bem organizada e dominando o Mediterrâneo depois das Guerras Púnicas, Roma expandiu rapidamente seus domínios (Brasero, 2001, p.102).

testemunhos presente na epistolografia literária de Ovídio Nasão, autor romano que escreveu poemas sobre a temática amorosa neste período.

O seguinte corpus documental, a saber: da *Canção VIII, Terceira de Amores, Remédio para o amor, arte de amar e os Fastos- Estriges*, obras que deixam transparecer como se configurava os rituais de magia na camada sociocultural de Roma.

Os episódios de magia amorosa em Roma são encontrados, portanto nos textos elegíacos escritos no período do reinado de Augusto. Segundo Maria Cristina S. Pimentel e Nuno S. Rodrigues (2010), os aspectos da época *Octavius Augustus*, período que Ovídio vivenciou, se estreitam entre a crise institucional e cívica dos finais da República e as novas vias assumidas pela cultura romana no despertar do Principado. Desse modo, o contexto histórico desta época se destaca em meio às crises sociopolítica, eixos diretores da cultura da sociedade romana.

É importante lembrar, que o desenvolvimento social político e cultural em Roma se encontram na longínqua época das Guerras Púnicas, situação que modificou a sensibilidade religiosa devido à quebra da *pax deorum*.²⁴ De acordo com Elisabete S. Costa (2006), o advento da segunda Guerra Púnica possibilitou aos romanos a adesão aos cultos e ritos das religiões orientais cuja assimilação de deuses e das práticas da magia refletia a insegurança do *populus romanum*. Esses acontecimentos foram decisivos na formação da história de Roma (p.11).

Foi nesse período que, em Roma, começou a ocorrer perseguições a adivinhos, agoureiros e adoradores de outros deuses que não se enquadravam nas exigências do governo e representavam uma ameaça ao equilíbrio religioso (Silva, p. 37). De acordo com Mario Cutrin, (2001). Augusto propôs uma restauração religiosa, objetivando realizar uma mudança geral na moralidade, da paz e da autoridade em todo o Império (p. 303). É neste contexto de instabilidade que outros cultos e práticas orientais foram acolhidos em Roma. Entre esses, a magia.

Graf, (*apud* 2004, Silva) relata que entre os romanos a magia teve maior trato pelas autoridades civis que entre os gregos. O autor destaca também que, ao chegar em território itálico, a magia se assemelhava a alguns traços característicos dos cultos locais (p.75-76). No entanto, segundo Elisabete S. Costa, apesar de a magia propagar-se, principalmente nas regiões em que a prostituição era frequente, tal prática não foi bem acolhida em Roma, por ser

²⁴ Pax- Nome de uma deusa grega que recebeu o título no governo de Augusto, em Roma. Seu nome era Irene, e costuma ser representada por vários artistas com um ramo de oliva nas mãos. (em português: "**paz** dos deuses") ou **pax** diorum (em português: "**paz** divina") é uma expressão em língua latina que corresponde a um conceito fundamental do sistema jurídico-religioso romano. (Dicionário on-line). Disponível <<em: <https://www.dicionarioinformal.com.br>>> Acesso: 10/06/22

considerada maléfica. Nas elegias de Ovídio, a magia está inserida no panorama irônico que o poeta apresenta das relações amorosas.

Maria Regina Candido, afirma que “a magia é o saber primitivo relacionado à crença em controlar os poderes da natureza” (p.6-48). Nota-se que há uma distinta discussão em saber a relação entre a magia e a religião. Maria Regina Candido (1994), uma estudiosa sobre magia defende que o lugar comum entre a magia e a religião seria o fato em que ambas fazem referências aos poderes e as forças sobrenaturais, pois “tudo o que respeitava ao mundo do além pertencia ao domínio do sagrado e intocável” (Bloch, 1966, p.125). A seguir, a cerimônia de um culto sagrado:

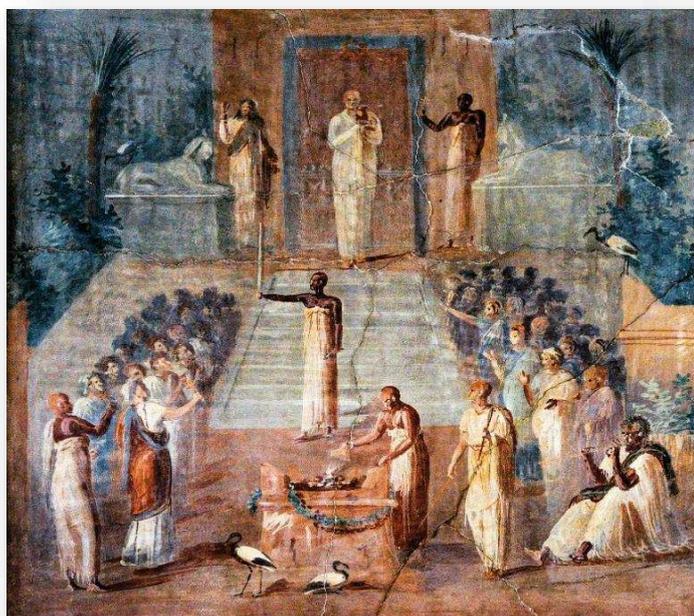


Figura 13-Tela representa o momento de um “culto piedoso dos deuses”, e a “superstição” perpetrada por quem, “durante dias inteiros, fazia preces.

Fonte: <<https://www.nationalgeographic.pt/historia/feiticos>> Acesso: 28/09/23

A magia no mundo romano também esteve intimamente relacionada com a religião durante muito tempo, de tal maneira que nem sempre era fácil distinguir as fronteiras entre as práticas religiosas e as práticas mágicas. Seus campos de ação interferem-se frequentemente (Silva, 2004, p.7). Segundo Candido (2006), a magia repousa sobre um sistema taxológico complexo que permite formar uma grande cadeia na qual se pode chegar até a divindade. Portanto, as famosas leis mágicas explicam o valor das representações (amuletos), da música, da dança e, sobretudo dos encantamentos. “O mundo do mágico se estabelece bem como aquele onde a imagem é objeto, o nome é a pessoa e a voz é criadora, tornando visível o invisível simbólico. Os corpos visíveis simbolizam os espíritos invisíveis” (p.6).

2.3. AS PRÁTICAS DE MAGIA: os rituais de magia amorosa em roma republicana do século I a.C.

De acordo com Semíramis Cosi Silva, as fontes epigráficas e os dados arqueológicos provam a existência de práticas mágicas em Roma, entre esses, os *defixiones*, plaquetas de chumbo com imprecações mágicas que foram encontrados em espaços como fundos de poços d'água, interior de sepulturas, cemitérios, leitos dos rios, santuários e templos. Segundo Graf, citado por Silva, as imprecações destes tabletes se voltaram principalmente para situações de rivalidades e conflitos sociais (amorosos, comerciais, disputas esportivas) todos com a intenção de intervir na ordem dos acontecimentos futuros Graf, 1994 (*apud* Silva, 2004, p.83).

Ao estudar os *Katadesmoi*²⁵ Maria Regina Candido (2001), revela que a magia encontrada no corpus de lâminas, são imprecações contra as atividades de comerciantes, das testemunhas no tribunal e dos rivais de relações amorosas. Para a autora *imprecação amorosa*, é a maldição caracterizada por rivalidades amorosas. Em grego, os tabletes de imprecação são denominados de *katasdesmoi*, tabletes gregos, semelhantes aos *defixiones* romanos. Aparecem no dialeto ático como *katadeo* e tem por significado amarrar, prender, imobilizar, atar alguém embaixo da terra. O termo *katadeo* integra o repertório de maldição, expressando o ato decantar alto visando conjurar alguém, enfeitiçar através de encantamentos.

Conforme Marina Marconi & Zelia Pressotto (1998), as práticas de magia têm a finalidade de proteger o indivíduo em determinadas circunstâncias: na guerra, em viagens, nos negócios e no amor etc. Nesse sentido a magia possui as seguintes denominações: “boa ou benéfica”, quando as forças sobrenaturais são invocadas em benefício de alguém, “má ou maléfica”, quando é realizada para fazer o mal (p.78). Abaixo a representação de um viajante consultando um mago:

²⁵Fabiane Silva Martins esclarece que as lâminas de imprecação eram denominadas na Grécia por *katádesmoi* e em Roma por *defixios* e podiam também ser usadas para fins amorosos, essas práticas tinha o intuito de trazer a pessoa amada para os braços do praticante da magia ou de quem a solicitava, ou então de separar enamorados (Martins, 2008,40).



Figura 14-Representa um viajante consultando um mago. Encontra-se no Museu Arqueológico Nacional de Nápoles. Fonte: <<https://www.nationalgeographic.pt/historia/feiticos-e-supersticoes>>Acesso: 20/09/23

A magia do amor em Roma é testemunhada nos textos de Ovídio. Segundo Elisabete C. Silva, a magia assume, na poesia de Ovídio, não só o lugar de um tema para amor, mas todos os assuntos que a elegia erótica se propõe a apresentar (Silva, 2006, p, 12).

De acordo com Sandra Ferreira dos Santos, a magia para o amor era executada pelo interessado (a) ou por especialistas que sabiam como fazer os *katádesmoi* amorosos, os filtros e os encantamentos. Este tipo de magia pretendia forçar o amado (a) a se apaixonar, garantir a fidelidade ou a volta – nos casos de separação – ou ainda, servia de vingança nos casos de desprezo (Santos, *s.d*,18). Para Semíramis Cosi Silva, as práticas de magia que visam fazer o mal ao inimigo ganham espaço, infiltram no mundo do outro, subvertem a ordem e deixam de fazer parte da religião oficial configurando-se em práticas ocultas (Silva, 2004, p.85).

Desse modo, encontra-se em Roma uma mistura de ritos e cultos com sujeitos e praticantes do cenário mágico. Conforme Baroja, citado por Silva, a palavra “magia” do grego *μαγεία* foi empregada em uma época determinada, aludindo às atividades dos magos que são certos indivíduos que possuía um saber específico sobre a eficácia da magia, justamente pelo seu domínio acabava sendo perseguido, entre eles, adivinhos e feiticeiros Baroja (*apud*, Silva, 2004, p.83).

De acordo com Semíramis Cosi Silva, em Roma todas as camadas sociais praticavam magia, ou acreditavam em seus poderes, ou seja, não é uma característica da base indigna da sociedade das mulheres como se costuma colocar: “das matronas às e mulheres simples, das grandes famílias às famílias suburbanas” (Silva, 2004, p.89). Para Anne-Marie Tupet pode ser que feiticeiras e feiticeiros, assim como adivinhos e adivinhas, fossem recrutados nas camadas

sociais mais baixas, mas a crença em poderes mágicos se encontrava disseminada por todos os lados Tupet, 1976 (*apud* Silva p.323).

Em relação ao gênero dos praticantes de magia, a literatura destaca mais a mulher como maior realizadora. O homem seria mais comum praticar em detrimento da mulher, mas o conhecimento na maioria era essencialmente feminino. “É sempre a mulher que é uma feiticeira, aparecendo de forma trágica em rituais de magia que muito se assemelha as práticas dos dias atuais” (Silva, 2004, p.93).

Entre as personagens que aparecem na literatura romana estão Circe e Média²⁶, consideradas como feiticeiras *striga*²⁷. Ambas são retratadas nas poesias sobre o amor de Ovídio. Segundo Maria Regina Candido, as práticas mágicas no mito de Medéia indicam o domínio e o conhecimento de ervas, infusões e raízes que não denotam possuir poderes mágicos (Candido, 2006, p.30).

Na obra de Ovídio, Medéia é uma bruxa, uma alcoviteira, que aparece como uma velha má e poderosa, que produz filtros mágicos por meio de ervas pelo amor de Jasão: “medéia usa ervas e encatamentos com toques mágicos para incutir o amor” (Ovídio, Arte de amar, Livro II). Cita também, Circe, outra figura feminina, que mesmo depois de usar da magia não consegue atrair Ulisses. A seguir a representação de Cire na preparação um rito de magia:

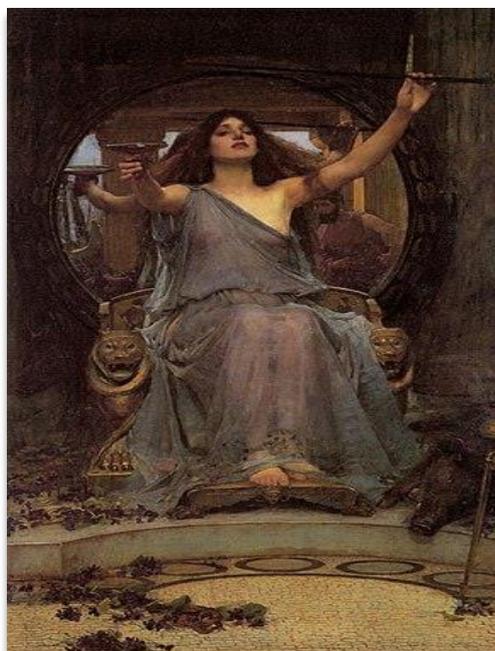


Figura 15-retrata Circe oferecendo uma taça para Ullisses, por John William Waterhouse,(1891 Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Magia_no_mundogrec_o-romano>Acesso: 23/09/23

²⁶ A tragédia Medéia, apresentada no teatro de Dionisos em 431 a C., nos remete às práticas da magia, aos sentimentos femininos e à condição social da mulher grega no período clássico (Candido, 2006).

²⁷ O termo *striga* significa bruxa, do latim *striga* (Silva, 2004).

De acordo com Regina (2006), a documentação textual nos indica várias mulheres míticas que detinham o conhecimento e o domínio de ervas e filtros para encantamentos. “O saber que se estendeu, por tradição, às mulheres, consistia na habilidade em manejar o cozimento das ervas, folhas e raízes para fazer infusões e filtros” (p.30).

Elisabete C. Silva (2006) explica que esses filtros e os sutis venenos, feitos a partir de plantas consideradas maléficas, o uso de cadáveres, e da imolação de meninos, se referem às práticas atribuídas às bruxas. Observar-se ainda, que os seguintes poderes: mudar o curso dos astros e rios, fazer descer a lua do céu, estragar colheitas e utilizar plantas e fórmulas para compor filtros e venenos que serviam para provocar o amor ou separar amantes. A seguir a representação de um ritual de magia amorosa:



Figura 16- Tela As bruxas, demonstra um momento de ritual de magia para incutir o amor Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/FeitiCo_de_amor > Acesso: 22/09/23

Sandra F. dos Santos (*s.d*), relata que as mulheres também faziam uso de poções mágicas para enfeitiçar de amor, fazer o corpo arder de desejo ou arder literalmente em chamas, como foi o caso da nova mulher de Teseu, por vingança de Medéia. A ideia de fazer o corpo do “amado arder em chamas” integrava o repertório da magia amorosa e podia significar arder de paixão ou, em caso de desprezo do amado, na sua real destruição física. Por este motivo, muitos homens temiam serem vítimas de feitiços de mulheres casadas, que, por ciúme ou pretendendo manter o interesse do marido, poderiam realizar feitiços e encantamentos.

Os feitiços eram preparados em cerimônias com cenários específicos, como os cemitérios, pois era aí que essas mulheres, vestidas de negro, com serpentes verdadeiras ou

falsas no cabelo e pés descalços, procuravam por ingredientes (ossos e ervas maléficis) para fabricar seus filtros, que eram capazes “de provocar a paixão num indiferente de ressuscitar os sentimentos amorosos de um infiel” Salles, 1983, (*apud* Silva, p.73). Segundo Maria Regina Candido (2004), os objetos e as imprecações como as lâminas eram utilizadas para a magia amorosa logo depois eram enterrados junto às tumbas (p.98).

Anne Marie Tupet (1976), afirmar que “encontra-se em todas as civilizações um interesse pela lua, e as lendas, as crenças supersticiosas, as cerimônias ou os ritos”. Os feiticeiros para conseguirem realizar seus desejos por meio de forças sobrenaturais, buscavam o auxílio dos deuses. A autora enumera uma série de deuses que eram utilizados nas fórmulas mágicas, entre os que se destacam nas práticas mágico-amorosas estão: Hécate, por ser considerada a rainha da magia, Vênus, por ter seguido, na literatura elegíaca, a tradição grega que a considerava uma deusa feiticeira, favorável aos amores e Ísis, que também aparece como uma deusa propícia aos feitiços amorosos Tupet, (*apud*, Silva, 2006, p.81).

As práticas de magia para o amor também envolviam os relacionamentos sexuais em que a mulher era representada apenas como objeto do desejo e prazer do homem ou uma espécie de aparelho reprodutor. André Carlos Ascenso (*s.d.*), destaca que a mulher na sociedade romana demonstrava estar em subversão ao “protocolo amoroso”. No amor, o protagonismo competia à mulher e o homem não passava de uma vítima sua, a quem era preciso tudo ensinar, para se não vergar às “artes mágicas” de tão poderosa adversária. Mais importante, ainda, foi o direito ao prazer, ou seja, o direito à fruição do próprio corpo, na mesma medida em que ele era reconhecido ao parceiro masculino (p. 41-54).

Simone Beauvoir (2009), relata que a magia feminina foi muito domesticada dentro da família patriarcal de Roma, o que tornava a mulher inquieta e conservadora. Por isso, nunca abandonavam a natureza, assim cercavam-se de tabus e se purificavam com ritos. André C. Ascenso (*s.d.*) afirma ainda que Roma fosse em si mesma, uma cidade onde o sexo e o prazer eram uma realidade quotidiana. A “concretização física (sexual, portanto,) do amor, a busca e obtenção de prazer que constitui o objetivo último do amor, tudo isso era um processo que deveria ser desenvolvido em conjunto pelos dois amantes” (p.31).

Por meio desse contexto sobre a religião dos antigos romanos, entende-se que ela teve desde o princípio do mundo o seu papel na sociedade, sua importância para o homem que buscava nos seres divinos sua sobrevivência, a sua proteção, a *pax deorum*- paz com os deuses. Na religião romana, os deuses participavam com os homens na vida comunitária e visavam, em

certo sentido, o bem comum, e a cidade tornava-se o local de encontro dos deuses. A religião é então, o meio de concretizar e de preservar essas relações (Giardina, 1989, 60,61).

Fustel de Coulanges (1961), destaca que nesta ordem se manifestavam os ‘ritos’ instruídos nas regras de uma religião propagada por gerações. Desse modo, explica que não podemos racionalmente supor que uma religião com estas características fosse revelada aos homens pelo imaginário de alguém entre eles, ou por um grupo de sacerdotes. “A religião nasceu espontaneamente no espírito humano, sendo seu berço a família e tendo cada família criado os seus deuses “(p.32-33). Assim, acrescenta Políbios:

Penso que os romanos adotaram as práticas com vistas à gente do povo. Talvez elas não tivessem sido necessárias se houvesse a possibilidade de formar uma cidade composta inteiramente de homens sábios, mas como toda multidão é inconsciente cheia de desejos contrários à lei, de paixões desenfreadas e de impulsos violentos, ela deve ser contida por temores invisíveis e por criações semelhantes da imaginação. Por essas razões não penso que os antigos tenham agido irrefletidamente e por acaso, ao introduzir entre a gente do povo noções relativas aos deuses e às crenças nos horrores dos infernos e sim que os modernos são muito mais irrefletidos e insensatos banindo tais crenças (Políbios, VI, p. 56).

Essas pontuações só reitera a relevância dos estudos sobre a práticas religiosas e seus aspectos plurais, entre eles, a ‘magia’, os mitos e ‘ritos’ que existem desde a antiguidade e são recorrentes até os dias de hoje, mas que se tornam excluídos dos processos educativos. Nota-se, que as crenças dos povos antigos têm um alcance amplo para conhecimento, para o fazer e ensinar História, um recorte que pode transcender o espaço escolar, eles estão e fazem parte da vida familiar, das instituições e comunidades. Ou seja, são memórias que estão vivas no imaginário social de um povo, integrantes da cultura do passado, presente e futuro. “As explicações e crenças religiosas, configuram as formas primeiras de explicação do mundo, vivas na vivência e na memória da coletividade desde o surgimento dos primeiros grupos sociais até os dias de hoje.

Desse modo, esse estudo ressalta que essas práticas de magia estão contidas nas memórias dos grupos coletivos, mesmo que de modo inconsciente, sobrevivem nas massas populares, por meio de seus aspectos plurais. Ainda que a percepção dos sujeitos se altere quando se trata de tempo, suas experiências em dados momentos, trazem raízes profundas através dos testemunhos transmitidos entre os grupos sociais, durante gerações. Como um movimento, uma disputa de memórias entre passado, presente/futuro. “O espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento” (Bergson, 1999, p.271).

Portanto, é significativo pensar, ampliar e conectar conhecimentos, resgatando memórias, apresentando por meio disso, elementos, figuras, costumes, comportamentos de sujeitos que sempre fizeram e fazem parte do cotidiano de qualquer indivíduo em sociedade, como os seus rituais de vida, que se configuram desde o nascimento- ritos de consagração, até aos rituais de magia para incutir o amor. Magia, mitos e ritos não são superstições inventadas, são práticas e crenças existentes desde os primeiros povos de nossa cultura humana.

De acordo com essas práticas romana, em cultuar os deuses, foi que as cidades e instituições se formaram, como um conjunto das relações que cada um devia manter com os deuses: através dessas relações, entre religião e crenças, surgem os rituais de magia, praticados com a finalidade de incutir o amor da pessoa amada. A prática de realizar a magia contida entre os romanos, era tida como um elemento de fé poderoso, para manipular as forças da natureza e conseguir seus mais difíceis desejos. Podendo ser usada pelo feiticeiro para o ‘bem ou para o mal’: “a magia pode ser usada com essa finalidade e, de fato, provavelmente o é em todas as regiões do mundo” (Malinowski, 1984, p.7).

III- CAPÍTULO 3. PRODUTO EDUCACIONAL: religiosidades e seus aspectos plurais- “ritos e rituais” do *populus romanus*

Essa abordagem traz o propósito de apresentar o percurso metodológico do produto educacional direcionado para o professor de ensino básico, abordando temáticas pertinentes que fazem parte do cotidiano social e escolar. Sendo assim, buscaremos demonstrar a relevância que a proposta do produto desenvolve para ser trabalhado e utilizado como recurso paradidático em sala de aula, visualizando memórias culturais dos povos antigos que estão envolvidas em nosso contexto atual. Além disso, pretende-se aqui demonstrar como esse recurso pode ser manuseado como uma ferramenta pedagógica dentro do ensino da área de Antiguidades e componentes afins.

3.1 Percurso Metodológico do Produto Educacional

A proposta do produto tende em contribuir para abertura de novos questionamentos a respeito da importância do ensino das civilizações Antigas, tanto no ensino superior como no básico. Desse modo, abre espaço para interpretações que ampliam as possibilidades de pensar o grande valor que tem os estudos de objetos das religiosidades, culturas e costumes das camadas populares, analisando ainda, abordagens, contextos e processos históricos, fundamentais para a compreensão de mundo.

Nesse sentido, a proposta do produto torna-se revelante porque dialoga diretamente com temas interdisciplinares que estão contidos nas “unidades temáticas” da Base nacional Comum Curricular- “objetos de conhecimento” de História e Religião do ensino fundamental, entre esses: as diversidades culturais, a intolerância religiosa, as pluralidades religiosas, entre outros. Além disso, acompanha uma abordagem curricular pedagógica indispensável em um planejamento escolar.

Sabe-se que o currículo escolar é um atributo relevante no desempenho da aprendizagem, pois é ele que direciona os conteúdos das disciplinas para os estudantes através do planejamento pedagógico, tanto o currículo como o planejamento pedagógico devem constituir ajustes nas atividades escolares para diversificar conteúdos, considerando características e peculiaridades. Assim, o currículo necessita abranger conteúdos de integração e flexibilização com ações interdisciplinares desenvolvidos no âmbito da sala de aula que viabilizem soluções e aspirações. “A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos” (Aranha, 2023, p.33).

O uso de um paradidático constitui essas ações curriculares, que possibilita ao docente novas metodologias para enriquecer conteúdos no nível plural e dinâmico do saber fazer pedagógico e didático, mas definindo suas finalidades, pois “o currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las” (Aranha, 2003, p.32). Sendo assim, é necessário entender que os recursos didáticos devem ser aplicados de acordo com o planejamento pedagógico integrado sempre acompanhado as atividades didáticas.

Vale lembrar que o produto é esse recurso útil para desenvolver novos métodos estratégicos, para fomentar o ensino de História na área de Antiguidade. Desse modo, oferece alternativas didáticas por meio de temáticas interdisciplinares, que vão contemplar os conteúdos de acordo com a dinâmicas das aulas, ressignificando novas perspectivas acerca da cultura religiosa contidos na memória dos povos Antigos.

Em se tratando da didática, José Carlos Libaneo (2013), explica que essa metodologia é o principal ramo de estudos da Pedagogia, pois ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino. A ela cabe aderir objetivos sociopolíticos e pedagógicos em função do ensino, com a didática é possível selecionar conteúdos e métodos, o que faz estabelecer vínculos entre o ensino e aprendizagem. Com essa teoria, o autor explica que a organização dos conteúdos pela didática e o uso de metodologias específicas formam uma unidade, “tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos” (Libaneo, 2013, p.24-25).

Por meio desses apontamentos sobre a didática pode-se compreender como os métodos e técnicas são capazes de transmitir conhecimentos, assim como é o recurso paradidático- uma ferramenta que pode ser utilizada para ampliar os estudos e trabalhar determinados conteúdos direcionados, assumindo assim, uma postura pedagógica mais diversificada e dinamizadora no ambiente educativo do ensino básico.

Através dessa perspectiva, Aranha (2000) considera que o ensino deve oferecer: acesso ao currículo, participação integral efetiva em uma programação escolar tão comum quanto possível, atendendo às peculiaridades. Nesse sentido, o uso do paradidático apresenta essas possibilidades, integrando novas formas estratégicas que auxiliam o docente a promover melhores resultados no ensino aprendizagem. Assim, sugeri alternativas para renovar o ensino de História Antiga de modo inter-relacionado.

Importante pontuar, que as primeiras demandas com o uso de paradidáticos surgiu no final da década de 1970 por Anderson Fernandes Dias, diretor-presidente da Editora Ática, época

que as escolas começaram a receber os primeiros livros dessa categoria. Segundo Campello e Silva (2018), o termo *paradidático* s

Surgiu no campo da indústria editorial do Brasil, sendo uma criação tipicamente brasileira, as primeiras obras desse aspecto seguiram para o âmbito escolar com a proposta de ser um acompanhamento suplementar de atividades tanto para o professor como para o aluno, contendo informações e orientações metodológicas e didáticas, facilitando a rotina das aulas e o acesso à leitura.

Nesse sentido, o termo *paradidático* foi assim designado de forma a complementar o livro didático, com o diferencial de ser mais difundido por entre o público da educação básica possibilitando mais facilidade de acesso para a comunidade escolar, nessa ocasião um dos precursores dessa categoria foram as obras de Monteiro Lobato, que ficou conhecido como difusor do gênero *paradidático* no Brasil (Campello, 2018).

Assim, o desenvolvimento do *paradidático* logo se expandi atraindo novas perspectivas, pois surge com a intensão de incentivar a leitura de jovens e crianças estudantes, ampliando o interesse das escolas por discursões sobre propostas pedagógicas que estimulassem novas experiências didáticas através do *paradidático*. Por meio dessa difusão, professores e pedagogos passaram a utilizar a ferramenta para ampliar seus contextos e metodologias, desmontando *paradigmas* tradicionais que pouco contribuía na aprendizagem. Assim, “os *paradidáticos*, com sua função complementar, pareciam concorrer para uma aprendizagem inovadora” Dalcin, 2007 (*apud* Campello, p.69).

As pesquisas direcionadas a respeito da segurança do uso dos *paradidáticos* não contestam sob sua confiabilidade, mas asseguram que são visíveis a sua qualidade juntamente ao mercado editorial. Desse modo, esclarecem melhor a sua referência e conceituação por meio de pesquisadores/ autores que desde 1991 buscavam prévias definições:

Textos que trabalhem o lúdico, a pluralidade cultural, a ética e outros valores que possam estimular os pequenos leitores. A equipe projeta ampliar a linha de *paradidáticos* por meio de coleções que contemplem diversas áreas. Serão lançados clássicos da literatura, obras sobre meio ambiente, educação financeira e muitas outras [...] a perspectiva é de trabalhar os *paradidáticos* de forma integrada com os livros didáticos (Salesianos, *apud* Campello & Silva, 2018, p.72).

Vale ressaltar, que os *paradidáticos* são bons recursos para se trabalhar em sala de aula como forma de complemento para auxiliar o professor nas rotinas pedagógicas, porém, não devem substituir o livro didático que é uma opção obrigatória no currículo escolar. Mas, em se tratando do uso de um *paradidático* é necessário saber escolher aquele que atenda às necessidades de um ensino curricular, ou seja, o material deve estar integrado de forma a acompanhar os conteúdos

planejados, por isso a preferência da utilização do paradidático no trabalho necessita ser organizado de acordo com os temas transversais, estimulados pelo livro didático ou por conteúdos que estejam contidas nas propostas de ensino do plano pedagógico escolar. Nesse sentido, é importante esclarecer o que é um paradidático, qual a sua importância e o seu verdadeiro papel enquanto ferramenta suplementar, quando relacionado ao material convencional escolar. Uma definição sobre o recurso paradidático é pontuada por Auletta (2019), em que diz:

Os paradidáticos são livros não didáticos, mas utilizados com mesma finalidade, instrumento pedagógico que complementa o ensino didático, por isso o nome paradidático, além do didático. Os livros paradidáticos são considerados importantes porque podem utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos e, dessa forma, serem eficientes do ponto de vista pedagógico. Recebem esse nome porque são adotados de forma paralela aos materiais convencionais, sem substituir os didáticos” Auletta, 2019, (*apud* Barreto & Mello, p. 558).

Compreende-se, então, que o recurso paradidático se apresenta como um complemento educativo, que pode deixar os conteúdos das aulas mais estimulantes conforme for associado em conjunto com outras metodologias pedagógicas, como o livro didático. Mesmo que não substituam o material específico regular, mas podem ser integrados de acordo com a necessidade de cada componente curricular.

Quando manuseado de forma adequada, o material pode enriquecer o trabalho pedagógico do professor que busca por novidades metodológicas, capazes de aprofundar o conhecimento em sala de aula, estimulando discussões dos estudantes por meio de temáticas, temas e subtemas de forma contextualizada e integrada (Barreto & Mello, 2023). Importante pontuar, que esse tipo de material tem uma melhor flexibilidade em sua abordagem e podem ser úteis a todas as áreas de conhecimento, pois compõem uma metodologia transdisciplinar acessíveis aos conteúdos programáticos:

O livro paradidático é um instrumento flexível que pode ser usado em diversos ambientes, como escola e residência. Ele possui uma característica voltada para o entretenimento que estimula o interesse pela leitura. Geralmente ele se apresenta como um reforço para tratar de assuntos que possuem um contexto social acerca de moral, civilidade, preocupação ambiental, entre outros (COSTA, *apud* Oliveira & Costa, 2018).

Para além disso, o uso de paradidáticos é motivo de incentivo pelas leis que regem os princípios educacionais. Segundo Campelo e Silva 2023, existem políticas públicas que impulsionam a produção desse gênero educativo, entre elas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse documento traz entre em suas competências, temáticas transversais e transdisciplinares que sustentam pilares de ensinios associados aos temas transversais contidos

nos paradidáticos, o PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola, bem como o Programa Nacional de livros Didáticos (PNLD), abriram possibilidades de aquisição dos chamados textos complementares, estabelecendo para as comunidades escolar qual o papel desses materiais que, no mercado editorial, recebem a “denominação de paradidáticos”.

Na mesma consonância, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também constituíram um interesse pela produção de paradidáticos, ao instituírem os chamados temas transversais, representados por questões que segundo o documento, devem ser introduzidos nas unidades de conhecimentos dos componentes curriculares. Entre os temas transversais sugeridos pelos PCNs estão: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual, esses que foram objeto de várias coleções dos paradidáticos. Brasil, 1997 (*apud*, Campelo e Silva, 2018, p.69). A base Nacional Comum Curricular - (BNCC) também cita em suas entrelinhas sobre o uso de materiais complementares e define sua relevância para o meio escolar:

Considerar, ao longo dos anos, a ampliação e o suporte na seleção de fontes balizadas de informação e conhecimento – livros paradidáticos, de referência, repositórios/referatórios de objetos digitais de aprendizagem, plataformas educacionais, canais educacionais etc. Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos; selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender (Brasil- 2018, p. 516-17).

É notável que os paradidáticos já possuem um espaço no meio educativo-escolar, além de ser um recurso complementar, auxilia o professor no desenvolver de tarefas extracurriculares que não estão contidas no material convencional, a exemplo- no planejamento diário, na aplicação e abordagens de conteúdo. As estratégias e sugestões de temas e temáticas oriundas de um material paradidático sugerem opções para transformar a estrutura de ensino, ou seja, ele diversifica os canais educacionais por meio de conteúdos complementares e promove um ritmo diferenciado nas rotinas das aulas.

O visual, o manuseio e a leitura de um paradidático são mais interessantes e instigantes, pois desperta no público leitor uma maior curiosidade, por isso esse tipo de recurso se torna atraente devido as aplicações das abordagens temáticas, por apresentar ludicidade pedagógica em suas estruturas, uso de ilustrações, sugestões de atividades criativas que enriquecem o conhecimento dos estudantes que procura por novidades educativas. A seguir, um recorte da estrutura de um paradidático:

VOCÊ SABIA?

Na religião dos antigos romanos, o culto aos deuses era tido como um momento sagrado tanto para os lares - campo privado -, bem como para as cerimônias públicas. Nesse sentido, os deuses eram sempre cultuados pelo *populus romanus*.

Os romanos também adotaram e adaptaram elementos da mitologia grega em sua religião. Muitos dos deuses romanos tinham equivalentes na mitologia grega, egípcia, as histórias e mitos estavam relacionados. Isso reflete a influência cultural e a interação entre as duas civilizações antigas como, a **Vênus** dos gregos e **Afrodité** dos romanos- é a deusa da beleza e do amor.

Sugestões de atividades:

- I. Professor (a), crie um momento de pesquisa em sala de aula utilizando o paradidático, por meio de cópias de páginas que aborde temas de seu interesse. Estimule o aluno a realizar leituras para desenvolver uma produção textual sobre: temáticas, termos e conceitos das religiosidades e suas pluralidades.
- II. Organize o ambiente, com a cadeiras em círculo; escolha um dos temas, termos e conceitos abordados no capítulo; distribua entre grupos para que se desenvolva um momento de debate, dialogando por entre as temáticas transversais- a exemplo: a Intolerância Religiosa, a laicidade do Estado, as diversidades religiosas.
- III. Utilize as temáticas e termos abordados em curiosidades- "Você Sabia?" para desenvolver debates e/ou diálogos em sala ou na comunidade escolar.

Sugestões de filmes:

Figura 1- Recorte de um paradidático. Fonte: Produção desta autora- produto paradidático (2024)

Como se pode observar, os paradidáticos propiciam uma boa interação entre professor e estudantes, pois ele possibilita mais estímulos e interesse nas rotinas de aprendizagem por ser menos enfadonho que o material convencional obrigatório. Segundo Oliveira e Costa, (2018), esses aspectos atraem o público leitor por possuir um visual diferenciado e temas adequados ao cotidiano do estudante, despertando nele novos hábitos de leitura e pesquisa que vão além do que estavam costumando a ter acesso e /ou limitados a temas específicos dos livros didáticos: “o paradidático possui uma linguagem mais acessível proporcionando ao leitor narrações interessantíssimas, conversas com personagens, situações mágicas, trágicas e ricas de experiências” Silva (*apud*, Oliveira & Costa, 2018, p.13).

Quando se discute sobre o uso de paradidáticos direcionados para o professor do ensino básico, tem se a preocupação de buscar atingir um público máximo de público leitor já que a leitura continua sendo a principal demanda emergencial das comunidades escolares, principalmente quando se trata de uma escola que possui poucos recursos educativos disponíveis ou que não dispõe de um acervo próprio para os seus estudantes. Sobre esse fator, na maioria dos casos, a exemplo- são as escolas públicas que nem sempre recebem recursos necessários para atender as demandas socioeducativas. De acordo com as pesquisas de Campello e Silva (2018), o incentivo a leitura não é mais uma prática de responsabilidade somente da disciplina de português, projetos para trabalhar o gosto pela leitura tem sido

desenvolvido também por outras áreas de conhecimento, tais como História, Geografia, Artes e entre outros, utilizando recursos de apoio como os de paradidáticos na escolha de temas, personagens, ilustrações, personagens e histórias.

Importante nortear, que o incentivo pela leitura na educação básica geralmente é uma iniciativa por parte dos professores que se reúnem para desenvolver projetos, dinâmicas e gincanas, com o objetivo de promover números maiores de alunos leitores. Por isso, a produção de materiais de apoio como os dos paradidáticos, são tão importantes para a inserção do estudante nos caminhos da leitura, conhecer metodologias diferenciadas, auxiliam tanto o professor como esse público a cativar o interesse por ler e interpretar textos, e ao mesmo tempo, conhecer histórias e contextualizações que vão ampliar o conhecimento nas disciplinas (Campello e Silva, (2018).

Nesse sentido, a produção de paradidáticos só tem aumentado, no mercado das editoras, bem como no ambiente de origem acadêmica. A confecção desse tipo gênero tem sido uma escolha dos pesquisadores que desejam ampliar o seu objeto de estudos, com o objetivo de compartilhar conhecimentos e resultados de pesquisas acadêmicas nas escolas do ensino básico, através disso, atender necessidades que nem sempre são disponibilizadas por recursos públicos. Segundo Campello e Silva (2018), essas produções tem sido formas de oportunidades que tem gerado variedades de recursos para atender demandas de materiais de apoio para o ambiente escolar.

Notadamente, o espaço escolar – local reprodutor de conhecimento social possui muitas demandas devido ao pouco repasse de recursos educativos, por isso trabalhos como esse, são fundamentais para contribuir com essas causas. De acordo com os estudos de Oliveira e Costa (2018), os professores são os mais afetados, pois se depararam com a defasagem de materiais que possam fortalecer as temáticas planejadas, problemas nas áreas de ensino, como História e a unidade de ensino religioso, a exemplo- são caracterizados pela maneira que estudo é transmitido e/ou abordado. Assim, a aprendizagem se torna fragmentada, factual, memorística, pouco diversificada e permeada de ideologias tradicionalistas, o que acaba desestimulando o estudante a compreender o importante papel que ciências como essas apresentam sobre conhecimento de mundo.

Por meio dessas pontuações, há possibilidade de compreender que há uma grande probabilidade do uso de um paradidático pelo docente de ensino básico, isso nos faz lembrar aqui, sobre a importância de produzir materiais de apoio que ofereça subsídios para complementar conteúdos, diversificar temas e temáticas transversais nas disciplinas escolares.

Através disso, poder contribuir nos projetos educacionais, ampliando contextualizações e conhecimento de mundo, com o objetivo de auxiliar o estudante no desenvolvimento do ensinar e aprender.

Nesse sentido, a dinâmica do produto paradidático busca subsidiar essas demandas por meio do universo das religiosidades e seus aspectos plurais, desde os conceitos de termos sobre religiões, como os “Ritos e os Rituais” entre esses: os encantos e feitiços da magia amorosa, as crenças, os ritos e rituais que compõem o sistema religioso da civilização romana, sublinhando novas questões sobre a relação entre “Religião e as Práticas dos Rituais de Magia” na Roma republicana.

O recorte do produto visa analisar as questões sobre as religiosidades e seus aspectos plurais a saber- a representatividade social das práticas de magia amorosa contidos na sociedade romana do século - Ia. C. Produzindo uma verossimilhança simbólica através do imaginário social das práticas religiosas e sua interação com a cultura e saberes históricos.

Dessa forma, a ferramenta paradidática aborda estudos relacionados no campo da história cultural e na construção de identidades, reverberando a cultura e suas linguagens, práticas e representações, subsidiando, tanto o universo simbólico da cultura como o de seus elementos imaginosos relacionados. Segundo Fustel de Coulanges, “o respeito pelo atributo divino e ao princípio invisível entrevia entre um misto de amor e de temor” (Coulanges, 1961, p.128). Nesse espaço de mistérios, a magia se tornou uma prática ritualística que as sociedades antigas realizavam para conquistar desejos considerados por eles como impossíveis.

O constructo paradidático contextualiza por meio da historiografia especializada, como os rituais de magia para forçar o amor eram realizados na sociedade romana, identificando os sujeitos praticantes e seus elementos mágicos. Para tanto, nos debruçamos sobre os testemunhos presente na epistolografia literária de Públio Ovídio Nasão, autor romano que escreveu poemas sobre a temática amorosa no período do reinado de Augusto. Consultamos também, como fundamento teórico, os conceitos desenvolvidos por Jean Maisonnueve, na obra ‘Os Rituais’ e a análise de conteúdo exposto na obra, ‘A busca do Antigo’, elaboradas pela Professora Doutora Maria Regina Cândido.

Através da investigação acerca dos rituais de magia, tem-se o objetivo de enaltecer os estudos sobre as civilidades antigas, pontuando suas práticas e crenças, o que poderá contribuir com as discussões sobre religiosidades e as diferentes experiências que as sociedades construíram com o divino, desde o passado até os dias atuais. Por meio dessa perspectiva,

buscaremos respostas na história das crenças do *populus romanum*, para entender o valor simbólico das práticas religiosas, associadas aos rituais de magia amorosa.

Sendo assim, tem a finalidade de desenvolver uma metodologia didática, voltado para auxiliar os professores no ensino de História, nas turmas do 6º ao 9º ano da educação fundamental. Este recurso contempla os estudos do ensino de história, tanto para os docentes como também para os discentes da comunidade escolar, contextualizando em sua abordagem um conteúdo claro e objetivo sobre a representatividade social das práticas de magia amorosa na Roma do século - Ia. C. Ressaltando nesse recurso, a relevância do ensino de História Antiga- sobretudo, questões sobre as religiosidades e seus aspectos plurais, contidos na memória coletiva dos povos antigos-(greco-romanos), para que o estudante possa reconhecer a importância dessas perspectivas desde o ensino básico. Dessa forma, recortes como esse não devem ser limitado e/ou extraído do componente curricular de História.

Fustel de Coulanges em sua obra “A Cidade Antiga” (1961), defende ser necessário o estudo das crenças e/ou religião dos povos antigos, pois foi por meio dessas civilidades que se originaram todas as instituições, como todo o direito privado dos antigos. Da religião, a cidade tirou seus princípios, regras, costumes e magistraturas. O autor explica ainda, que são as épocas mais antigas, as quais devemos conhecer melhor, porque as instituições e crenças que encontramos na época áurea das civilizações clássicas, nada mais são que a evolução de crenças e instituições anteriores:

É necessário que busquemos as raízes em um passado bem longínquo (...) felizmente, o passado nunca morre por completo para o homem. O homem pode esquecê-lo, mas continua sempre a guardá-lo em seu íntimo, pois o seu estado em determinada época é produto e resumo de todas as épocas anteriores. Se ele descer à sua alma, poderá encontrar e distinguir nela as diferentes épocas pelo que cada uma deixou gravada em si mesmo. (Coulangens, 1961: p. 8-10).

Desse modo, o material contribui para uma análise mais eficiente sobre os estudos da antiguidade, baseados na historiografia especializada. Esse que poderá auxiliar o profissional do componente de história, ao sentir a necessidade de consultar temas transversais que abordem conteúdos sobre religiosidades e seus aspectos plurais nas abordagens do ensino escolar, integrando assim, temas transversais que só contribuem para o ensinar e aprender História. Assim, o estudo busca refletir e repensar, sobre os desafios e as possibilidades desse processo, por meio de uma linguagem do passado, que sempre permeiam em nosso cotidiano escolar, social e cultural, no qual:

A História, como disciplina escolar, possibilita ampliar estudos sobre as problemáticas contemporâneas, situando-as nas diversas temporalidades, servindo como arcabouço para a reflexão sobre possibilidades, necessidades, mudanças e/ou continuidades (Silva,2014, p.186).

Por meio dessa perspectiva, tem-se o propósito de viabilizar novas ferramentas que possam permanecer no acervo de pesquisas- disponibilizado tanto para comunidade escolar como para o professor (a), que busca materiais diferenciados para enriquecer seus conteúdos escolares. O produto foi pensado e confeccionado analisando a documentação trabalhada, com o objetivo de demonstrar a memória da religiosidade dos povos antigos, como a dos romanos, explicando como eram realizadas as práticas dos rituais de magia para incutir o amor, identificando seus sujeitos praticantes e terminologias que as circundam.

3.2 Apresentação do produto

O produto educacional é um paradidático que tem o propósito de auxiliar o professor do ensino fundamental menor, garantindo a esse profissional um recurso complementar em suas atividades diárias. O material apresenta características lúdicas e informativas que dará subsídios pedagógicos para ampliar os conteúdos sobre História Antiga, bem como sobre as diversidades religiosas e suas pluralidades, sem substituir outras fontes curriculares.

Nesse sentido, o produto tem a finalidade de desenvolver estratégias didáticas, voltado para auxiliar os professores no ensino de História, nas turmas do 6º ao 9º ano da educação fundamental. Este recurso contempla os estudos do ensino de história, tanto para os docentes como também para os discentes da comunidade escolar, contextualizando em sua abordagem um conteúdo rico em temas, conceitos e termos claro sobre a representatividade social das práticas de magia amorosa na Roma do século - Ia. C. Ressaltando nesse constructo, a relevância do ensino de História Antiga- sobretudo, questões sobre as religiosidades e seus aspectos plurais.

Vale ressaltar, que recurso didático irá fornecer um complemento básico, tanto para os conteúdos da disciplina de História, bem como para subsidiar o currículo do ensino religioso, esse que até o presente momento não possui material didático específico adaptado e/ ou fornecido pelas organizações educacionais brasileiras. Sabe-se que, para desenvolver um recurso didático é necessário buscar concepções teóricas que sustente a produção na prática, dessa forma, torna-se relevante entender o que seria didática? Essa que é uma estratégia fundamental para desenvolver métodos em qualquer produção de um recurso ‘didático’.

Como vimos anteriormente a didática é uma metodologia que embasa produções como essa, em fator disso o teórico pedagogo José Carlos Libâneo (1994), explica que a Didática na Pedagogia Tradicional, “é um conjunto de princípios e regras que regulam o ensino” (p.64). Sendo assim, as atividades que propõem o ensinar está centrada no professor, que expõe e

interpreta o conteúdo das disciplinas, com o objetivo de explicar e estimular o intelecto dos educandos.

Nesse sentido, é por meio da didática metodológica que são utilizados meios como a apresentação de objetos, ilustrações, exemplos e recursos pedagógicos que darão suporte a chamada “exposição oral”, do qual se cria o espaço para interagir entre o ensinar e o aprender dos educandos. Por meio dessa teoria, Libâneo (1994), explica que a organização dos conteúdos pela Didática e o uso de metodologias específicas como os paradidáticos auxiliam a:

Didática ativa, entendida como “direção da aprendizagem”, considerando o aluno como o sujeito da aprendizagem. O que o professor tem a fazer é colocar o aluno em condições propícias para que, partindo das suas necessidades e estimulando os seus interesses, possa buscar por si mesmo conhecimento e experiências (Libâneo,1994, p.65).

Mediante a essa percepção, o produto paradidático será produzido pensando nesse propósito, garantir novas estratégias e metodologias que possam auxiliar o professor a selecionar conteúdos diferenciados que fortaleçam o ensino. Desse modo, o paradidático intitulado, “RELIGIOSIDADES E SEUS ASPECTOS PLURAIS: “Ritos e os Rituais” do *populus romanu*” traz a proposta de contribuir para abertura de novos questionamentos a respeito da importância do ensino das civilizações Antigas e temáticas transversais a respeito das diversidades e crenças religiosas. Para tanto, nos debruçamos sobre os testemunhos presente na epistolografia literária de Públio Ovídio Nasão, autor romano que escreveu poemas sobre a temática amorosa no período do reinado de Augusto. Além disso, para garantir a confecção desse produto foi realizada pesquisas e leituras teóricas que embasaram a produção do paradidático com o objetivo de construir um conteúdo esclarecedor e informativo ao público alvo.

O material paradidático ressalta a relevância do ensino de História Antiga- sobretudo, questões sobre as religiosidades e seus aspectos plurais contidos na memória coletiva dos antigos povos- (greco-romanos), no sentido de que o estudante possa reconhecer a importância dessas perspectivas desde o ensino básico. Por essa razão, recortes como esse não devem ser limitado e/ou extraído do componente curricular. Tudo tem as suas origens, não se chega no presente sem antes ter vivenciado um passado, a memória dos antigos nunca morre, sempre nos ronda, mesmo que no inconsciente, assim como as crenças e suas representações religiosas, um movimento de longa duração que não cai em esquecimento, sobrevive, na memória do coletivo durante gerações: “o passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, afiara à consciência na forma de imagens-lembrança. A sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e nos devaneios. A lembrança é a sobrevivência do passado” (Bosi,1994, p.11-15).

Considerando que a História das grandes civilizações greco-romanas é uma temática e um conhecimento de relevância a formação crítica e reflexiva dos indivíduos, nos faz refletir como é instigante, resgatar esses estudos do mundo antigo para fazer parte do ensino de História, não só por possibilitar uma visão acerca de um passado, mas por está intimamente relacionado com aspectos de longa duração como a formação das famílias, instituições e as representações culturais que fazem parte de nossa sociedade. Nesse sentido, o produto busca refletir e repensar, sobre os desafios e as possibilidades do processo de ensinar e aprender, por meio de uma linguagem do passado que sempre permeiam em nosso cotidiano escolar, social e cultural.

Tanto a memória, quanto a história se referem ao passado, mas a maneira de representa-lo é diferente. A memória faz isso com sentimentos e frequentemente sem rigor crítico. A história, por outro lado, busca um relato com base em exame crítico das fontes, como registros escritos ou documentos, de modo a apurar a verdade dos fatos. Desse modo, nos lembra a teoria de Jörn Rüsen, sobre a formação do conhecimento histórico e suas formas de olhar o passado:

[...] o olhar histórico formado, voltado para alteridade do passado, pode sensibilizar a consciência para especificidade de seu tempo presente. Ele pode aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma, do que no passado, porque as condições de vida prática de cada um são historicamente específicas. “A formação histórica assume, na cultura histórica, a importante tarefa de reconhecer e valorizar o peso próprio dos fatores estéticos no manejo interpretativo da experiência histórica, deve-se deixar espaço de lidar livremente com o passado (Rüsen, 2010, p.113-132,).

Essas contribuições estão relacionadas a liberdade de se trabalhar com a memória na interfase do saber histórico refletindo, que o processo de formação histórica é responsável por possibilitar a compreensão de uma significação cultural do passado, ou seja, essa teoria apresentada por Rüsen torna mais tênue os níveis de cientificidade do pensamento histórico, significa entender que a subjetividade pode ser assumida, admitida de forma adequada e compatível com a cientificidade do conhecimento histórico (Rüsen, 2010).

Por meio desse debate entre os saberes teóricos de memória, pode-se compreender como o estudo sobre rituais- os “ritos de magia”, estão estreitamente correlacionados, pois fazem parte de uma prática religiosa de longa duração, oriundo do berço de nossas civilizações antigas- greco-romanas. Transcende em nossas diversidades culturais até aos de hoje, mesmo quando não são conscientes, pois ao realizar as práticas de magia o seu sentido e significados são os mesmos. Em vista disso, a ‘magia’ representa as ‘memórias dos antigos’, que se renova diante da memória-hábito, a lembrança e seus modos de se reconectar ao passado:

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da memória-hábito, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado (Bosi,1994, p.11-15).

Por conseguinte, o recurso busca entreter o seu público alvo por meio de estratégias básicas que estimulem o diálogo e a criticidade dentro do ensino de História, pontuando novas reflexões sobre o respeito inter-religioso, interrelacionado com as memórias dos povos da antiguidade, como as de Grécia e de Roma.

Quanto a estrutura física, o paradidático foi produzido, pensado estrategicamente na adaptação do professor de ensino básico, já que esse é o principal receptor que irá trabalhar com essa ferramenta em sala de aula regular. Desse modo, a modalidade do produto é um livro impresso que possui uma estrutura leve e mediana, contendo em sua natureza contextual uma quantidade de 78 páginas para que esse profissional possa encontrar novas metodologias de ensino rica em conteúdos e ao mesmo tempo, praticidade e acessibilidade no seu manuseio.

Para se adequar as normas de uma material paradidático, o recurso está estruturado em três distintos capítulos com textos esclarecedores: acompanhado de glossários, ilustrações simbólicas sobre o sistema religioso dos romanos, informações complementares- (você-sabia), “o momento quis”, sugestões de filmes abordando a contextualização, sugestões de atividades em cada capítulo, a saber: o primeiro deles, que tem como título, “RELIGIÃO E RELIGIOSIDADES ROMANA: temas e conceitos”, aborda uma reunião de conceitos sobre os elementos que compõem as religiosidades plurais. Descreve e define por meio da historiografia especializada, significados de algumas simbologias e termos quase sempre desconhecidos a respeito do universo das religiões, sobretudo- as crenças contidas na memória do *populus romanu*.

No segundo capítulo, intitulado, “A RELIGIÃO ROMANA EM SEUS ASPECTOS PLURAIS: rituais e magia”, trata de um breve contexto histórico da religião romana no período do reinado de Octavius Augustus, revelando as características no interior do sistema religioso da *res-publica*, como as crenças e os cultos celebrados na sociedade romana. Esse constructo analisa as pluralidades dos rituais de magia amorosa, bem como suas práticas e simbologias configurados no espaço social de Roma. Para isso, se baseia em teóricos e estudiosos da História Antropológica, bem como em autores da Historiografia especializada.

Já o terceiro e último capítulo intitulado, “AS PERMANÊNCIAS DA PLURALIDADE RELIGIOSA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: perspectivas e desafios”, se debruça em analisar como o mundo de hoje vivencia as diversidades religiosas, fazendo um verossímil entre

as práticas religiosas dos antigos romanos às crenças praticadas pelo coletivo atual, ou seja, uma troca comparada. Todavia, o produto educacional dialoga com temáticas transdisciplinares, relacionando o contexto histórico religioso dos antigos romanos. Apresenta então, um verosímil entre os elementos imaginosos dos rituais e temas transversais- as diversidades, a intolerância religiosa, as religiosidades plurais e as crenças que foram sendo construídas com o divino, pelas sociedades, do passado até os dias de hoje.

Potanto, traz a proposta de ampliar os conteúdos programáticos do ensino de História Antiga, enfatizando temáticas transdisciplinares respaldados pelas leis que regem as normas e princípios fundamentais da educação como, a lei das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica-(DCNI) e a Base Nacional Comum Curricular-(BNCC), essas que enfatizam em suas competências quais os nortes e bases que o currículo escolar deve embasar. Sendo assim, tanto o professor como os estudantes, terão disponíveis estudos que visam ampliar temas já trabalhados durante aplicação dos conteúdos, entre eles, temáticas que abordam o contexto histórico religioso dos antigos romanos, aproximando esse recorte das civilidades antigas às representatividades religiosas do contemporâneo. No entanto, foram organizados e inseridos no contexto do produto de acordo com a demanda de planejamento do professor, sempre dialogando com universo disciplinar das aulas.

O paradidático- “ressignificando estudos sobre as diversidades religiosas em espaço escolar”, busca entreter o seu público alvo por meio de estratégias básicas, que reafirmem a criatividade e criticidade dentro do ensino de História, bem como no ensino religioso. Dessa forma, busca-se desenvolver um conteúdo bastante esclarecedor que desmistifiquem estereótipos e críticas preconcebidas acerca das diversidades religiosas- uma temática transdisciplinar que ainda assusta e esquiva professor no universo escolar.

Notavelmente, o material conduz estratégias de como trabalhar temáticas interdisciplinares em sala de aula, analisando como pode ser feito um estudo sobre as religiões se seus aspectos plurais, através do resgate das memórias coletivas dos povos romano. Em cada sessão, o docente e outros leitores poderá conhecer um conteúdo rico em informações diversas, abordando uma linguagem culta e normativa de fácil interpretação.

Em fator disso, teve-se a cautela de produzir um material pensando nesses critérios, dialogando diretamente com temáticas interdisciplinares, como as “pluralidades religiosas”, a “intolerância religiosa”, as “diversidades religiosas” e leis brasileiras que contemplam a liberdade dos cultos, como a “laicidade” do Estado. Além disso, pontua temas e sub-temas, conceitos, termos sobre religiões, e crenças que fazem parte de nosso cotidiano. O material

ainda sugere alternativas para que o professor possa instruir os estudantes a desenvolver pesquisas sobre as temáticas e terminologias, personagens arquetípicas e deuses do universo greco-romanos, citados no contexto do paradidático.

O paradidático apresenta um visual com características simbólicas da civilização romana. Dessa forma, é normatizado com aspectos ilustrativos associados a cultura religiosa desses povos antigos, interligando fontes documentais, elementos religiosos das crenças antigas, a natureza do sentimento das *religios*- religião pública e *res privada*, as celebrações dos ritos e cultos às divindades- e sobretudo, os mistérios dos rituais de magia praticados pelo *populus romanu*, como parte das crenças dessa civilização. A seguir, uma amostra do visual do produto:

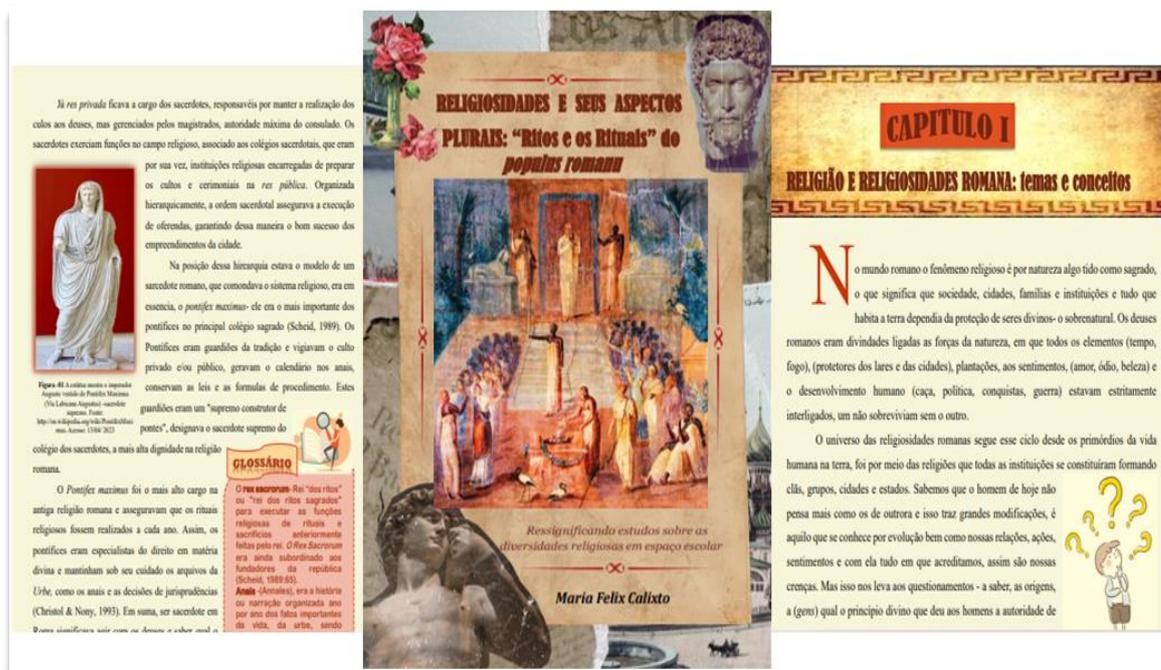


Figura 2- Recorte do produto paradidático desta autora (2024), pagina, capa e sessão

Para além disso, o material possui temas e temáticas sequenciais dividido por *sessões*, em que cada uma desenvolve um assunto específico com a finalidade de compor os conteúdos trabalhado pelo professor, relacionado a temática proposta. Sendo assim, primeiramente foi desenvolvido conteúdos por meio de textos breves e explicativos para leitura e consulta, pontuando cada temática indicada.

Cada sessão, contém em seu contexto, ilustrações sobre o conteúdo, glossários sobre termos e ainda sugestões de atividades: debates em grupo; socialização; conscientização sobre temas; pesquisas, sugestões de filmes e documentário a respeito de temas e/ou narrativas

abordadas, nas quais podem ser trabalhados pelo professor mediador em sala de aula, estimulando os estudantes que buscam por assuntos atuais que enriqueçam o conhecimentos nas disciplinas do ensino básico. Abaixo, temos a visualização de uma dessas sequencias didáticas:

que todas as sociedades possuem a sua visão em sentido universal. Importante saber caro leitor, que a palavra religião, tem sua origem no latim re-ligare, que significa o sentimento de voltar a algo inerente ao homem, ao qual o ser teria perdido sua existência primordial ou sua finalidade última (Gomes, 2002).

Segundo os estudos da História Antropológica, a religião se caracteriza como uma forma de dominação rápida por ideologias e hierarquias que submetem o homem a uma **'alienação'**, cuja conquista do ser se dá por meio de orações, oferendas, cantos e danças. Sendo assim, religião é uma crença em seres sobrenaturais, oferecendo para os homens um conjunto de doutrinas e normas que os indivíduos passam a respeitar acreditando em divindades que possam lhe oferecer segurança e sobrevivência durante e após a vida na terra. É a maneira do indivíduo se relacionar a um plano sobrenatural, em que cada indivíduo deve respeitar e até realizar sacrifícios para então ser ungião de bênção e poder receber graças pela sua obediência e por ter acreditado em sua fé (Marconi & Prestoto, 1998).

Podemos entender então, que a religião é "a crença em seres espirituais" que se baseiam em normas e comportamentos, nas incertezas da vida e variam muito de uma sociedade para outra.

Figura 05- Religião romana antiga. Diversos grupos e rituais.
Disponível em: <https://www.compart.com.br/imagens/foto/antigo>

As rituais, são práticas ritualísticas que existem desde as primeiras civilizações antigas e estão presentes no rito católico contemporâneo. A "magia simpática", também conhecida como magia amativa, é um tipo de magia baseada na interação ou correspondência. Envolve o uso de objetos e amuletos para afetar a natureza ou o ambiente das pessoas (Prizer 1989).

Este é um alfabeto formado por 26 letras, usadas para escrever nos livros, geradoras da Europa Ocidental. Elas também foram usadas como símbolos e para propósitos mágicos, escritos e adorados nos ritos germânicos e nórdicos. Escandinávia e Islândia.

A palavra "nome" significa mistério e segredo. É um sistema de letras de difícil acesso para ajudar a entender situações e responder perguntas. As letras podem ser feitas de vários materiais, mas geralmente são feitas de pedras ou madeira e têm um símbolo de alfabeto riscado sobre as letras.

Alfabeto
As letras podem ser feitas de vários materiais, mas geralmente são feitas de pedras ou madeira e têm um símbolo de alfabeto riscado sobre as letras.

Sugestões de atividades:

- Professor (a), crie um momento de pesquisa em sala de aula utilizando o paradidático, por meio de cópias de páginas que aborde temas de seu interesse. Estimule o aluno a realizar leituras para desenvolver questionário sobre os aspectos plurais da religião romana. Utilize também, as informações do expostas no "Você Sabia" para essa tarefa.

Sugestões de filmes:

- Medeia, a Feiticeira do Amor**
O longa é uma adaptação que retrata a história da feiticeira do amor-Medéia, uma tragédia grega de Eurípides, datada de 431 a.C. Para retomar o reino que seu tio roubou de seu pai, Jasão (Giuseppe Gentile) rouba o velozino de ouro e seduz a poderosa feiticeira Medéia (Maria Callas), realiza em um local onde o poder surge de sacrifícios humanos.
Na trama, ela mata o próprio irmão para fugir com seu amado. Anos depois, Medéia é traída por seu amado, e abandonada por Jasão, que pretende se casar com a filha do rei. A feiticeira fará, então uma terrível vingança contra seu

48

52

Figura 3- Recorte do paradidático, ilustrações, informativo, sugestões de atividades e filme

Como consta, toda essa organização foi pensada e estruturada visando atrair o público leitor- professores e estudantes, com o objetivo de ampliar os resultados da pesquisa sobre os “Rituais de Magia”, levando para as comunidades escolares um material de apoio, rico em novas metodologias e estratégias de aprendizagens, contendo subsídios pedagógicos para fomentar o ensino na área de História Antiga, bem como dos estudos das pluralidades religiosas.

O recurso possui uma estrutura adequada ao público leitor, contendo um texto explicativo- um “breve tutorial” sobre o seu manuseio, no qual esclarece suas metodologias aplicadas e quais informações serão acessadas. Para isso, apresenta em suas abordagens uma organização sequencial de temas e subtemas que possibilitam o mediador a selecionar informações e contextos práticos a serem trabalhados em sala de aula de acordo com os conteúdos programáticos. Logo a seguir, uma demonstração:

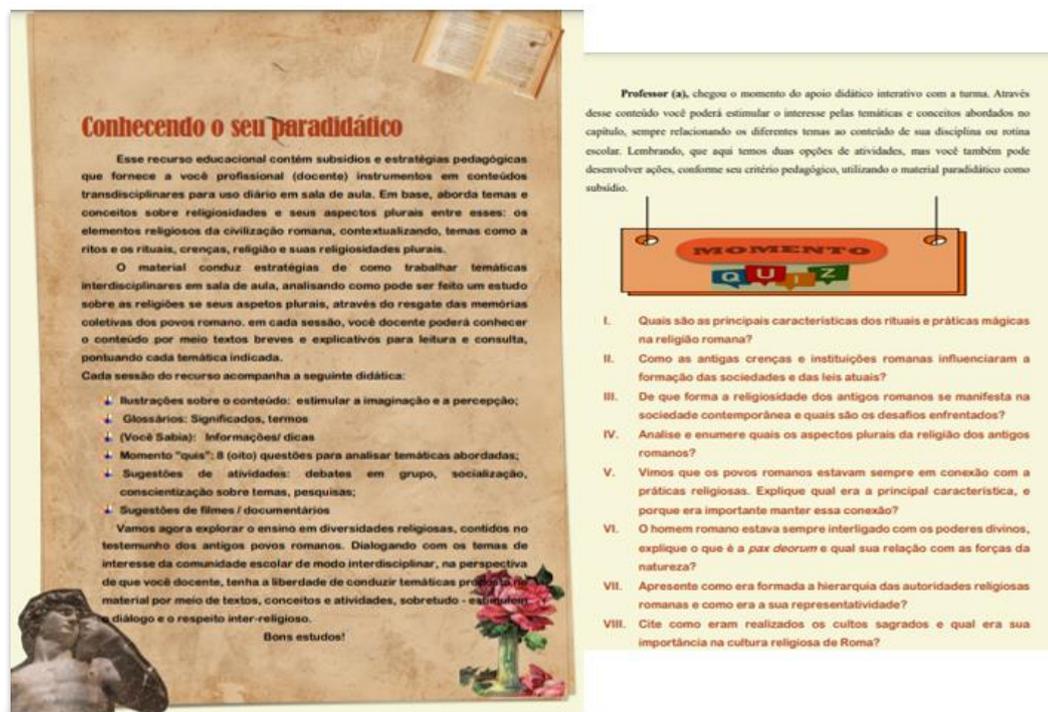


Figura 4-Recorte do tutorial e “quis” do paradidático desta autora

Para o público que se interessa por um recurso de apoio diferenciado dos convencionais, com esse paradidático terá a oportunidade de acessar a um material rico em abordagens temáticas que contemplam várias áreas de conhecimento, como a unidade de História, Ensino religioso, Geografia, Artes, entre outros. Isso porque a estrutura contém em suas abordagens, sequências de temas transversais que contextualizam a proposta temática, entre essas, “termos e conceitos sobre religiosidades e seus aspectos plurais”, “os encantos da magia amorosa”, “os rituais e elementos religiosos da civilização romana”, contextualizando ainda, temas interdisciplinares sobre “religiosidades e suas crenças”, além da perspectiva de poder trabalhar o contexto histórico/ artístico de imagens ilustrativas que acompanham os conteúdos.

Nitidamente, a relação desse produto educacional dialoga diretamente com temáticas atuais e interdisciplinares, com o objetivo de apresentar novas estratégias didáticas. A proposta relaciona o “contexto histórico religioso dos antigos romanos”, aproximando o recorte das civilidades antigas às representatividades religiosas inerentes ao contemporâneo. Dessa forma, enfatiza em sua contextualização, termos religiosos do nosso cotidiano, como: o rito de fazer uma oração, rezar um terço, participar de um culto ou missa, os rituais de “simpatias amorosas”

e todos os seus objetos sagrados, ou seja, elementos das religiosidades greco-romanas, que trazem um verossímil a realidade e ao contexto do discente.

Por meio dessas percepções, pode-se observar que estudos como esses tornam-se relevantes, necessários, para enfatizar que os que o processo de ensinar e aprender História como disciplina é uma área do conhecimento de mundo. Por isso, deve ser apresentada como algo que vise o interesse dos estudantes, elencando memórias entre passado e presente, sem demonstrar linguagem enfadonha. Trabalhos como esse, propõe o compromisso de mostrar que o ensino de História não se vincula a métodos memorísticos nem sequer a concepção de estudos carregados de ideologias e/ou estudos tradicionalistas.

Nesse espaço, é o professor como principal mediador que necessita de ferramentas de apoio para qualificar e ampliar a visão dos estudos. Então, é esse profissional que deve conscientizar-se de buscar inovações para suas práticas pedagógicas, se afastar de paradigmas tradicionais que não faz parte do meio educativo e se lançar para expandir conhecimentos capazes de formar educandos com métodos pedagógicos dinâmicos. Assim, nos lembra o mestre Paulo Freire (1996), o educador em sua prática docente, deve reforçar a capacidade crítica dos educandos, sua curiosidade, uma das suas principais funções é trabalhar com os estudantes a rigorosidade metódica com quem deve se submeter aos entendimentos cognitivos:

É exatamente neste sentido, que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (Freire, 1996, p. 15).

Nesse sentido, o ensinar e aprender História deve ser um momento de resgatar memórias e semelhanças que se aproximem da vivência, das diversidades, das identidades que estão presentes na realidade dos grupos sociais, bem como é o ensino das práticas religiosas, representações culturais que estão presente nos grupos coletivos ao longo do tempo. Todavia, o estudo das civilizações antigas merece ter o seu espaço de abordagens nos diálogos do cotidiano escolar de ensino básico, esse que é um ambiente que necessita diversificar suas temáticas transversais, logo:

Ensinar História de forma interessante é buscar caminhos que contemplem a diversidade, o que não significa “baratear” o ensino de História. Os saberes, fazeres e dizeres que, por longo tempo, foram silenciados, desqualificados devem ocupar seu espaço. Esta é mais uma difícil e importante tarefa de um professor de História (Silva, 2014, p.186).

Importante lembrar, que ensinar não é meramente uma transmissão de conhecimentos, mas sim uma inserção de possibilidades da qual o professor atua como mediador, ancorado em suportes de ensino pedagógicos. Paulo Freire (2002), alerta que para isso, o professor necessita de condições favoráveis de; espaço, respeito educacional e materiais que interagem com as práticas pedagógicas.

A respeito da *linguagem*, os textos possuem uma leitura clara, simples e objetiva, do tipo dissertativo/informativo, atendendo as normas cultas e padrões de normalizações, acompanhado por glossários e indicações didáticas. No final de cada sessão, o paradidático fornece indicações para complemento das atividades: a exemplo, as sugestões de filmes, animações que falem sobre magia, as personagens mitológicas- (Circe e Medéia), dicas de estudos por meio de temas sociais e culturais que fazem parte de nossas crenças. Os textos acompanham ainda, imagens representativas, para estimular o professor mediador e atender as perspectivas dos estudantes.

Para a *concretização* do produto educacional, foi necessário utilizar recursos financeiros, uso de ferramentas como programas de edição de textos e artes: Word, Internet, Corel, Canva (aplicativo), foto shop, papéis, e tinta colorida, para impressão do material, que depois de estruturado, pretende -se ser diagramado para um *design* para confecção de uma melhor diagramação. Quanto a sua *tipificação*, o paradidático foi produzido em duas modalidades: física- no formato impresso, bem como digital- em formato de (PDF). Terá uma estrutura mediana, com o objetivo de facilitar o seu manuseio e mobilidade.

3.3 Aplicabilidade do produto

A partir de agora, apresenta-se um breve relato a respeito da aplicação do produto paradidático. Para essa etapa, foi escolhida uma escola municipal da cidade de Imperatriz – MA- a Escola Domingos Morais, localizada no Bairro Recanto Universitário. A primeira experiência com o paradidático “RELIGIOSIDADES E SEUS ASPECTOS PLURAIS: ‘Rito e os Rituais’ do *populus romanu*” foi realizada em uma turma do 7 ano (A) do período matutino, composta por 37 alunos.

A professora que realizou a aplicação do produto paradidático, é uma profissional formada em História-Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA sul), com especialização em Ensino de História, (UEMA sul). Possui cinco (5) anos de experiência como professora, atualmente trabalha nas disciplinas de História, Geografia e Religião da escola referida, concursada em 2019, e efetivada há dois (2) anos, no município de Imperatriz- MA.

Antes da aplicação foi realizado uma sondagem para saber se seria aceito, então, a professora recebeu as devidas informações a respeito do produto paradidático, e as orientações de como ela poderia trabalhar em sala de aula utilizando o material. Desse modo, ficou acordado que seria feito a aplicação de acordo com plano pedagógico diário, bem como em uma turma que já tinha sido trabalhado conteúdos sobre o ensino de História Antiga, como o de Roma.

A aplicação foi desenvolvida dentro do componente curricular de História, durante três (3) dias, sendo o primeiro realizado no, 05\04\2024 – a 1ª aula obteve uma duração de (50 minutos). O segundo no, 08\04\2024 - a 2ª aula foi realizada durante 2 (dois) horários e (50 minutos). Já o terceiro dia, em 10\04\2024 - a 3ª aula teve a duração de (50 minutos). Assim, foram utilizados, o primeiro e o segundo capítulo, pois o terceiro ainda, se encontrava em construção. Dessa maneira, a professora optou por fazer uma correlação com as temáticas abordadas nos capítulos disponíveis com as práticas religiosas presentes no cotidiano dos estudantes.

No primeiro dia, a turma estava calma e demonstrava curiosidades por conhecer o material paradidático. Antes de adentrar a respeito da temática sobre os Ritos e Rituais, houve uma breve contextualização sobre o recorte histórico da civilização de Roma Antiga, bem como seu legado e sua relevância como conhecimento de mundo. No entanto, foi um momento breve, com o propósito de relembrar informações a respeito da memória do processo histórico desta civilização, para que os estudantes tivessem conhecimento sobre o contexto cronológico do qual estava sendo abordado. Vale ressaltar, que a turma escolhida para esta aplicação, já tinha sido abordado conteúdos sobre Roma Antiga recentemente, por meio do planejamento pedagógico da escola, sendo assim, o processo dessa experiência já estava com o ambiente preparado e relacionado de acordo com a linha de pesquisa desse objeto de estudos.

Importante ressaltar, que a aplicação do produto foi inserida conforme o cronograma pedagógico escolar. Sendo assim, a professora elaborou o seu devido planejamento para então, fazer a aplicação seguindo o formato do plano diário pedagógico da escola, no qual o produto paradidático foi aplicado.

A partir daí, a aula adentrou explanando a respeito das temáticas sobre os conceitos dos Ritos e os Rituais. Para aplicar o material, foi utilizado recursos próprios da escola, como “Data-shows”, já o notebook, foi o da professora da turma que estava com o arquivo do material preparado de acordo com sua didática pedagógica. Por meio disso, a turma teve o seu primeiro contato, já de início, o título do paradidático, logo gerou curiosidade e engajamento dos estudantes, devido a sua visualização de capa e estrutura das páginas, teve perceptividade por

parta da turma e logo iniciou os primeiros comentários de comparação das práticas religiosas dos povos antigos com os ritos recorrentes no contemporâneo.

Conforme a professora: “para eles, um ritual era sempre algo da religião do outro e nunca deles próprios”. Como constatou-se, os rituais apesar de ter finalidades diferenciadas as práticas seguem o mesmo padrão ritualístico, ou seja, “o ‘ritual’, consiste em um tipo de atividade padronizada, em que todos agem mais ou menos do mesmo modo e que se volta para um ou vários deuses, para seres espirituais ou forças sobrenaturais, com uma finalidade qualquer” (Marconi & Presotto, 1998, 163).

Em sequência, a professora apresentou alguns conceitos e terminologias sobre os elementos e aspectos dos rituais e das práticas de magia, em que a turma participou e ouviu com atenção o que estava sendo explicado. Nesse momento, os estudantes se mostravam curiosos, notou-se que a maioria não tinha conhecimento prévio sobre o termo ‘rituais’.

De forma oral, foi questionado a respeito de suas percepções sobre rituais, e alguns afirmaram que ainda não tinham conhecimento a respeito das práticas de magia, para além disso, notou-se que a maioria desconhecia que se trata de práticas comuns de nossa cultura. Alguns relataram comentários preconcebidos a respeito, demonstrando que não tinham nenhum conhecimento mais específico, a exemplo: “isso é macumba”, e /ou “algo maligno”. Dessa forma, a professora fez uma breve explanação a respeito, correlacionando com os rituais que praticamos em nosso dia a dia, a exemplo, os rituais simples que se faz desde o levantar ao deitar, como escovar os dentes, tomar, banho e toma o café. A partir disso, constatou-se que os estudantes então, começaram a perceber qual o vínculo, a relação do assunto com o cotidiano comum, já desmitificando críticas e preconceitos a respeito de práticas religiosas.

Por meio dessa explanação, referente ao conteúdo das terminologias, do conceito de rituais, é possível perceber que a reação dos estudantes é um comportamento preconcebido e acrítico que se encontra formado em nossa sociedade. Geralmente se difunde dessa maneira, por não ter conhecimento que considere o respeito para com as diversidades, e conseqüentemente é o que faz gerar conflitos nas convivências sociais, quando se trata do diálogo inter-religioso.

Nesse sentido, a professora desenvolveu a aula do primeiro dia da seguinte maneira: em duplas, os alunos foram orientados pela mediadora (docente) a refletirem e anotarem sobre o que entenderam a respeito dos termos e conceitos: ritos e rituais, sagrado/ profano, magia e sobre o significado do respeito inter-religioso e da intolerância religiosa. Observou-se que acompanharam a explicação e realizaram suas devidas anotações, essa foi a atividade realizada no primeiro dia de aplicação. Dessa forma, ficou concordado que no segundo dia, cada dupla

explanasse por meio de suas anotações o seu entendimento em coletivo, um momento de interação.

Na segunda aula ocorrida no dia (08\04), a docente organizou o espaço físico da sala de aula para desenvolver um debate, utilizando os conceitos e temas que estão expostos no “você sabia, bem como as anotações sobre as respostas da aula anterior. Nessa atividade, foi identificado padrões de respostas e percepções do senso comum, que também foram discutidas em coletivo.

Em seguida, a partir dos conceitos do material didático deu-se a aula expositivo-dialogada sobre a religiosidade romana e as definições conforme o produto “RELIGIOSIDADES E SEUS ASPECTOS PLURAIS: ‘Ritos e os Rituais’ do *populus romanu*”. Além de suas percepções, citou-se informações oriundas de informações contidas no paradidático, todos fizeram seus apontamentos, cada estudante teve o seu momento, os que se sentiram mais envolvidos explanaram melhor suas percepções a respeito dos rituais e das práticas de magia, mas sempre com a professora mediando por meio de sua didática, utilizando as informações contidas no paradidático. O debate se desenvolveu por meio do engajamento dos alunos em relação aos conceitos e práticas, discutindo entre a turma, as temáticas transdisciplinares abordadas no capítulo 1 e 2, entre essas, as diversidades religiosas, a intolerância religiosa e também sobre o respeito inter-religioso.

A professora fechou essa primeira apresentação utilizando a atividade do “momento *quis*”, exposto no (I capítulo) do paradidático, em que as questões foram respondidas de forma escrita e em seguida de forma dialogada pela turma.

Segundo a professora, as informações expostas no paradidático foram bastante úteis para ser trabalhado entre os alunos, pois esclarece com objetividade definições e significados que não se costuma encontrar em materiais didáticos contínuos. Nesse sentido, a aula obteve boa participação e receptividade por parte dos estudantes, pois a estratégia de correlacionar a temáticas contidas no paradidático com outras práticas religiosas conhecidas no cotidiano, fez o público presente compreender de forma mais esclarecedora sobre as religiosidades, fazendo os mesmos discutirem ideias, que permeiam em seu imaginário a respeito das pluralidades religiosas.

O terceiro dia de aplicação (10\04), a aula foi mais expositiva, pois a professora mostrou parte do material paradidático, em que os estudantes também tiveram acesso. Assim, a turma pôde observar os elementos visuais do tópico: “Objetos, amuletos de magia” e “Os rituais de magia amorosa” do (Capítulo 2), momento em que os estudantes foram questionados sobre o

que se pensavam a respeito das práticas dos rituais de magia e do que se tratava esses objetos utilizados na preparação dos ritos.

A aula seguiu abordando o contexto os assuntos sobre os rituais e seus significados na sociedade romana, no qual a professora dialogou fazendo correlação e comparações com práticas religiosas que permanecem nos dias atuais do nosso cotidiano.

Enfim, essa foi a primeira experiência com o produto paradidático em sala de aula do ensino fundamental. De acordo com a professora o recurso obteve bom engajamento em relação a percepção crítica dos estudantes, além disso, foi possível estimular mais conhecimentos e curiosidade diante do material exposto.

Para tornar o conteúdo mais esclarecedor para os estudantes, a professora teve a iniciativa de desenvolver: “resolvi fazer correlação da temática com outras práticas religiosas conhecidas pelos alunos para, a partir da familiaridade discutir algumas ideias que permeiam seu imaginário sobre religião” (Professora). Segundo a docente: “por exemplo, na primeira atividade que propus, notou-se que eles ligavam o termo ritual a coisas “malignas”. A professora relatou ainda que o uso do material paradidático:

Então, foi uma experiência interessante, discutir e desmistificar certas ideias engessadas sobre a temática e percepções que são na verdade envoltas em preconceito religioso. Ao fazer correlações com práticas das religiões dos alunos, como o batismo, a eucaristia, a ceia e práticas pentecostais de profecias e falar em línguas, foram debatidas as ideias de respeito inter-religioso e intolerância religiosa (Professora, 2024).

CONCLUSÃO

Diante das exposições textuais verificou-se, que os rituais de magia é uma prática religiosa que se tornou comum na sociedade de Roma Antiga. Os romanos acreditavam na crença de vários deuses, e por isso foi adotado de religiões estrangeiras um panteão de deuses que passaram a ser cultuados e respeitados em seu sistema religioso, essa adoção levou a uma expansão dos cultos religiosos e juntamente com eles instalou-se outras práticas, como os ritos e os rituais de magia.

Por meio da pesquisa constatou-se, que por meio das civilizações clássicas, o homem desde os mais remotos tempos sempre esteve próximo do que se denomina como sagrado. Os deuses e divindades eram cultuados, visando proteção e prosperidade para as famílias e lares das cidades. Assim, era costume ter na cidade ou no lar, os deuses benéficos associados ao culto as divindades. Destas crenças se constituiu suas primeiras instituições religiosas e políticas, estabelecendo laços familiares que formaram os princípios e as regras que regeram a sociedade romana.

De acordo com essa tradição romana, foi a partir daí que as cidades e instituições se formaram, como um conjunto das relações que cada um devia manter com os deuses: através dessas relações, entre religião e crenças, surgem os rituais de magia, praticados com a finalidade de inculcar o amor da pessoa amada. A prática de realizar a magia contida entre os romanos, era tida como um elemento de fé poderoso, para manipular as forças da natureza e conseguir seus mais difíceis desejos. Podendo ser usada pelo feiticeiro para o ‘bem ou para o mal’: “a magia pode ser usada com essa finalidade e, de fato, provavelmente o é em todas as regiões do mundo” (Malinowski, 1984, p.7).

Importante lembrar, que as análises sugeridas nos questionamentos propostos neste trabalho impulsionaram esta pesquisa, levando ao conhecimento de cada temática abordada. Deste modo, encontrou-se soluções acerca dessas inquietações a respeito da prática dos rituais de magia amorosa do período republicano, constatando que as origens das crenças religiosas se constituíram por meio dos cultos domésticos – os deuses dos lares e que através destas práticas, os romanos constituíram suas instituições provenientes das famílias, assim como suas crenças nos ritos mágicos em forçar os poderes da natureza para conseguir algo desejado, como um bom resultado na colheitas, proteção das cidades, saúde e prosperidade, para além disso, conseguir amarrar o amor da pessoa amada (o) sem fazer uso do processo de conquistas. Todas essas crenças deram origem à natureza dos seus princípios religiosos, políticos, jurídicos, culturais e sociais.

Através da documentação, constatou-se que os rituais de magia amorosa eram realizados por sujeitos comuns da sociedade, não havia escolha de classes para essa prática, pois os famosos ritos mágicos representam o valor que tem o mistério do universo simbólico, em que o ser humano experimenta conforme a sua escolha e necessidade. Nessa ordem, todas as camadas sociais praticavam a magia, ou acreditavam em seus poderes, ou seja, não é uma característica apenas de uma base social ou só de um gênero específico da sociedade, mas sim do coletivo, das matronas às e mulheres simples, das grandes famílias às famílias suburbanas, se fazia o uso da magia e encantamentos. Por propósitos semelhantes ou não, a magia estava presente, como parte dos rituais da sociedade romana (Silva, 2004, p.89).

Sob a luz da historiografia especializada, consta-se que os sujeitos praticantes de magia como, as feiticeiras e os feiticeiros, assim como os adivinhos e adivinhas, fossem recrutados nas camadas sociais mais baixas, mas a crença em poderes mágicos se encontrava disseminada por todos os lugares Tupet, 1976 (*apud* Silva). Assim, identificou-se que os rituais de magia eram realizados pelas famílias de indivíduos ilustres e simples da República romana. O *status* social que o homem romano possuía não definia as suas práticas e crenças. Desse modo, os amuletos sagrados, as ervas, as efusões, as fórmulas, as imprecações mágicas, a dança, a música e sobretudo, os encantamentos, faziam parte dessa sociedade como qualquer rito ou culto de suas crenças, esses elementos são as representações de um sistema taxológico complexo, onde a magia repousa e se permite formar uma cadeia capaz de conectar o ser a uma divindade (Cândido 2006).

Por essa consonância, vimos que as práticas de magia eram bem difundidas no *populus romanu* não só como uma crença ritualística, mas também com finalidades de proteger os indivíduos em determinadas circunstâncias, na guerra para vencer a morte e uma batalha, nos negócios para ter bons resultados, nas viagens para inibir os perigos e no amor para prender o amado (a). Nesse sentido, a magia possui as seguintes denominações: “boa ou benéfica”, quando as forças sobrenaturais são invocadas em benefício de alguém, “má ou maléfica”, quando é realizada para fazer o mal (Marconi & Pressotto 1998).

Importante lembrar, o que disse o autor Ovídio Nasão a respeito das práticas de magia, pois segundo as suas escrituras, o poeta alerta que as experiências com magia podem ser um caminho perigoso, que de nada adianta mudar o curso natural das coisas para conseguir algo desejado. Sendo assim, se torna uma prática proibida, podendo levar o indivíduo a consequências maléficas perante as forças da natureza (Silva, 2004).

Por meio dessas crenças dos antigos povos romanos, entende-se que ela teve desde o princípio do mundo o seu papel na sociedade, sua importância para o homem que buscava nos seres divinos sua sobrevivência, a sua proteção, a *pax deorum*- paz com os deuses.

Sendo assim, através dessa religião e da memória das civilizações antigas como Grécia e Roma, foi possível elaborar um produto paradidático sobre as religiosidades e seus aspectos plurais, identificando os “ritos e rituais” do *populus romanu*”, com o propósito de fornecer um produto educativo que vai auxiliar o professor da educação fundamental. Nesse sentido, o material contextualiza em sua abordagem, um conteúdo claro e objetivo sobre a representatividade social das práticas de magia amorosa na Roma do século - Ia. C.

O produto possui um visual atraente, que visa cativar a curiosidade do público leitor, não só do professor, mas também dos estudantes, pois o recurso apresenta aspectos da sociedade dos antigos povos romanos, por meio de seus costumes e práticas culturais que se manifestam até os dias de hoje. Por ser um material paradidático que apresenta temáticas relevantes e atuais do nosso cotidiano, obteve uma boa receptividade pelo público alvo que se sentiu estimulado a conhecer, devido as suas abordagens transdisciplinares e dinamicidade. Para além disso, por conter temas, conceitos, terminologias, histórias dos rituais mágicos e personagens da mitologia- contextos de História das Antiguidades clássicas, greco-romanas que fez despertar o interesse dos estudantes, por conhecer melhor esse recorte que pouco é abordado nos cronogramas pedagógicos.

O recurso didático, além de auxiliar o professor na prática, em seu plano de ensino, ainda orienta esse mediador a desenvolver novas perspectivas que desmonta antigos *paradigmas* a respeito das diversidades religiosas, enfatizando temáticas atuais por meio da história cultural dos povos antigos. Ao utilizar o material, o público leitor se depara com textos de leituras complementares que vão de acordo com as temáticas e conteúdos abordados durante as aulas da disciplina de História, bem como do currículo de ensino religioso.

Em razão disso, um dos objetivos da produção desse paradidático, foi o papel de levar para os estudantes da educação básica, um material lúdico e dinâmico, capaz de motivar e estimular o estudante na disciplina de História, acredita-se que esse objetivo foi alcançado durante a sua aplicação em sala de aula. Além disso, o material também contribui para enaltecer a relevância de estudar e aprender sobre o ensino de História Antiga, como um conhecimento fundamental para o conhecimento de mundo.

Através dessa pesquisa e do produto paradidático pode-se ressaltar ainda, a relevância do ensino de História Antiga, em particular, os estudos das civilizações clássicas a se fazerem

parte do ensino básico, conhecimento esse que não deve ser limitado e /ou negligenciado dos currículos escolares. Nesse sentido, foi por meio da investigação acerca dos rituais de magia, que se pode relembrar e refletir que os estudos sobre as civilidades antigas- suas práticas e crenças contribuem para abertura de diálogos sobre as religiosidades e as diferentes experiências que as sociedades construíram com o divino, desde o passado até o contemporâneo. Todavia, por meio dessa perspectiva, buscou-se respostas na história das crenças do *populus romanum*, para entender o valor simbólico das práticas religiosas, associadas aos rituais de magia amorosa.

Nitidamente, muitas dinâmicas que vivenciamos na contemporaneidade são permanências da chamada antiguidade. Mesmo que não saibamos, pratica-se ou se faz uso de costumes do passado, ou seja, sempre temos o passado, presente no presente/futuro: “não há dúvida de que, para se entender como o mundo está organizado é necessário conhecer os conceitos que os próprios antigos usavam” (Funari 2002,p.47).

Desse modo, o estudo pode ressaltar que as práticas de magia estão contidas nas memórias dos grupos coletivos, mesmo que de modo inconsciente, sobrevivem nas massas populares, por meio de seus aspectos plurais. Ainda que a percepção dos sujeitos se altere quando se trata de tempo, suas experiências em dados momentos trazem raízes profundas, através dos testemunhos transmitidos entre os grupos sociais ao longo do tempo, como um movimento, uma disputa de memórias entre passado, presente/futuro. “O espírito retira da matéria as percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento” (Bergson, 1999, p.271).

Todavia, por meio desses saberes da memória do passado pode-se compreender, como o estudo sobre rituais- os “ritos de magia”, estão estreitamente correlacionados, pois fazem parte de uma prática religiosa de longa duração, oriundo do berço de nossas civilizações antigas- greco-romanas. Transcende, em nossas diversidades culturais, mesmo quando não-conscientes, ao realizar as práticas de magia, o seu sentido e significados são os mesmos. Sendo assim, a magia representa as “memórias dos velhos”, manifestadas pela memória-hábito, a lembrança e seus modos de recordar o passado.

Os rituais de magia são estes testemunhos, que a cultura romana cultivou por várias gerações, assinalando épocas desta civilidade, que por meio de suas narrativas míticas nos revelam uma relação existente entre o pensamento humano e o estado social de cada indivíduo. Enfim, não é difícil perceber, que todas essas crenças tiveram suas origens, desde os mais remotos tempos elas representam as diversidades culturais de um povo, para além disso, fortalecem todos os campos que circundam o homem e suas ações.

A natureza da religião romana, impulsionaram práticas e ritos na cultura coletiva ocidental, por esta razão, os costumes foram mantidos até os dias de hoje ainda que tenha sofrido mudanças, permanecem como testemunhos no cotidiano das sociedades. Em síntese, os rituais, os encantos, os feitiços e as práticas de magia amorosa dos antigos povos romanos, são essas representações, que o tempo não apaga, conserva-se por gerações.

DOCUMENTOS DE PESQUISA

OVÍDIO. **Remédios para o amor**. Tradução, introdução e notas de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

_____. **Os Amores. Obras** 2ª ed. Tradução de Antônio Feliciano de Castilho. São Paulo: Edições Cultura, 1945.

_____. **A arte de amar**. Tradução de Natália Correia e David Mourão Ferreira. Edição Bilingüe. 1992.

_____. **Os Fastos**. Tradução de Antonio Feliciano de Castilho. São Paulo: Jackson Editores, 1952.

OBRAS DE ORIENTAÇÃO TEÓRICAS METODOLÓGICAS

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GOFF, Jacques Le. **A História Nova. La Nouvelle hitorie**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MARCONI Marina Andrade e PRESSOTO, Zélia Maria. **Antropologia: uma introdução**. 4ª edição, Altas S.A, São Paulo-1998.

MAISONNUEVE, **Jean. Os rituais**. Ed. CG. Portugal, 1996.

MAUSS, Marcel. **Esboço de Una teoria General de La Magia, Sociología y antropología**. Madrid: Tecnos Madri, 1979.

RIBEIRO, João J. **O que é magia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

THOMAS, Keith. **Religião e o Declínio da Magia. Crenças Populares na Inglaterra do Século XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REFERENCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução de: Profanazioni. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, -2000.

ARANHA, M. S. F. **Saberes e práticas da inclusão; Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais/ coordenação geral: SEESP/MEC; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, org; Brasília: 2003.**

ASCENSO, Carlos André. **A ironia ovidiana na subversão do protocolo amoroso em Roma**. Revista Crítica de Ciências-2010 p. 41-54. Online em: <<http://rccs.revues.org/>>

BAROJA, Julio Caro. **Sobre a teoria da magia. Vidas mágicas e inquisicion.** Madrid: Ediciones Istmo, 1992.

BARRETO, João Pedro de Sousa & MELLO, Raimunda Alves. **Usos dos livros paradidáticos no ensino de ciências no ensino fundamental: da teoria à prática.** As Multifaces do livro (Paradidático)-n°44- 2023. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cadernoseminal/article/view>> Acesso : 14/03/2024

BARROS, José D'Assunção. **O Campo Histórico.** 1ª ed. Rio de Janeiro, 2002.

BEAUVOIR, Simone. O segundo Sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 2009

BERGSON, Henri, 1859-1941. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito** / Henri Bergson; tradução Paulo Neves. - 2- ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLOCH, Raymond. **Origens de Roma.** Editora: Londres, 1963.

BOSI, Ecléa. **Memória-sonho e memória-trabalho.** In: Memória e sociedade. Lembranças de velhos. 4ª Ed. São Paulo: CIA das Letras, 1994, p. 42-70.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 2013.

BURGUIÉRE. André, **A Antropologia Histórica.** Martins Fonte. São Paulo, 1989.

CAMPELLO, Bernadete Santos & SILVA, Eduardo Valadares. **Subsídios para esclarecimento do conceito de livro paradidático.** Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 64-80, 2018. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view>> Acesso: 14/03/24.

CANDIDO, Maria Regina, GRALHA, Julio César, BISPO, Cristiano Pinto, PAIVA, José R. (orgs). Vida, Morte e Magia no Mundo Antigo. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2008. Online em:<<http://www.misteriosantigos.com>> Acesso: 07/08/2014

CANDIDO. Magia do Katádesmos: técnica do saber-fazer. Hpelade– Revista de história Antiga. Online em:<<http://search.4shared.com>> Acesso em: 20/08/2014.

_____. **Medéia, Mito e Magia: a imagem através do tempo.** Rio de Janeiro: NEA/UERJ-Fábrica do Livro/SENAI, 2006/2007 Online em: <<http://www.nea.uerj.br/publica/e-books/medeia>> Acesso: 22/07/2014.

_____. **Medéia: ritos e magia.** Phoênix. Rio de Janeiro, V. 2, p. 229-235, 1996.

_____. **Religião, mito e magia na Atenas Clássica: a visão da historiografia.** Online em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/>> Acesso em: 07/08/2014

_____. Katádesmos: a magia entre os atenienses do V ao II século a. C. Tese de Doutorado orientada pela Professora e Doutora Neyde Theml e apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2001. Online em:<<http://pt.scribd.com/doc-Regina-Candido>> Acesso: 20/08/2014

CARLOS, Giovana da Rosa. **Papiros mágicos gregos: entre divindades, símbolos e práticas de magia.** PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS: caminhos trilhados na graduação- Accelerating the world's research- USFM- (s./d.)

CARVALHO, Alexandre Galvão. **Diálogos entre a história antiga e o ensino de história.** Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino, v. 2, n. 6, p. 17-34, jul./dez. 2020.

CHRISTOL Michel & NONY, Daniel. **Roma e o Seu Império: Das Origens às Invasões Bárbaras.** Publicação: Lisboa: Dom Quixote, 1993.

COSTA Andréia, Santana. **A História Social de Roma.** Ed. Presença-1998

COSTA, Elisabete da Silva. **A Magia nos Amores de Ovídio: Propaganda Política ou Paródia Divertida?** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Online em: <<http://www.lettras.ufrj.br/pgclassicas/Elisabetecosta.pdf>> Acesso: 08/07/2014.

COULANGES, Fustel. **A Cidade antiga; estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma.** São Paulo: Martins Fontes, 1961.

DAL FORNO, Cristiano; MARIANNE, Farina; NILVETE, Soares Gomes. **Espiritualidade, Religiosidade e Religião: Reflexão de Conceitos em Artigos Psicológicos.** Revista de Psicologia da IMED, 6(2): 107-112, 2014.

DELGADO, Lucilia. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades.** História Oral, v. 6, p. 9-25, 2003.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável.** São Paulo, 2000.

FARIAS JÚNIOR J. Petrucio. **História antiga: trajetórias, abordagens e metodologias de ensino.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire.** – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FORNAZARI, S. A., & Ferreira, R. E. R. (2010). **Religiosidade/espiritualidade em pacientes oncológicos: qualidade de vida e saúde.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26(2). Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em: 22/01/2024

FUNARI, Pedro P. A., Garraffoni. R. Senna, **História Antiga na Sala de Aula.** Campinas, IFCH/UNICAMP, julho de 2004, Textos Didáticos n. 51, p.90.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma.** (Repensando a História)- 2 cd - São Paulo : Contexto. 2002.

GIARDINA, Andréia. **O Homem Romano.** Lisboa: ed. Presença, 1989

GOMES, Mercio. **Antropologia. Religião, Rituais e Mitos.** Ed, VozesPetrópolis, 2002.

GRAF, Fritz. **La magie dans l'antiquité gréco-romaine: idéologie et pratique**. Paris: Les Belles Lettres, 1994.

GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Lisboa, 1984.

HALBWACHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva/A memória coletiva e memória histórica. In: **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. Sociedad e Ideología en el Imperio Romano: *Apuleyo de Madaura*. Madrid: Universidade de Salamanca, 1986.

HUYSSSEN, Andreas. **Passados presentes: mídia, política, amnésia**. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.

JUNG, C. G. (1990). **Mysterium coniunctionis**. In Obras completas de C. G. Jung, (Vol. 14i). Petrópolis: Vozes. Originalmente publicado em alemão em 1955.

JUNG, C. G. (1990). **Psicologia e religião**. In Obras completas de C. G. Jung, (Vol. 11i). Petrópolis: Vozes. Originalmente publicado em inglês em 1938.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O feiticeiro e sua magia**. Antropologia estrutural.

LIA, Cristine Fortes. **História das religiões e religiosidades: contribuições e novas abordagens**. Aedos n. 11 vol. 4 - Set. 2012.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____, José Carlos. **Didática**. Ed. Cortez, São Paulo, 1994.

LUIS, Firlardi Antônio. **Curso de Direito Romano**. São Paulo: Atlas, 1990.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A Arte de magia e o poder da fé**. In: Magia, ciência e religião. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARTINS Oliveira. **História da República Romana**. Lisboa Guimarães, 1885

MARTINS, Fabiane Silva, –Profano e Sagrado no Romance o Asno de Ouro- CANDIDO Maria Regina. Roma e as sociedades da Antiguidade: política, cultura e economia. NEA/UERJ - Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2008.

MENDES, Otero. **Religiões e as Questões de Cultura, Identidade e Poder no Império Romano**. Rio de Janeiro: Phoénix, 2005.

MERNAD, René. **Coleção Mitologia Grego-romana**. Ed. Opus- 1985.

OLIVEIRA, Arthur Diegues Barros Rogério & COSTA Samyra Cristina Pereira. **O uso de livros paradidáticos em escolas públicas de ensino médio no município de Marechal Deodoro** – AL. Educação e Resistência: formação de professores em tempos de crises

democráticas - IV Seminário do PIBIC- Al, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enalic.pdf> Acesso: 14/03/24

PIMENTEL, Maria Cristina de Sousa & RODRIGUES, Nuno Simões. *Sociedade, Poder e Cultura no Tempo de Ovídio*. Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010. Online em: <<https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/bitstream>> Acesso: 20/09/2014

POLÍBIOS. **História. Trad.** Juan Díaz Casamada. Barcelona: Editorial Iberia, S.A, 1968.

RÜSEN, Jorn. **Didática-funções do saber histórico**. In: __ História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da UnB, 2010, p. 85-133.

SANTOS, Sandra Ferreira dos. **A Magia para o Amor e para a Fertilidade no Mundo Grego**. Nearco-Revista Eletrônica de Antiguidade. Online em: <<http://www.nea.uerj.br/nearco/arquivos>> Acesso: 10/07/2014

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. Una discusión. São Paulo: CIA das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 9-22; p. 114-119.

SCHEID, John. **O Sacerdote**. Lisboa: Ed. Presença, 1989.

SEGALEN, Martine. **Ritos e Rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro-2002.

SEMÍRAMIS Corsi Silva. Aspectos da Religiosidade de Apuleio: entre magia e filosofia no II século d.c. Anais do II encontro nacional de história das religiões e das religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH-Maringá. Online em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>> Acesso: 08/09/2014.

_____. **Universo Mágico em Roma: Representações e Práticas de Feitiçaria**. Ensaios de História, França: 2004. Acesso: 23/08/2014.

TUPET, Anne-Marie. **La Magie dans la poésie latine. Dès origines à La findurègne d'Auguste**. Paris: Les Belles Lettres, 1976.

XAVIER, Marlon. **O conceito de religiosidade em C. G. Jung**. Catarinense (UNESC)-PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 2, pp. 183-189, maio/ago. 2006.

ANEXOS

A seguir, o formato do plano diário pedagógico elaborado pela professora da escola, no qual o produto paradigmático foi aplicado. O plano seguiu as normas do cronograma pedagógico da escola escolhida.

VISÃO GERAL	ASSUNTO
Aplicação do produto didático “RELIGIOSIDADES E SEUS ASPECTOS PLURAIS: ‘Ritos e os Rituais’ do <i>populus romanu</i> ”	RELIGIOSIDADES E SEUS ASPECTOS PLURAIS
	PREPARADO POR
OBJETIVOS	Bianca Zaene Rodrigues Mota
	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
	7º ano
	MATERIAL NECESSÁRIO
INFORMAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Paradidático “RELIGIOSIDADES E SEUS ASPECTOS PLURAIS: ‘Ritos e os Rituais’ do <i>populus romanu</i>” • Quadro, pincel; • Folha branca; • Caderno, lápis.
	RECURSOS ADICIONAIS
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Notebook; • Leitura suplementar;
	NOTAS ADICIONAIS

A turma pôde observar os elementos visuais do tópico “Objetos, amuletos de magia” e “Os rituais de magia amorosa” do Capítulo 2 e foram questionadas sobre do que pensavam que se tratava.

Seguiu-se a aula sobre os rituais e seus significados na sociedade romana e comparações com práticas religiosas atuais.

APÊNDICES

FERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____ RG _____ CPF _____ nº _____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo como voluntário(a) do estudo intitulado, **RELIGIOSIDADES E SEUS ASPECTOS PLURAIS: conceitos e termos sobre religiões- “Ritos e os Rituais” do *populus romanu*** como sujeito. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora Maria Felix Pereira Calixto sobre a aplicabilidade do produto paradidático com os devidos procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento, assistência e tratamento.

A responsável pela pesquisa é a Sra. **Maria Felix Pereira Calixto**, professora e mestranda do curso de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A pesquisa conta com a orientação da Profa. Dra. Ana Livia Bonfim Vieira.

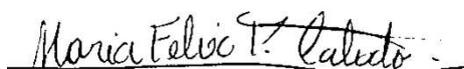
Imperatriz- MA, 05- Abril de 2024

Participante

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a aplicabilidade do paradidático e aceite do sujeito em participar.

E, por estarem firmados.

Imperatriz- MA, 05- Abril de 2024.



INTERESSADO

Ana Lúcia B. Vieira

TESTEMUNHA